

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1995**

OMOS CXLIII

NO LXVII

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO**



TOMO CXLIII

ANO LXVII

**EDIÇÃO DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO
CUIABÁ
1995**

DIRETORIA

Presidente:	Luis-Philippe Pereira Leite
1º. Vice-Presidente:	Paulo Pitaluga Costa e Silva
2º. Vice-Presidente:	Benedito Pedro Dorileo
1º. Secretário:	Nilza Freire de Queiroz
2º. Secretário:	José de Moura e Silva
1º. Tesoureiro:	Moacir de Freitas
2º. Tesoureiro:	João Bem Dias de Moura Filho
Orador Oficial:	Lenine de Campos Póvoas
Curador do Museu e Arquivo:	Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fiscal

Membros:	Adauto Dias de Alencar
	Dunga Rodrigues
	João Alberto Novis Gomes Monteiro

Séde Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO

Rua Barão de Melgaço nº. 3.869
Cuiabá - Mato Grosso
CEP 78005-500

Escritura de doação do Governo do Estado de 15 de abril de 1931, às fls. 96v. à 97v., do livro 143, do Cartório do 2º. Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº. 2.102, fls. 199, livro 3-B, em 15 de abril de 1931, no Cartório do RGI de Cuiabá. Estatutos Sociais registrados no Cartório do 1º. Ofício de Cuiabá, sob nº. 14, em 24 de abril de 1930.

Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº. 815 de 8 de outubro de 1930.

ÍNDICE

<i>Centenário da Energia Cuiabana</i> - Benedito Pedro Dorileo	9
<i>O Grande Estadista do Período Republicano</i> - Pedro Rocha Jucá	19
<i>Velho Bugre: Uma visão muito pessoal</i> - Maria Manuela Novis Neves	23
<i>Sesquicentenário do Visc. de Taunay</i> - Corsíndio Monteiro da Silva	27
<i>Esbarro no Hoje, Recuo no Tempo, Galope na História</i> - Carlos Rosa	37
<i>A Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá</i> - Elisabeth M. Siqueira	71
<i>Cuiabá e a Integração Nacional</i> - Antônio de Arruda	115
<i>Dilermando Gomes Monteiro</i> - Nilza Queiroz Freire	127
<i>O meu tio Dilê</i> - João Alberto N. Gomes Monteiro	131
<i>Glórias de Mato Grosso de Hoje</i> - Lenine de Campos Póvoas	135
<i>Mestres de Música</i> - Dunga Rodrigues	139
<i>Documentação: A extinta Província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se Estado?</i> - Baronesa de Vila Maria	147

CENTENÁRIO DA EGÉRIA CUIABANA

Benedito Pedro Donileo

No fim do século XIX, a Sociedade Dramática Amor à Arte, fundada em 3 de junho de 1877 pelo Comendador Henrique José Vieira, perde a sede do seu Teatro, velho prédio da Rua Joaquim Murтинho, atrás da Sé Catedral, no centro de Cuiabá, que desaba na manhã de 14 de setembro de 1894. A reconstrução somente aconteceria em 1903, havendo um interregno nas encenações, quando os cuiabanos pediam a reapresentação da peça inaugural da fundação, *A Torre e Novo Otello*, uma comédia.

Um palco e uma sala com cobertura de zinco e o espaço estava novamente garantido. Uma menina nessa época, mais tarde a compositora e pianista do mesmo Teatro, por enquanto tinha oito anos incompletos de idade, pois nascera em 14 de novembro de 1895.

Na Rua de Cima (Pedro Celestino), a criança, orientada pela mãe Luiza, costureira exímia, confeccionava bonecos, vestidos ricamente de seda, cetim e renda, segundo a exigência da indumentária dos personagens do seu teatrinho, animados pela voz da artista pequenina. E eles dialogavam, riam, cantavam e choravam. E o papai Gabriel, com laboratório fotográfico próprio, registrava a foto da filha, trajada de calçola, camisa e botas.

Estimulada pelo ambiente cioso de cultura artística da isolada cidade verde, em 1909, a mocinha de catorze anos cria o seu primeiro grupo de teatro amador, reunindo as contemporâneas Alcemena Canavarros, Felenila da Silva, Jacintha de Siqueira e ainda Virgília, Oritia, Aricina e Esther. Todas dividiam o tempo em estudos humanísticos no Lyceu Cuyabano, música com a Professora Judith Catilina e dedicação ao teatro amador.

Dar forma vistosa e bela às coisas, combiná-las nas trovas, reproduzi-las no palco, delirá-las na música, tudo o grande sonho da mocinha. Em 1912, a jovem Zulmira já era conhecida pelo gosto estético, despertava-lhe a virtuosidade.

Crescia o movimento artístico, com freqüentes saraus no solar do Comendador Henrique e de D. Antônia Joaquina Monteiro, à margem esquerda do córrego da Prainha, muito próximo da Igreja do Rosário, onde se tornou noiva de Danglars Canavarros, e esposa, em casamento de 18 de março de 1915.

Zulmira equaciona as horas entre o teatro e a música, chegando, em 1930, a oficializar, com Gertrudes Machado, o Instituto Mato-grossense de Música, que já vinha de 1920, idéia nascida no bicentenário de Cuiabá, em 1919, com Maria Beatriz Mascarenhas. Na primeira etapa colaboraram Emílio Hainné e Eucário de Figueiredo, e, na segunda, Olegário de Barros, Ataíde de Matos, Alda de Matos e Georges Pommot. Os pianistas removeram de suas casas os seus pianos, levando-os para a sede do Instituto, na Rua de Baixo (Galdino Pimentel). Citam-se alguns dos brilhantes alunos de então: Afrânio Correa, Aluísio e Lima Bastos, Alairde Novis, Erotides Canavarros, Maria de Arruda Müller, Luis-Philippe Pereira Leite, Iracema Noronha, Nizza Verlangière, Irene de Campos, Aracy Figueiredo, Aristides e Joaquim Rondon.

Como conta o grande e saudoso Rubens de Mendonça, (oitenta anos em 27 de julho de 1995), o Teatro Amor à Arte, transformado em Cine Teatro República, da Empresa Ernesto Bonamico, inaugurou, em 30 de março de 1933, os aparelhos falantes. É certo, pois, até então, o cinema mudo, estrelando Pola Negri e outros atores, tinha em Zulmira Canavarros a musicalidade do piano, coadjuvada por Honório Simarigo e Eugênio, Odorico e Agnelo, com instrumentos como violino e viola, oboé e clarinete. Estava ali uma Orquestra de Câmara.

Em 1942, Júlio Müller (Centenário de nascimento em 6 de janeiro de 1995), o homem que, no seu governo, plantou definitivamente Cuiabá, como Capital de Mato Grosso, inaugurava o Cine Teatro Cuiabá, dentre tantas obras gigantescas. Zulmira, no palco, a maior sala de espetáculos do Centro-oeste, ensaia e dirige "*Cala boca, Etelevina*", comédia de Armando Gonzaga da Silva, em sessão inaugurativa. Dirigiu tantas outras peças de consagrados teatrólogos brasileiros; e, da sua autoria, outras como "*Vítimas do Progresso*" e "*Frutos da Época*". No Jubileu de prata de Dom Aquino Correa, por ocasião do Primeiro Congresso Eucarístico de Cuiabá, em 1952, dirigiu "*A Feia*", de Paulo de Faria Magalhães, merecendo do aplaudido Procópio Ferreira os encômios

mais abertos. Teria sido a sua última atividade teatral mais destacada.

Fundadora de Clubes

Consagrada à cultura, à arte e ao lazer, qual flor de rochedo, desabrocha inteiramente o seu poder sensitivo e pontilha de beleza novos caminhos.

Gertrudes Machado Ribeiro, amiga fraternal de Zulmira Canavarros, deu-lhe apoio, em 1928, para, ao lado de Balbina Garcia, Francisca Bastos Cuiabano, Hercília da Costa Marques, Maria Alzira Alderet, Anna Luiza de Matos e outras cultas e voluntárias da época, fundar o Clube Esportivo Feminino, em 19 de abril desse ano. O Presidente do Estado Mário Correa da Costa encorajou e a primeira dama D. Dulce Marinho Correa da Costa foi eleita Presidenta de Honra. Zulmira preferiu a diretoria esportiva e indicou Hercília para Presidente.

O Clube Feminino promovia o volibol e o basquetebol, e as moças animavam-se em praticar esporte, ouvir boa música, realizar saraus dançantes ou sessões teatrais ou lítero-musicais. Os moços cortejavam as lindas cuiabanas, com vestidos colados ao corpo pela modelagem do espartilho; conquistaram elas românticos amores e muitos casamentos foram consumados.

Não se imagina o agradável ao útil, não foram utilitaristas, foram sonhadoras e cultas, essências herdadas de família, e projetaram Cuiabá, como a Atenas mato-grossense.

Zulmira Canavarros preparava o uniforme das esportistas, projetava e cosia as fantasias carnavalescas, escrevia as peças-revistas, musicando-as ao piano e ensaiava, com o marido Danglars, os grupos. Era a alma do Clube.

Esta agremiação mais tarde com magestosa sede própria, na Rua Barão de Melgaço, teve época marcante na cultura de Mato Grosso, tantas foram as diretorias laboriosas que se sucederam, como a gestão de D. Nini Constantino. O Brasil ouvia algumas das suas promoções pela Rádio Tupi do Rio, como os desfiles da moda Bangu. Artistas nacionais, entre eles a cantora Dalva de Oliveira e o violonista Dilermando Reis, apresentavam-se no Clube.

Situemos o tempo, primeiros lustros ou décadas deste século e sintamos o isolamento, a distância, e até o abandono do outro Brasil, do poder central, para que a admiração seja sobrelevada desta civilização cuiabana, que resistiu resignada a tudo para, hoje, ofertar-se a todos; e até ser imolada, por vezes, nestas horas.

Antes já dissera, o Clube Esportivo Feminino faz lembrar a peça “*Homem não Entra*”. Porém, na verdade compunha-se ele de delicadas pétalas de um jardim de rosas, enamoradas. O feminismo era agudo.

Zulmira percebe e lidera a criação do Mixto, a mescla capaz de prestigiar, nominalmente, ambos os sexos. E consegue. Em 20 de maio de 1943, Zulmira reúne moças e rapazes na casa do Coronel da Guarda Nacional Avelino de Siqueira e de D. Maria Luiza Hugueney de Siqueira, na rua 7 de setembro (casarão tombado, atualmente, pelo Patrimônio Histórico) e faz lavrar a ata de fundação do Mixto Esporte Clube. A primeira diretoria tinha-a como Presidente, Carlos Hugueney de Siqueira como Vice-Presidente e Delfino Nonato de Faria como Primeiro Secretário, e mais componentes.

Nascia o Mixto com as cores preto e branco, com faixa diagonal contornando frente e costas, bordado um losango horizontalmente no peito, para encerrar as letras iniciais, seu distintivo. Assemelhava-se à camisa do Clube de Regatas Vasco da Gama, que difere pela cruz de malta vermelha, fundado pelos cariocas em 21 de agosto em 1898.

Zulmira organiza a lista dos associados, todos colaboram e implantam a sede do Clube na Rua Cândido Mariano (somente em sua terra natal, Rondon é assim identificado em uma via pública). Nos fundos para a Getúlio Vargas, Ranulfo Paes de Barros, o Pai do Mixto, lidera a construção da sede social, hoje desativada, e ainda *sub judice*.

Bandeira, estandarte, Zulmira compõe o hino do Mixto ao piano, fazendo recender o idealismo do esporte amador. Não se conspurcava com excrementos capitalistas. As cores não tinham a nódua da propaganda da avassaladora coca-cola, parmalat e outros quejandos.

Das quadras irstreitas do vólibol ou basquetebol das moças, o Mixto avança para o futebol, conquistando tantos títulos, até atingir o profissionalismo, implantado em Mato Grosso indiviso em 1967.

Como é triste registrar, neste 1995, o Centenário de nascimento da Fundadora, tendo o Mixto licenciado, fora do Campeonato estadual. É triste, ainda, o coração de Nally de Siqueira, de uma família co-fundadora, que viu o Mixto no berço, a nascer em sua casa, não fosse o seu falecimento, no início deste ano, em 16 de janeiro. Grande Nally, a torcedora sempre presente no estádio, até aos 91 anos de idade, que tanto entendia, discutia e poderia escalar o time.

A RÁDIO A VOZ D'OESTE

René Descartes afiança que:” *não é suficiente ter bom espírito, o principal é aplicá-lo bem*”. E Zulmira o fez na universalidade das suas ações. Se a decantada Marcha para Oeste não chegava, criar instrumentos de divulgação de idéias era indispensável.

As primeiras radiotransmissoras surgiram no Brasil em setembro de 1923 com a Rádio Sociedade, e, em outubro de 1924, com, a Rádio Clube, no Rio de Janeiro. No centro geodésico da América do Sul, na sertaneja Cuiabá, João Jacob (Jercy), professor, poeta, compositor, músico e técnico em radioeletricidade, monta, em 1939, um pequeno engenho, um radiotransmissor, levando ondas hertzianas aos poucos receptores da cidade cuiabana. Em outubro, dá-se a primeira experiência. O alcance foi relevante, pois, de Coxipó da Ponte, Totó Dorileo (Antônio Gratidiano Dorileo) acusou a recepção.

No quintal da casa de Zulmira, ligando-se ao de Lulu Cuiabano, estava o pequeno transmissor, com programação experimental, para, somente em 1944, ser conquistada a autorização oficial perante o Ministério da Viação e Obras Públicas, da Rádio Sociedade A Voz D'Oeste. A inauguração aconteceu em 12 de dezembro de 1944, sendo madrinha do ato a Primeira Dama do Estado, a Acadêmica Maria de Arruda Müller, ainda entre nós galhardeamente viva, pressentindo o dealbar do seu centenário em 9 de dezembro de 1998.

A população cuiabana, aflita pelas notícias da segunda grande guerra (escrevo neste 6 de agosto, cinquentenário da terrível bomba atômica em Hiroshima), pois, além de tudo, soldadinhos cuiabanos também estavam no palco guerreiro das geladas montanhas da Itália, tinha a informação e era descontraída com programas líteros-musicais, com Zulmira Canavarros ao piano, Ivo de Arruda ao violino, Décio Gama ao violão, Juvenílio de Freitas à flauta e

Nino Ricci ao bandolim. O flautista foi, ainda, o primeiro locutor oficial.

Na casa de Zulmira concentravam-se os ensaios, tendo nela a líder da montagem musical, com adaptações criadas em lampejos geniais, no recolhimento ou na hora da execução artística. Resplendia o talento da compositora.

A pioneira Rádio A Voz D'Oeste teve o seu primeiro noticiário criado em estilo moderno, por Augusto Mário Vieira, o Bandeirante no Ar, com início em 7 de setembro de 1952. João Alves de Oliveira, posteriormente, fundou o Grande Jornal Falado, atuando até a sua morte precoce em 1968. Dele guardam os cuiabanos a saudade das suas crônicas diárias das "doze e cinco" e do reboiço dos programas de auditório, reveladores de belas vozes e de musicistas da terra.

O poeta Newton Alfredo celebrizou-se pelas novelas radiofônicas, que criava, sonorizava e transmitia.

De tanto pode ser contado desta emissora em suas diversas fases de vida como já escrevi, possuindo assinalado registro na história da radiofonia do Centro-oeste brasileiro.

O CENTRO ARTÍSTICO

Os casarões cuiabanos, com espaçosas varandas eram um convite constante para os saraus musicais, quando as famílias reuniam-se e cantavam e dançavam. Quão diferente, não havia na época o aprisionamento a uma telinha, que, hoje, impede o afeto da conversa descontraída e repousante. Digere-se o esgoto novelístico, que se espalha pelo país, sob o impacto mercadológico, destruindo toda a beleza da cultura regionalista.

Em 1935, o Conjunto Serenata organiza-se em sala cedida pelo Tesouro do Estado, na Travessa João Dias, com os jovens seresteiros: Nilson Constantino, Antônio Garcia (Tote), José Ferraz, José Rosa, Fábio, Hermínio V. da Silva, Odare Curvo, Marçal, Gigo, Vicente, Juvenilio de Freitas, Arminio Albernaz. E depois Hélio, Xilo, Tunta e Irineu. Sob liderança de Nilson, em 1947, era fundado o Centro Artístico, com a colaboração de Zulmira Canavarros, sendo ele Presidente e ela Vice-Presidente. Instala-se a sede no ano seguinte no salão de chá do Cine Teatro Cuiabá.

Zulmira realiza a campanha da aquisição do piano, participa das promoções semanais, por vezes transmitidas pela Rádio A Voz D'Oeste; e, logo, é eleita diretora Artística do Centro, com Rubens de Castro na Primeira Secretária.

O Centro Artístico, em 1950, já ministra cursos de extensão para a Comunidade, como os de Teoria Musical e de Arte Poética, prosseguindo por seis lustros de vida intensa e criadora.

Alexandre Dumas Filho acentua que: *“a arte necessita da solidão, da miséria ou da paixão. É uma flor que precisa de um vento forte e terreno rude”*. Se a metáfora enriquece o estilo, a literalidade fala cruamente da cuiabá- solidão, da cuiabá-miséria, da cuiabá-abandono. E na Presidência da República estava um cuiabano, o General Eurico Gaspar Dutra, o primeiro eleito pelo voto direto, após a ditadura de Getúlio Vargas.

No entanto, o povo cuiabano deu a resposta da resistência e da sobrevivência. O vento árido, o calor, o chão duro do cerrado são componentes positivos da sua têmpera.

Quando, como Vice-Reitor, eu organizei a Orquestra Sinfônica e o Coral Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso, com o apoio decisivo do primeiro Reitor Gabriel Novis Neves, na década de 70 e início da de 80, tive como base a nossa tradição de cultivar a música clássica e popular, secularmente em Cuiabá, além de contribuir para a universalidade de campo. A música seresteira (violão, bandolim, cavaquinho, violino e pandeiro) e a sertaneja, com a viola de cocho (existente na periferia urbana e mais freqüente na zona rural e pequenas cidades interioranas) eram projetos para desenvolvimento sucessivo. A Orquestra Sinfônica deve ser cada mais fortalecida com o clássico, razão maior da sua existência, como privilégio, que nem todas Universidades possuem.

O Curso de Música da UFMT tem suas raízes na Orquestra e Coral, quando compusemos, em grupo de trabalhosa estrutura e currículo, que somente não funcionou na época por contenção de despesa financeira do Governo da República, já na minha gestão de segundo Reitor da Instituição, a partir de 1982. Hoje, o curso está em atividade, feitas as devidas adaptações. Os nomes do Maestro Konrad Wimmer e Intendente Administrativo e músico Domingos Vieira de Assunção (orquestra) e do Regente Petter Ens e Professora

Lydia Ens (Coral) não podem ser esquecidos, e demais companheiros da primeira hora, quando nada desse porte havia em Mato Grosso indiviso. Criei na UFMT, em 1982, a Coordenação de Cultura, que coordena a Orquestra e o Coral, atualmente, que, a par dos 25 anos de criação da Universidade, em 1970, em plena celebração por certo lembrar-se-á de Zulmira Canavarros.

Dispõe a UFMT da TVE, que pode organizar programas culturais, mesas redondas com a Comunidade, etc. Em 1969, início da Televisão Centro América, ao vivo, participei de programas de cultura da Terra, dirigidos por May do Couto, com estímulo de Antonieta Ries Coelho. E havia tantos com Eugênia Paredes e outros.

A LIDERANÇA FEMININA

O grande literato brasileiro, nascido em Cuiabá, José Barnabé de Mesquita, tocado pelo alvoroço das investidas culturais da mulher cuiabana, escreve, em 1939, *De Livia a Dona Carmo* (As mulheres na obra de Machado de Assis), uma "These oferecida ao 2º Congresso das Academias e dos Intellectuaes do Brasil" - comovente análise literária e sociológica, com fina sensibilidade a enaltecer as letras mato-grossenses, raramente difundidas. E, hoje, pior ainda, páginas supernas cuiabanas estocam-se em nossos limites, barradas pelo poderoso "marketing" do brasil sulino.

Investigando o fundador da Academia Brasileira de Letras, Mesquita ressalta: "*a mulher que ressaê da galeria machadiana, numa impressão de conjuncto, que diremos ser a média feminina por êlle estabelecida, não será, pois, essa creatura viciada, artificial, impregnada de frivolidade*" ... Era a moral afinada com as virtudes do movimento feminista, que vinha da década de 20, deste expirante século XX.

Celebrando o dia da Independência, no dia 7 de setembro de 1921, estavam no Palácio da Instrução (planejado no governo de Pedro Celestino C. da Costa, em construção no de Joaquim A. da Costa Marques e conclusão em 1913) Dom Aquino Correa, lado a lado com Mesquita, para fundar o Centro Mato-grossense de Letras (em 1932, torna-se Academia), elegendo-se o primeiro, Presidente de Honra, e o segundo, o Presidente. Uma mulher compunha o pequeno grupo de fundadores e elegia-se Tesoureira, na Primeira Diretoria, Anna Luiza do Prado. Foi Mato Grosso indiviso que, primeiro,

admitiu uma mulher em cátedra beletrista no Brasil.

No Centro ou Academia de Letras, as moças estão presentes e debatem, declamam, cantam, executam instrumentos; entre elas, Zulmira Canavarros, Maria Beatriz Mascarenhas, Alda de Oliviera, Maria Bastos, Venina Pitaluga, Hermínia Leite e tantas, seguindo no tempo, como Odilza de Freitas, Maria Canavarros e outras.

Em 1931, dá-se o ingresso da segunda acadêmica, a poetisa Maria de Arruda Müller, fortalecendo a presença feminina, que vem crescendo até nossos dias, com sete acadêmicas, já admitidas: as citadas e mais Dunga Rodrigues, Vera Randazzo, Nilza Pinto de Queiroz, Yasmin Nadaf e Elizabeth Madureira.

Somente após o Ano Internacional da Mulher, celebrado em 1975, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 20 de julho de 1897, alterou o seu estatuto, em 1976 (emenda Osvaldo Orico) para admitir a representante feminina.

Em Mato Grosso, a mulher, desde o início do século, inspirou as letras e as artes. Mas a virtuosidade era gêmea do civismo e o talento feminino revela-se também na vigília cívica, como em 1929, com os poemas *A Heroína do Carandá* ou *as Mulheres de Coimbra* ressoando epicamente em Cuiabá.

O Arcebispo cuiabano, Dom Francisco de Aquino Correa é eleito para Academia Brasileira de Letras e as moças cuiabanas adiantam-se na homenagem, em 21 de maio de 1927, no longo programa, puramente feminino, no Centro de Letras, que inicia com a Fantasia de Schubert, opus15, por Elza de Figueiredo e encerra-se com Tristesse Mezzacappo, por Cesarina e Célia de Mattos.

Elas invadem jornais e revistas. Criam periódico próprio, como *A Violeta*.

O movimento de 1933, no Rio de Janeiro, pelo Progresso Feminino, com Iveta Ribeiro, encontra eco imediato em Cuiabá, e surge a Federação Mattogrossense pelo Progresso Feminino, com a liderança de Nídia Moura.

As investidas continuam, em 1º de maio de 1934 as cuiabanas fundam, solenemente, no Palácio da Instrução, a Liga Feminina Pro-Alistamento Eleitoral, conquista do voto feminino e a luta contra a mudança da Capital de

Mato Grosso para Campo Grande.

As moças do Grêmio Júlia Lopes, que mais tarde fundariam a Escola Doméstica Dona Júlia, escrevem e debatem temas literários, mas deslisam com descortino nos assuntos sócio-políticos, no Instituto Histórico de Mato Grosso ou na Academia.

Em 1937, as letras de Maria Dimpina e Benilde Moura estavam nas revistas, jornais e nos salões, na Igreja e no Quartel.

Assim era o universo de Zulmira Canavarros. Não entendo por que ela não fora admitida na Academia, ou, em verdade, na sua vida e obra missionárias não aceitou a provocação desta honra.

UMA VIDA ABERTA E FEBRIL

Viveu Zulmira ao lado do marido Danglars e a única filha Maria, modestamente, no bairro da Boa Morte, em Cuiabá, pequena e tranqüila cidade verde, com o lar permanentemente em festa, onde artistas, intelectuais, professores e estudantes encontravam o prolongamento do lazer cultural, ou da sala de aula, onde a mestra pontificava na música, Canto Orfeônico e Trabalhos Manuais, no Liceu Cuiabano.

Na Igreja Católica complementava o seu mister, orando, ou espiritualizando os cânticos, ao solo do órgão.

De espírito ledó, a sua matemática parece ser a de Pitigrilli: "*O riso é a aritmética elementar, o humorismo é a álgebra, a ironia é o cálculo infinitesimal*".

Zulmira d'Andrade Canavarros, até nos deixar em 14 de setembro de 1961, foi em si uma instituição de cultura.

Ofertemos a ela uma rosa no seu Centenário de Nascimento, em 14 de novembro de 1995. Daquela do poeta Francisco de Rioja: "*pura, incandescente rosa, émula da chama que sai com o dia*". A rosa, tal como a EGÉRIA CUIABANA, assim a titulei em meu livro, tem vida representativa de quem esplende, perfuma e finda na dor do desfalecimento.

O GRANDE ESTADISTA DO PERÍODO REPUBLICANO

Pedro Rocha Jucá

(Na sessão solene da Assembléia Legislativa de Mato Grosso em homenagem ao ex-governador Júlio Müller, nas comemorações do seu centenário)

Ao escrever, em 1748, a sua consagrada obra política "*Espírito das Leis*", inspirando a separação tripartida de poder em Executivo, Legislativo e Judiciário, o Barão de Montesquieu raciocinava apenas como um dos precursores da Revolução Francesa. Com os seus ideais democráticos, ele prestou um grande serviço à humanidade. O Estado deixou de ser uma propriedade do soberano ou do governante de plantão e até Maquiavel perdeu terreno, embora ainda tenha alguns seguidores.

Depois da democracia grega e da república romana, o direito de cidadania se evoluiu a partir do pensamento político do Barão de Montesquieu, que influenciou, em seguida, o Congresso Geral dos Estados Unidos, em 1788, e a Assembléia Constituinte Francesa, em 1789, com a consagração desses poderes, todos interdependentes e harmônicos. Eles são os sustentáculos do Estado contemporâneo, fundamentado no princípio triangular da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, e garantem a democracia participativa do Século XX, que promove o "governo do povo, pelo povo e para o povo".

Transportando esses subsídios para a História de Mato Grosso, tudo nos autoriza a identificar nela três grandes estadistas. No período colonial, o capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres consolidou as fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, além de fundar as cidades de Cáceres e Poconé, em Mato Grosso, e Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul, para defesa da área de influência de Lisboa. O Barão de Melgaço, na monarquia, estudou, ocupou e defendeu os limites territoriais de Mato Grosso, com sacrifícios enormes, mesmo depois de estar aposentado, com idade avançada.

O ex-governador Júlio Strubing Müller é o grande estadista de Mato

Grosso no período republicano. Ao analisá-lo, não podemos questionar aspectos comuns de administração em si, como se fez mais ou se fez menos. Não se trata de quantidade e sim de qualidade, na dimensão do seu tempo e de acordo com os recursos humanos, materiais e financeiros então disponíveis. O governante, o homem público, o cidadão Júlio Müller, que os mato-grossenses estão homenageando ao ensejo das comemorações do seu centenário, é também um estadista reverenciado pela nossa história regional.

No seu tempo e no seu espaço, o ex-governador Júlio Müller relacionou as necessidades mais prementes, a começar pela estruturação do próprio Estado, que continuava vivendo uma época histórica que havia ficado no passado. O Sul de Mato Grosso de então estava se beneficiando, também, do progresso industrial de São Paulo, seu vizinho geográfico, sua base econômica e seu berço social. O perfil sócio-econômico do mato-grossense mais voltado para a agricultura estava ficando restrito ao cento do Estado. Mais ao Norte ainda era um grande vazio demográfico e a região Sul se modificava, entre o crescimento de São Paulo e as distâncias para Cuiabá, que além de não contar com os necessários meios ainda se sacrificava para beneficiar, na medida do possível, um interior também carente e em transformação.

O primeiro passo era fixar e consolidar a Capital do Estado, uma vez que os novos mato-grossenses do Sul, desconhecendo a tradição e a cultura de Cuiabá, buscavam uma forma de identificação política e social tendo Campo Grande como novo símbolo. Os novos tempos beneficiavam os mato-grossenses do Sul. O estadista Júlio Müller conseguiu alterar os rumos da história, fazendo os ventos do destino soprarem a favor de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso tradicional. Com a Capital fixada onde sempre esteve e sempre estará, o governo agiu rapidamente para marcar presença no Sul, fazendo as lideranças políticas daquela região reconhecerem a existência de uma realidade irrefutável.

Graças às bases montadas pelo ex-governador Júlio Müller, o Estado de Mato Grosso passou a funcionar em sintonia com o Brasil republicano que se projetava no mundo todo, em busca de um desenvolvimento que exigia plena convivência internacional. Aproveitando os seus recursos naturais, Mato Grosso passou a crescer em todos os sentidos. O progresso se instalou em Cuiabá e ela é hoje a terceira Capital do país mais próxima de Brasília, a atual

sede do governo brasileiro.

O Sul foi desmembrado, formando agora o Estado de Mato Grosso do Sul, que ainda mantém as suas características mato-grossenses. O Estado de Mato Grosso, com fibra, superou todas as dificuldades iniciais e hoje é uma potência econômica emergente, reconhecida por todos. O problema atual não é atrair o desenvolvimento e sim garantir sua sustentação. Mato Grosso já não é lembrado apenas pelos seus índios ou pelas suas onças. Mato Grosso é respeitado pelas sua agro-indústria, pela pecuária, pelo comércio, pelas belezas naturais, e, principalmente, pelo seu futuro mais do que promissor.

A ninguém cabe o direito de ignorar a importância do governo Júlio Müller como precursor de tudo isto de bom que estamos observando nos nossos dias. Hoje há fartura de tudo, até mesmo de problemas e de exigências, mas tudo isto corresponde aos novos tempos de prosperidade. Não existe, é verdade, fartura de dinheiro para atender todas as reivindicações, pois Mato Grosso abriu todos os seus horizontes para acolher brasileiros de todos os quadrantes do país. Mas, há uma fartura de gaúchos, catarinense, paranaenses, paulistas, goianos, mineiros, baianos, cearenses como eu, e muitos outros compatriotas, que aqui chegaram com os mesmos ideais do ex-governador Júlio Müller. Eles nunca se consideraram “paus-rodados”, e sim “paus-para-toda-obra” na jornada histórica de se construir neste cerrado, neste pantanal, nesta selva amazônica, lado-a-lado com os hospitaleiros mato-grossenses, a tão sonhada Terra da Promissão.

VELHO BUGRE: uma visão muito pessoal (em homenagem ao seu centenário)

Maria Manuela R. de Novis Neves

Dia 23 de agosto de 1994, Olyntho Neves, mais conhecido como o “Bugre” do Bar Moderno, faria 100 anos. Marido de Irene Novis Neves e pai de Gabriel, Yára, Pedro, Inon, Ylcléa, Antonieta, Olyntho, Aracy e Ana Beatriz, ele foi também o meu sogro. Em meu nome, do meu marido Pedro e das minhas filhas Janaina e Manaira, eu lhe presto esta pequena homenagem: dar vida a fragmentos de lembranças particulares que tenho dele e relembrar a sua relevância como cidadão participante do cotidiano cuiabano e mato-grossense.

Conheci o velho Bugre já sem o “charme” da moldura histórica e imortal do “Bar Moderno”, que ele conduziu por meio século e que, já foi merecidamente consagrado como um patrimônio dos cuiabanos. Naquela esquina da Praça Alencastro, construiu-se parte da memória cultural de Cuiabá, consolidando-se, também, como um “tambor” de ressonância política, sobretudo no pós-45.

Não raro, era ali que se encontravam e se resolviam muitas divergências partidárias, sob os olhares atentos do povo, que custou a entender porque alguns “inimigos” ferrenhos das campanhas eleitorais, ficavam “juntos e abraçados”, após acaloradas sessões legislativas (de acordo com depoimento de políticos da época). Sem dúvida, foi naquele parlamento “informal” do Bar Moderno (ou bar do Bugre como ficou conhecido), que muito se exercitou a prática conciliatória (e de “arranjo”) que, apesar dos conflitos internos, caracterizou a cultura política mato-grossense. E, sempre sob a notável discrição do “maestro” que regia aquele espaço pluralista.

Sempre me senti instigada por esse aspecto peculiar do Bar Moderno e, também por isso, sempre me perguntei qual seria a idéia de “modernidade” que o jovem Bugre construiu na sua cabeça, no início dos anos

20, em Cuiabá. Que idéias eram aquelas que deram vida tão longa ao Bar Moderno? Seriam os sorvetes? A localização privilegiada, para apreciar o "footing" no Jardim Alencastro ou para acompanhar a retreta, no coreto do mesmo jardim? A idéia de modernidade seria a garantia da cerveja gelada para apaziguar os torturantes calores, após o banho de rio nas praias do Cuiabá, do Coxipó e do Ribeirão? Ou talvez, para rever os amigos e refrescar a sede, após as peixadas e as sextas? Seria aquele o ponto de referência para os encontros, antes e depois da missa, na Igreja Matriz? Quem sabe, a tal "modernidade" não fosse, pura e simplesmente, o espírito empreendedor do jovem e "moderno" Bugre que, ali, soube propiciar o "clima" democrático para a passagem e o encontro de todas as classes, de todas as idéias, de todas as idades, de todos os interesses?

Para além da referência comunitária, o Bar Moderno foi, também, a trincheira "do Bugre" para a vida. E para a conquista de respeito e de amigos. Ali ele plantou e colheu o sustento digno para a família de nove filhos (e até para o luxo de mandar alguns para estudar no Rio de Janeiro, cumprindo a sua determinação de oportunizar-lhes a melhor educação). Ali ele fez a sua história e participou da história, da cultura, da política e do cotidiano dos cuiabanos e dos mato-grossenses, durante meio século.

O seu entendimento da "modernidade" não podia ser transferido. Qualquer que fosse esse entendimento, ele o exerceu com sabedoria. Era uma conquista pessoal do cidadão Bugre e da sua dimensão pública. Preferiu cerrar as portas, indenizar condignamente os seus empregados, alugar os espaços do ex-Bar (para manter-lhe o sustento de homem simples e de vida modesta) e mandar rezar uma missa. Só então, tomou posse definitiva de uma nova trincheira: a cadeira de balanço, na qual se manteve até o fim.

Foi assim que o conheci (em 1972) e sempre tenho a sensação de que, lamentavelmente, deixei de conviver com a sua melhor parte. Nunca entendi muito bem se ele era feliz ou infeliz dentro do seu pijama impecável, na cativa cadeira de balanço (o seu cativo?), fumando irreverente e impunemente o seu longo cigarro Hilton (com quase 80 anos). Já então, quase sempre quieto e calado, batia com ritmo a mão esquerda (da aliança) no braço da cadeira, produzindo um som peculiar que ele acompanhava com um suave e musical assobio: talvez revelando insatisfação, ansiedade, vontade de "voltar"

ao mundo? Ou, pelo contrário, alegria de “dever cumprido”? Parecia-me sempre muito digno, na sua nova condição: aprendiz e mestre na arte da resignação, após uma vida dinâmica e de amplas fronteiras.

Quase nada o fazia sair da cadeira de balanço, o novo “balcão” do, agora, velho “Bugre”. Nem mesmo a justa (e talvez tardia) homenagem da Associação Comercial, que recebeu em sua casa, no seu mundo privado.

Filhos e netos o reverenciavam. Era em torno dele que se realizavam os almoços domingueiros: o encontro semanal da família Novis neves, quaisquer que fossem suas atividades ou responsabilidades durante a semana. Ali eles eram, apenas, os filhos, genros, noras e netos de Bugre e de Irene. Embora ele já não participasse das iguarias nem do movimento barulhento dos netos, continuava sendo o “imã” que atraía a convergência familiar. Sempre foi, mesmo que ele não soubesse disso.

O velho Bugre da cadeira de balanço, às vezes gostava de contar algumas histórias, para quem tivesse interesse em ouvir. E o fazia admiravelmente bem. Dessas reminiscências, eu gostava particularmente da sua aventureira (e torturosa) primeira viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, nos “idos” tempos. Ele contava essa história em detalhes, com um entusiasmo jovem sempre renovado e eu estimulava a renovada repetição. Talvez tenha sido o prazer compartilhado dessa história, a minha mais grata lembrança do Bugre. Eu simplesmente adorava vê-lo reviver aquela aventura, em cujo percurso aprendi a avaliar o isolacionismo e a persistência dos mato-grossenses.

Não creio que eu tenha sido uma pessoa especial para o Bugre, já na sua fase da cadeira de balanço, com uma família de nove filhos que rapidamente se multiplicava numa multidão confusa e barulhenta, sobretudo nos domingos e nos dias “especiais”. Mas, tenho absoluta certeza, de que o momento dessa “aventura jovem” era especial para nós dois. Ele gostava de contar e eu gostava de ouvir com riqueza de detalhes: o “farnel, as viagens de rios e de trens, o encontro feliz com um cuiabano conhecido na estação de S. Paulo, a chegada ao Rio de Janeiro. Realmente, um mútuo prazer que eu incentivei muitas vezes. Dava gosto vê-lo novamente ativo e entusiasmado. Personagem central da sua própria história e das suas aventuras. Uma delícia!

Não tenho dúvidas de que houve um jovem sempre “moderno” no invólucro do velho Bugre. Tão moderno, que conservou um inusitado cen-

so crítico até quase ao seu fim. Em vez de ficar hipnotizado pela TV (confortavelmente instalada à frente da sua cadeira de balanço), ele reagia aos exageros dos noticiários ou dos tele-dramas com um sorriso irônico e com a repetição irreverente da frase: “é uma novela, é uma novela”! O que poderia haver de mais moderno, na virada dos anos 70/80, do que esse descrédito ao poder avassalador da mídia?

Nos dois últimos anos de sua vida, já bastante doente e alheio, conservava o hábito de ‘fingir’ que tinha cigarro entre os dedos: levava-o à boca e até ‘batia’ uma imaginária cinza. O jovem/velho Bugre morria, mas não se entregava!

Gosto de lembrá-lo assim: meio irreverente, meio fora dos padrões, bastante “moderno”, na melhor acepção do termo. E suficientemente ético para nunca ter usufruído de qualquer benefício indevido, apesar dos muitos amigos e da clientela de políticos. Tão bom se existissem mais e mais jovens e velhos Bugres! Modernos ou não.

A minha sincera homenagem ao velho Bugre, um verdadeiro cidadão cuiabano, mato-grossense e brasileiro. A sua imortalidade não se inscreve nas academias e sim no cotidiano da cultura e da memória da terra. E na saudade dos que privaram do seu convívio. Para sempre!

SESQUICENTENÁRIO DO VISCONDE DE TAUNAY*

Corsíndio Monteiro da Silva

Nosso ilustre Presidente, ao designar-me para dizer algumas palavras sobre o Visconde de Taunay, cujo sesquicentenário de nascimento está a ocorrer, houve por bem conceder-me, generosamente, uns poucos minutos para que eu disqueteasse sobre a vida e obra daquela figura marcante da Cultura Brasileira.

Com isso, pretende a Academia de Letras de Brasília registrar o sesquicentenário de nascimento do autor de *Inocência* e de *A Retirada da Laguna*, duas obras que altearam o nome de Alfredo d'Escagnolle Taunay, mais conhecido pelo título nobiliárquico de Visconde de Taunay.

Esta nesga de tempo, evidentemente, não nos seria bastante para discorrer sobre figura tão rica e expressiva se não fosse para um auditório tão seleta quanto este, de integrantes de uma Academia de Letras, isto sem considerarmos que a média de idade dos membros desta assembléia ilustre gira em torno dos 60 anos, o que nos possibilita admitir, para logo, tratar-se de gerações que tomaram conhecimento, ainda nos bancos escolares, de certos vultos de nossa Pátria, de que é exemplo o Visconde de Taunay.

E o Visconde, bem o sabemos, e ninguém aqui ignora, tem lugar de destaque tanto em nossa literatura quanto em nossa história.

Quanto menos não seja, por aquilo que podemos extrair do seu epitáfio redigido por ele próprio:

*"Aqui jaz o autor de duas obras
Que alcançaram renome valioso
De Inocência, a história sertaneja,
E de Laguna, o feito glorioso."*

* Homenagem prestada pela Academia de Letras de Brasília (19.XI.1993) - Palavras proferidas pelo Acadêmico Corsíndio Monteiro da Silva que é também membro da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Como se vê, o próprio Taunay, em sua avaliação final, considerava que a sua memória poderia perdurar pelo menos por essas duas obras: o romance *Inocência*, o nosso bucólico **Romeu e Julieta**, e **A Retirada da Laguna**, em que registra “um episódio da Guerra do Paraguai” e do qual foi um dos sofridos protagonistas.

Lembremos, a propósito, estas palavras que o mesmo Taunay disse ao Imperador Dom Pedro II, na festa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferecida aos oficiais do encouraçado chileno **Cóchrane**, aportado no Rio de Janeiro em fins de outubro de 1889, ao lhe mostrar essas suas duas principais obras devidamente encadernadas - **A Retirada da Laguna e Inocência**, que ia oferecer ao Comandante Constantino Bannen:

“Eis as duas asas que me levarão à imortalidade.”

E Dom Pedro II aprovou a feliz idéia do presente e a motivação do seu orgulhoso autor porque, também ele, exigente como era, muito apreciara aqueles dois livros do seu pupilo a quem, há pouco mais de mês, agraciara com o honroso título de Visconde com grandeza.

São, pelo menos, estas duas obras que, com efeito, lograram ficar na memória de nossa gente, como dois marcos na Cultura Brasileira - o romance **Inocência e Retirada da Laguna**, obras essas festejadíssimas, não só no Brasil como, praticamente, no mundo inteiro. Não há negar, foram duas obras-primas, cada qual no seu gênero, e que muito nos dignificam.

Inocência, um romance de costumes da vida sertaneja, produto da observação, da experiência, da imaginação do jovem autor em seu retorno à Corte após os sucessos da Força Expedicionária Brasileira em território matogrossense. O segundo livro é uma crônica militar escrita pela pena brilhante de um jovem artista que rememora o calvário dos expedicionários brasileiros que, do Rio, de São Paulo e de Minas adentraram o território nacional para rechaçar as forças de Solano Lopes que, ousadamente, invadiram o sul de Mato Grosso, provocando pânico nas populações fronteiriças, em flagrante desacato à nossa soberania.

Essa obra valeu a Taunay a alcunha de Xenofonte brasileiro. Havendo sido escrita originariamente em francês, língua em geral falada no quotidiano de sua família, foi adotada como obra de leitura obrigatória aos alunos da Academia Militar da França.

De notar que Alfredo d'Escragnolle Taunay escreveu ambos estes livros antes mesmo de completar 30 anos de idade, ou, mais precisamente, escreveu **A Retirada da Laguna** quando tinha 25 anos (o prólogo é de outubro de 1868) e o romance **Inocência** teve sua primeira edição em 1872, ao completar 29 anos.

E foram publicados sob o pseudônimo - Silvio Dinarte. Na França, chegaram a supor fosse **La Retraite de Laguna** obra de algum escritor francês oculto por pseudônimo, tais a beleza e a fluência do estilo, muito próprias de quem domina aquele idioma.

Foi o romance vertido para o francês, para o inglês (tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos), para o alemão, para o italiano, para o espanhol, o sueco, o dinamarquês, o polonês, o flamengo, o árabe, o japonês..., o que deu a Taunay renome internacional.

Seu texto foi adaptado ao teatro italiano por Sílio Bocanera e a uma peça em espanhol por José Clemente Soto, de Buenos Aires.

Cumprе observar que ninguém menos que o consagrado Mestre Miguel de Unamuno aconselhara a tradução, para a língua de Cervantes, do romance **Inocência**, impressionado que ficara com a leitura dessa obra, que reconheceu de inquestionável valor literário.

No Brasil, o romance foi teatralizado pelos dramaturgos Carlos Góes, Roberto Gomes, Rodrigues Barbosa e Jorge R. da Cunha, de 1915 a 1921. Inspirou uma ópera, que recebeu o mesmo nome **Inocência**, ao maestro Leo Kessler, sobre um libreto do conhecido poeta Emiliano Pernetá, ópera essa que foi muito aplaudida na época.

Um ator italiano Capellani extraiu do romance de Taunay, em 1915, uma fita cinematográfica que foi exibida nas principais casas de espetáculo do Brasil. Depois desse filme, outros aconteceram, como um recentíssimo sob a responsabilidade do Diretor cinematográfico, Walter Lima Jr., protagonizado por Fernanda Torres e Edson Celulari, nos papéis de **Inocência** e de **Cirino**.

No registro que fez o Visconde de suas memórias para serem divulgadas em forma de livro quando de seu centenário em 1943, escreveu ele com franqueza, posto que com minguada modéstia, que esse seu romance era "*a base da verdadeira literatura brasileira*", fazendo a seguinte observação:

“O estilo suficientemente cuidado e de boa feição vernácula preenche bem o fim, revestindo do prestígio da frase descrições perfeitamente verdadeiras em que procurei reproduzir, com exatidão, impressões recolhidas em pleno sertão.”

Confessou Taunay ser **Inocência** *“um livro honesto e sincero”* e que esperava não haverem “as gerações futuras” de tê-lo em pouca conta. Aduziu que seu pai, Félix Emilio, que Dom Pedro II e o Ministro francês, Auguste Gérard, *“muito entendidos em coisas literárias, espíritos imbuídos das grandes tradições clássicas do belo e do bem da verdade, sobremaneira o exaltaram, rememorando, a cada instante, os principais episódios”*, relatados no romance.

Ainda assim, já na segunda edição que saiu nove anos depois da primeira, sob a responsabilidade dos editores G. Leusinger & Filhos, do Rio de Janeiro, valeu-se Taunay dos conhecimentos de língua portuguesa de que era possuidor o Dr. Heráclito de Alencar Pereira da Graça, mais conhecido por Heráclito Graça, celebrado autor da obra *Fatos da Linguagem*, colectânea de artigos sobre assuntos filológicos, resultantes da polémica que entreteve com o escritor, dicionarista e gramático português Cândido de Figueiredo.

Heráclito Graça foi Deputado pela Província do Ceará, havendo sido Presidente da Paraíba e do Ceará, fixando residência no Rio de Janeiro, em 1877, quando fez amizade com Taunay, que era do mesmo partido político.

O renome de Heráclito Graça como vernaculista se fez ao enfrentar destemidamente o gurú da época, que se propunha a ensinar os brasileiros *“o que se não devia dizer”*, para, à viva força, incutir a estes bárbaros a língua portuguesa tal como falada por Frei Amador Arrais, Jorge Ferreira de Vasconcelos, João de Barros, Diogo Bernardes ou Fernão Mendes Pinto: era o temido Cândido de Figueiredo, que mantinha uma coluna de consultas gramaticais no *Jornal do Comércio do Rio*. Ali, o mestre luso pontificava e azorragueava nossa indigência que trazia a língua, que herdáramos de Portugal, *“mais andrajosa que capa de pedinte”*...

Taunay para precatar-se de críticas que tais, mesmo porque já estava na alça de mira do temido Silvío Romero, valeu-se de Heráclito Graça,

que se afinava mais com o seu pensar sobre o uso adequado da língua portuguesa pelos brasileiros, sem que fosse preciso macaquear a sintaxe lusa, como dizia o poeta. Tanto que consultado, igualmente, um outro estudioso da língua, o gramático Cândido Lago, sobre o texto do romance em vias de ser editado, reagia, com veemência, o jovem Taunay, porque as correções propostas não desfigurassem o desenho fraseológico adotado em seu livro, que ele queria espelhasse o modo brasileiro de dizer e de expor, e fosse "*verdadeira base da literatura brasileira*", e que, por isso, não comportava arremedos de autores clássicos portugueses, por mais respeitáveis que fossem.

Deste modo, a nosso ver, essa, a de 1889, é a edição que contém o texto definitivo do romance **Inocência**, sendo que a 5ª só saiu quatro anos depois do falecimento de Taunay, e por uma outra editora de São Paulo, já sob a supervisão de seu filho, o Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay.

É oportuno registrar que **A Retirada da Laguna** foi escrita quase de improviso, a instâncias aborrecidas de seu pai, Félix Emílio. Em 1874, foi feita a tradução para o português por Salvador de Mendonça, diplomata, jornalista, escritor, e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Ora se deu que Taunay não escondia seu pouco apreço por essa tradução, até que, em 1901, nova tradução foi feita pelo Barão de Ramiz Galvão. Posteriormente, o Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay empreendeu, com todo o critério e com pleno conhecimento do estilo de seu pai, senão mesmo como preito de saudade, a tradução definitiva que a Companhia Melhoramentos de São Paulo passou a publicar em edições primorosas e enriquecidas de farta documentação.

O primeiro trabalho que Taunay publicou depois de **A Retirada da Laguna** e de **Inocência** foi **Cenas de Viagem**. Este pequeno livro foi, de pronto, muito elogiado pelo Dr. Herbert Smith, eminente naturalista americano, residente por algum tempo no Brasil, que o qualificou como sendo "*um dos melhores estudos sobre a natureza selvática dos nossos sertões, quer do ponto de vista descritivo, quer do ponto de vista científico*".

Numa outra obra sua, sob o título **Céus e Terras do Brasil**, obteve grande sucesso, havendo sido vertida para o alemão, pelo Dr. Carlos Müller, e, para o espanhol, pelo escritor Vicente Quesada.

Ocorre que o Visconde de Taunay escreveu muitos outros livros. Recordemos alguns dos mais conhecidos: **O Encilhamento; Ouro sobre Azul; Manuscrito de uma mulher; Amélia Smith; A Cidade do Ouro e das Ruínas; A Guerra do Pacífico; Ao Entardecer; Cartas da Campanha; Dias de Guerra e de Sertões; Dois Artistas Máximos - José Maurício e Carlos Gomes; Em Mato Grosso Invadido; Entre os nossos Índios; Goiás; Homens e Coisas do Império; José Maurício Nunes Garcia; Marcha das Forças; No Declínio; o Visconde do Rio Branco; Paisagens Brasileiras; Recordações de Guerra e de Viagem; Servidores Ilustres do Brasil; Viagens de Outrora; Visões do Sertão; Augusto Leverger; Reminiscências** e ainda um volume sob o título **Filologia e Crítica**, isto sem falarmos em suas **Memórias**, um livro excelente, de cativante leitura.

Taunay foi, igualmente, um estudioso de Botânica, havendo sido Professor de Mineralogia e Geologia na Escola Militar. Foi, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras.

Pelas mãos de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que foi seu professor e que, quando Primeiro Ministro do Império, se empenhou em que fosse publicado, às expensas do Governo, o livro **A Retirada da Laguna**, com tradução de Salvador de Mendonça, foi o ainda jovem Alfredo d'Escragnolle Taunay recomendado à atenção dos seus correligionários de Goiás. Daí nasceu a vida de Taunay para a política partidária com a sua eleição para a Câmara dos Deputados em 1872, havendo sido reeleito em 1875. Destarte, o Visconde do Rio Branco podemos afirmar haver sido o profeta dos destinos de Alfredo d'Escragnolle Taunay.

O Visconde do Rio Branco - pai, como sabeis, do Barão do Rio Branco - foi em certo sentido, o grande artífice da carreira política de Alfredo d'Escragnolle Taunay, seu antigo aluno: fê-lo seu Oficial de Gabinete quando Primeiro Ministro; empenhou-se em que se livro **A Retirada da Laguna** fosse traduzido para o português por um dos homens mais ilustres da época, Salvador de Mendonça, e publicado às expensas do Governo Imperial; indicou seu nome à consideração de uns correligionários de Goiás e, com isso, logrou elegê-lo à Câmara dos Deputados, havendo sido reeleito na legislatura seguinte.

Acontece que o jovem Taunay, com o seu coeficiente pessoal, se destacou entre os parlamentares, pela sua simpatia, pela sua honradez, pela palavra fácil, fluente, pelo interesse por problemas sociais, além de sua natural rebeldia, perfilhando projetos não raros oriundos de partido político diverso do seu, o Conservador.

Com 31 anos, casou-se com Cristina Teixeira Leite, filha dos Barões de Vassouras, havendo sido, a seguir, em 1875, promovido a Major, e, em 1876, nomeado Presidente de Santa Catarina, cargo que desempenhou até 1877.

No Palácio do Desterro, em 1876, nasceu-lhe o filho Affonso, que havia de se tornar grande historiador e membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, e, por muito tempo, Diretor do Museu Paulista, o consagrado Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay.

A queda do seu partido, o Conservador, em 1878, fê-lo afastar-se temporariamente da política, propiciando-lhe uma longa viagem à Europa, que ele aproveitou, colhendo idéias para, depois, pô-las em prática quando retornasse ao Brasil.

Em 1880, retornou às atividades políticas com sugestões de reformas e criação de instituições sociais já de há muito aceitas pelos países europeus, escrevendo diariamente para os jornais, suscitando soluções para os problemas que então afligiam o país, pugnando pela grande naturalização (que, basicamente, era idéia de seu pai, Félix Emílio), pelo casamento civil, pela necessidade de se atraírem para o Brasil grandes massas de imigrantes europeus (neste ponto, só fazendo restrições à imigração asiática tal como depois o fez o aristocrata Raul de Leoni...)

Quando dos debates pela abolição da escravatura, deles participou ativamente ao lado de Joaquim Nabuco.

Em 1881, elegeu-se Deputado por Santa Catarina.

Em 1885, com a volta ao Poder do Partido Conservador, foi nomeado Presidente da Província do Paraná, pondo em prática suas idéias, conseguindo fixar, na parte meridional daquela Província, milhares de colonos europeus.

Em janeiro de 1886, seus eleitores de Santa Catarina o reelegem

ram Deputado Geral.

Com a morte do Barão de Laguna, único Senador por Santa Catarina, pleiteou a sua sucessão. Nas eleições de 14 de junho, foi o mais votado dos candidatos da lista triplíce apresentada à alta decisão da Coroa, por quem, a 28 de agosto, se viu escolhido Senador.

Tinha, então, 44 anos de idade: era o mais jovem Senador do Império, onde se destacou pelas idéias novas que, há algum tempo, vinha defendendo.

Nele, teve a Lei de 13 de maio apaixonado e ardoroso defensor, já havendo votado, antes, com os Liberais, em favor da libertação dos escravos sexagenários.

A 6 de setembro de 1889, alcançou aquilo que aprecia sua maior glória, o coroamento de toda a sua vida: foi pela Coroa agraciado com o honroso título de Visconde com grandeza.

Com a inesperada proclamação da República, Taunay fica profundamente deprimido e se retira por inteiro à vida privada, buscando aos poucos, preencher o vazio que se estabeleceu ao seu redor sem a presença querida de seus amigos, como Dom Pedro II, a quem idolatrava com justa razão.

Quando, a insistência de amigos, ia a alguma reunião de intelectuais, como acontecia com os que idealizavam fundar a Academia Brasileira de Letras, era ele visto a dedilhar, solitário, um piano, instrumento muito comum nas residências, clubes, restaurantes ou bares daquela época.

Ainda assim, começou a se ocupar com literatura, história, crítica de arte.

Cultivou a música desde seus verdes anos: com 4 anos de idade, já tocava piano acompanhado de sua irmã Adelaide.

Compôs peças sacras, para canto e órgão; Romances para canto e piano; valsas e mazurcas; estudos de concertos; noturnos; peças para piano e violino, e, inspiradas no estilo de Chopin, compôs valsas a que deu o título geral de Chopinianas, antecipando, assim, as célebres Bachianas Brasileiras de Heitor Vila-Lobos.

Vencido pelo diabete, doença contraída na Guerra do Paraguai, talvez pelo excesso de quinino que ingeria para enfrentar as doenças geradas pela região pestífera dos pantanais, faleceu Taunay a 23 de janeiro de 1899, na

cidade do Rio de Janeiro, quando ainda nem completara 56 anos de idade! Coube a Joaquim Nabuco dar-lhe o extremo adeus em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que disse que o Brasil inteiro lamentava a perda que sofria, tão reduzido que estava em sua glória com o desaparecimento de Taunay.

A respeito dos desânimos de José de Alencar quanto às incertezas da posteridade, indagava Taunay em um dos seus escritos: *“Qual, porém, a inteligência, por mais alevantada, valente e confiante em si, que não agite, inquieta, essa dolorosa perplexidade, a indagar, consigo mesma, se poderá porventura escapar do desastre irremediável e do esquecimento eterno?”*

Com efeito, suas duas obras-primas foram as asas que o levaram à imortalidade, embora, como disse um dos seus biógrafos, o maior título é o de continuar a ser um dos padrões do nosso patriotismo e um dos grandes homens do nosso Brasil.

A nossa Academia de Letras de Brasília reconhece o seu valor, a sua imortalidade, Taunay, Visconde de Taunay, Alfredo d’Escragnonle Taunay, como escritor primoroso, como um dos fundadores do romance brasileiro, como o nosso Xenofonte, como o exemplo do verdadeiro político que sempre se interessou pelos problemas nacionais, e de inequívoco espírito público, como homem de apurada sensibilidade que até a linguagem universal da música nos soube transmitir, que bem merece aquilo que lhe disse o grande Joaquim Nabuco: *“O Brasil inteiro terá orgulho de ti, já o tem...”*

A posteridade, neste sesquicentenário de seu nascimento, se preza, através desta Academia de Letras de Brasília, desta Capital do nosso país ao qual tanto amou, tanto que por ele sacrificou a sua mocidade, a sua vida, enfim, se preza de exornar com folhas de louro a sua frente de verdadeiro herói que o Brasil inteiro reverencia e agradece.

ESBARRO NO HOJE, RECUO NO TEMPO, GALOPE NA HISTÓRIA

(Notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá-Chapada)¹

Carlos Rosa²

APRESENTAÇÃO

Quando a Acrimat realizou no ano passado a Primeira Cavalgada Tope de Fita, de Cuiabá a Chapada dos Guimarães, não podia prever ainda o alcance histórico, turístico, de lazer e ecológico do evento.

Chapada possui um carisma especial que transforma positivamente tudo que lhe diz respeito.

Quando nos mobilizamos neste final de 1994 para a Segunda Cavalgada, já encontramos um clima de animação e uma forte motivação histórica, cultural-turística e de lazer agora valorizada pelo resgate histórico levantado pelo historiador Carlos Alberto Rosa.

Este levantamento está condensado nesta publicação.

A cada passo que os nossos cavaleiros de todas as idades e profissões derem nesta cavalgada, estarão pisando em chão rico de História.

Passarão por estradas onde circulavam as tropas cargueiras dos nossos antepassados, as mulas carregadas de ouro dos bandeirantes e garimpeiros, os carros de bois, as boiadas, os cavaleiros, as missões religiosas de antigos missionários, os cortejos de casamentos e a vida do Mato Grosso histórico.

Hoje voltamos ao passado, valorizando o presente com a história de antigos cavaleiros.

Cuiabá, 01 de dezembro de 1994

Jurandir Spinelli

*Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRIMAT*

ESBARRO NO HOJE, RECUO NO TEMPO, GALOPE NA HISTÓRIA³

As relações entre a “serra” da Chapada e a “baixada” cuiabana são fenômenos naturais e culturais de longuíssima duração. Milenares.

Mesmo deixando de analisar os aspectos paleo-geológicos dessas relações, resta inevitável constatar o caráter milenar da presença do **homo sapiens sapiens** na “serra” e na “baixada”. As gravuras e pinturas rupestres nos sítios Bicho Morto, Morro Só, Letreiro dos Bugres, Pedra Preta, Frei Kanuto, Abrigo da Sede, Corda Sem Fim, Gruta da Lagoa e Xavier⁴, embora ainda não estudadas sistematicamente, dificilmente revelar-se-ão estranhas à presença de grupos humanos organizados, há cerca de 11 mil anos, no Vale do São Lourenço ao Cuiabá/Coxipó⁵.

Em período bem mais curto, cerca de 300 anos, essas relações são mais documentadas.

É de 1672-73 a primeira passagem de bandeirantes pela Chapada. Antonio Pires de Campos, o primeiro desse nome, à época com mais ou menos 14 anos, acompanhou seu pai, Manuel de Campos Bicudo, em incursão pelo Planalto Central, - do que deixou depoimento a Antonio do Prado Siqueira:

“Noticias que me participou muitas vezes Antonio Pires de Campos, o velho(...) [que] fora ele dito Antonio Pires, sendo de idade de quatorze anos, com seu pai Manuel de Campos, que era o Cabo que governava a tropa de sessenta homens armados(...) Da cachoeira da Chapada, sítio que é hoje [1769] de Martinho de Oliveira (Gago), dizia o dito Antonio Pires que partiram(...) Vila do Cuiabá, em 27 de agosto de 1879. Antonio do Prado Siqueira.”⁶

O Padre José Manuel de Siqueira, por sua vez, situou no tempo essa incursão por Chapada:

“Por volta de 1672, a bandeira de Manuel da Campos

*Bicudo sobe o rio Cuiabá até São Gonçalo Velho, de onde busca a Chapada de São Jerônimo e passa ao Paranatinga e prossegue ao Norte em busca dos índios Coroá(...)*⁷

Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, ampliou um pouco mais o registro dessa incursão, no verbete “**Canastra** (Serra da)”, de seu “*Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso*”:

*“Nome que os antigos sertanistas davam à serra que se avista de Cuiabá e onde, no quadrante de NE, nota-se um morro, cujo cume parece cortado horizontalmente, o que lhe dá a figura de uma Canastra. Refere-se o Padre José Manuel de Siqueira, que Antonio Pires de Campos, Bartolomeu Bueno da Silva, com numerosa comitiva, foram naquelas paragens acometidos de uma grande tempestade: abrigaram-se no morro da Canastra e acolhidos nas suas cavidades, por ocasião dos relâmpagos, bradavam por São Jerônimo: ficando denominados até o presente serras e morro de São Jerônimo.”*⁸

É interessante observar que em seu trabalho *Topônimos Bororo na Microbacia do Rio Cuiabá*, Antônio João de Jesus e José Guilherme A. Lima indicam como topônimo bororo para o morro de São Jerônimo a expressão **Bokodóri-ri**, ou seja, “morro do tatu canastra”.⁹ A coincidência do léxico “**canastra**” em denotações diferentes, parece aqui digna de atenção. O assim chamado “tatu canastra”, corresponde em Tupi ao “**tatu açú**”; a presença de índios pertencentes ao universo lingüístico do tronco Tupi nas bandeiras paulistas, além da maioria mameluca que falava a ‘Língua Geral’ sempre foi uma constante; teria a expressão “**Bokodóri-ri** sido traduzida para “tatu-açú”, na Língua Geral” e desta para “tatu canastra”, - que, com o tempo, reduziu-se a “canastra”, já agora denotando não um animal, mas um objeto cultural referencialmente europeu, a partir do étimo greco-latino?

Entre 1716 e 1719, as bandeiras de Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral Leme deram início à ocupação das então chamadas “Minas Novas do Cuiabá”, cuja abrangência territorial do Ribeirão dos Cocais (atual

Livramento) às cabeceiras do Rio Coxipó-Mirim, - e do Rio Coxipó-Açú ao Rio Aricá-Mirim.

Em 1719, encontrando ouro no rio Coxipó-Mirim, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral arraialou-se nas proximidades do ponto onde o Coxipó deságua no rio Cuiabá, “*lugar onde se acha hoje a Capela de São Gonçalo*”, escrevia nos anos 1779 José Barbosa de Sá:

“Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez Junta o Capitão Mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este Termo de Certidão, para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França (...)”¹⁰

Esse documentos, transcrito na íntegra por Barbosa de Sá, pode propiciar, na parte aqui citada, alguns equívocos - se lido à ligeira. Assim, por exemplo, a afirmação “*neste Arraial do Cuiabá*”, pode ser entendida como referência ao arraial que só teve início cerca de 4 anos depois, onde hoje está o **centro histórico** da atual cidade de Cuiabá. Mas a incorreção dessa interpretação fica evidenciada, se observar-se que o **rio** Coxipó é considerado **ribeirão** no documento, - o que subordina-o ao **rio** Cuiabá, este topônimo dominante para toda a região; nestes termos, pode-se entender que embora o arraial fosse propriamente na área do Coxipó, por estar na confluência deste com o Cuiabá, predominou o topônimo maior, dominante, - “*arraial do Cuiabá*”. Um outro detalhe que não deve passar despercebido, é a afirmada invocação de **Nossa Senhora da Penha de França**. Tal invocação mariana, presente no Brasil desde fins do século XVI, **não foi** a invocação do arraial elevado a Vila tendo como protetor o **Senhor Bom Jesus** (do Cuiabá).

Em fins de 1720, com a chegada de novos imigrantes, dentre os quais 4 religiosos: o Carmelita frei Florêncio dos Anjos, o Franciscano Frei Pacifico dos Anjos, os seculares Padre André dos Santos Queiróz e Padre Jerônimo Botelho, - ocorreu mudança e/ou duplicação do arraialamento:

“Chegados ao arraial que é hoje a Capela de São Gonçalo, mudaram-se todos para o Coxipó acima, lugar chamado

hoje a Forquilha, onde formaram arraial e levantaram igreja com o título de Nossa Senhora da Penha de França, celebraram-se ofícios divinos, sendo o primeiro que fez vezes de Capelão, por eleição comum, o padre Jerônimo Botelho e depois o Padre André dos Santos Queiróz(...).¹¹

Augusto Leverger indica o dia 21 de fevereiro de 1721 como o da celebração da primeira missa na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, tendo como celebrando o Padre Jerônimo Botelho. Contudo, tendo pouco antes afirmado que já em 1719 tinha sido formado “*um arraial no lugar da Forquilha*”, evidente contradição com o que fora registrado cerca de um século antes por Barbosa de Sá (que cita em outras passagens), não esclarece o lapso de dois anos entre a “*formação do arraial*” e o surgimento de templo e celebração da “*primeira missa*”.¹²

Entre 1719 e 1721, portanto, bandeirantes e colonizadores afirmaram, principalmente através do arco fluvial do Coxipó-Mirim, a ocupação da área entre o rio Cuiabá e a Chapada.

A 25 de junho de 1726, ainda na cidade de São Paulo, estando de partida para estas “*Minas do Cuiabá*”, o governador e Capitão-General Rodrigo César de Menezes passou Carta de Sesmaria ao Tenente-Coronel **Antônio de Almeida Lara**, com área de “*uma légua em quadra*”, na “*Chapada*”. Até o momento, esta pode ser considerada a primeira Carta de Sesmaria do que veio a ser a Capitania de Mato Grosso. Mas há ainda, nessa primeira titulação em terra, um outro detalhe importante: **Antônio de Almeida Lara** afirmava, em sua petição, se “*estante nas Minas do Cuiabá, e sitiado e afazendado na Chapada*”, havia já **seis anos**, portanto, desde 1720, montando na “*Chapada*” uma “*fazenda de roças, canaviais e criações*”, “*com engenho*”, em que empregava “*mais de trinta escravos*”.¹³ Portanto, quase que simultaneamente à descoberta de ouro no Coxipó-Mirim por Pascoal Moreira Cabral, Antônio de Almeida Lara fixara-se na Chapada, “*sitiado e afazendado*”, Mas não exclusivamente movido por objetivos de produção agrícola: teria descoberto ouro no ribeirão Queimado, que com o Inferno, o São João e o Santo Antônio, aparentemente bordejavam a serra e foram explorados em 1719-1720, tendo depois, ao que tudo indica, recebido outras designações.¹⁴

É necessário registrar aqui que José de Mesquita questiona “*ter sido Lara o introdutor da cana-de-açúcar na Chapada*”, levantando a hipótese de isso ter ocorrido na **Chapada do Mato Grosso** (Guaporé). Aprofunda suas dúvidas afirmando que “*É para notado ainda o fato de não constar na relação das sesmarias concedidas em Mato Grosso, nos anos de 1726 e seguintes, nenhuma de nome Chapada do T^o C^o Almeida Lara*”. As provas documentais aqui referidas corrigem esta última afirmação de Mesquita. Aparentemente o grande historiador cuiabano consultou apenas o **índice** elaborado por Campos Aguirre, - **sem deter-se na leitura das Cartas de Sesmarias** concedidas por Rodrigo César de Menezes em 1726-1727. Esta suposição fica reforçado pelo fato de Mesquita referir as Sesmarias de Lanhas Peixoto e Plácido de Moraes, cujas Cartas referem claramente, na Chapada, a Sesmaria de Almeida Lara. Não é gratuito, portanto, que Mesquita refira sempre um Engenho na Chapada **em 1727**, fundando-se em Cabral Camelo: cautela compreensível.¹⁵

As alterações de topônimos, que talvez coincidam com alterações do próprio ambiente, decorridos 274 anos de ocupação predatória/colonizadora da área aqui em questão, representam “problemas” estimulantes - e não apenas para a pesquisa histórica. É, entre outros, o caso dos ribeirões Forquilha, Inferno e Queimado. Em inícios de 1727, por exemplo, Luís Castanho de Almeida e Manoel de Moraes Navarro solicitaram (e receberam) Carta de Sesmaria com a justificativa de que:

“(...)pretendiam fazer um serviço da água para minerarem em o ribeirão chamado do Inferno, que fazia barra no ribeirão da Forquilha; e porque era de grande utilidade aos Suplicantes cultivarem mantimentos naquela vizinhança para seu sustento e dos escravos(...) e se achavam também devolutas outras capoeiras na paragem chamada a Bocaina(...) e bem assim as acima declaradas, no dito ribeirão chamado o Queimado(...)”¹⁶

Dada a proximidade, no texto da justificativa, dos topônimos **Forquilha** e **Inferno** (sendo a localização do primeiro razoavelmente conhecida), com o topônimo **Bocaina**, que conota vão de serra, além do topônimo **Queimado**, é sustentável afirmar-se que mineração e produção de subsistência pontuavam um eixo Cuiabá-Chapada desde os primeiros anos da colonização da área cuiabana.

No caso de **Antônio de Almeida Lara**, é possível que o ouro do **Queimado** tenha contribuído para que ele possuísse **cavalos** na Chapada, em época em que esse recurso era ainda raríssimo nas “Minas do Cuiabá”:

“O seu tratamento foi sempre igual à sua distinta qualidade; porque em tempo que para ir ao Cuiabá um cavalo, se conduzia embarcado em canoa, desde o porto de Araritaguaba até as minas, e por isso se reputavam por preços exorbitantes, Antônio de Almeida os possuía muitos bons.”¹⁷

Correlações originárias: Minas do Cuiabá/Chapada, mineração/produção de subsistência (inclusive canavieira), primeiro titular de sesmária na Chapada precoce de cavalos.

A sesmária de **Antônio de Almeida Lara** tornou-se, desde logo, referencial na ocupação inicial da Chapada. Doze dias após sua chegada ao Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a 27 de novembro de 1726, o Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, firmava Carta de Sesmária ao Ouvidor Assessor Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto, concedendo-lhe uma légua em quadra no “*sítio da Chapada*”, “*dos marcos da Sesmária do Tenente-Coronel Antonio de Almeida Lara, correndo para o Nascente*”; logo depois, a 9 de dezembro, o Governador passava nova Carta de Sesmária a seu Secretário, Gervásio Leite Rabelo, de légua em quadra, “*confrontando com a Sesmária do Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto*”, e a 12 do mesmo mês, fazia outra concessão, a Plácido de Moraes, “*confrontando com Antonio de Almeida Lara*”. Este último caso, ao contrário dos dois anteriores, revela ocupação de terras na área da Chapada mais ou menos ao mesmo tempo do pioneiro Almeida Lara: Plácido de Moraes declarava que:

“(...)se achava morador nas vizinhanças da Chapada havia quatro para cinco anos(...).”¹⁸

Desde 1721-1722, portanto.

Nesse mesmo período, 1726-1727, outras Sesmárias foram concedidas, entre a já então Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá¹⁹ e a Chapada: no Coxipó-Açu, na Bocaina-Forquilha, no Rio Queimado, no Coxipó-Mirim.

É ainda difícil saber a intensidade de “*posses*” ou ocupações não tituladas nessa área.

A importância da propriedade de **Antônio de Almeida Lara**, porém, ficou consagrada. Escrevendo em São João Del Rei, nas Gerais, por volta de 1734, lembrava João Antônio Cabral Camelo:

*“Quando eu cheguei ao Cuiabá, que foi em 21 de novembro de 1727, não havia nele mais que um único engenho, dez ou doze léguas distantes da Vila, no sítio onde chamam a Chapada(...)”*²⁰

Também os cronistas José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira deixaram clara a importância da propriedade de Almeida Lara, ao frisarem que o Ouvidor Assessor, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, desentendendo-se com o Governador e Capitão-General Rodrigo César de Menezes, “*foi para a Chapada e casa*” de Lara, “*por onde andou alguns tempos em descobrimento de ouro e caçando perdizes*”.

Em 1736-1737 foi aberto um “*caminho de terra*” ligando a Vila do Cuiabá à vila Boa dos Goiazes (hoje Goiás Velha), em certa medida intensificando o trânsito Cuiabá-Chapada. O roteiro exato desse “*caminho de terra*” ainda está por ser estabelecido. José Gonçalves da Fonseca, escrevendo por volta de 1750, indica um trajeto que partia de Goiás;

*“Também de Goiazes se abriu caminho para o Cuiabá, cortando a oeste, atravessando as cabeceiras dos rios Claro, Pilões e depois a do Bacairi e Mortes, fazendo estrada ao norte da cordilheira, a qual se atravessa para o sul e se busca o rio Cuiabá pela sua cabeceira. Haverá nesta derrota três meses de jornada, em que não há mais perigo que o do gentio Caiapó.”*²¹

A esse roteiro em arco amplo, João Barbosa de Faria opunha outro, 170 anos depois, embora sem indicar fonte precisa:

“(...)Em 1737, com o caminho que Antônio de Pinho Azevedo abriu entre essa Vila [Cuiabá] e a de Goiás. A vereda foi tirada de Cuiabá a Sant’Ana da Chapada; deste

ponto à alta cabeceira do rio Manso, seguindo-lhe a costa, à distância, até 14° 30' Lat. e 8° 50' de longitude (Rio de Janeiro), donde rumou para o rio Grande do Araguaia, que ela atravessou na latitude de 16°35'."²²

Este roteiro, delineado por Faria, parece por um lado mais aceitável, por referir o rio Grande, ou Araguaia, omissos no roteiro de Fonseca; por outro lado, porém, parece anacrônica a referência ao topônimo "**Sant'Ana da Chapada**" em 1736, já que, como será visto mais à frente, essa denominação só passou a vigorar 15 anos depois. Contudo, será talvez o caso de estar Faria referindo região próxima às propriedades de Antônio de Almeida Lara e outros. A abertura do "caminho" decisivamente, favoreceu o aumento criatório de "*gado vacum e cavalas*" nas vizinhanças da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Mas este fomento à criação eqüina e vacum, além da suína, tem-se constituído em ponto polêmico.

Particularmente, a criação eqüina, que José Barbosa de Sá deslocou ao período posterior à abertura do "caminho", ou seja, 1737²³. Segundo este cronista, antes de 1737 inexistiriam cavalos no Distrito da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Pedro Taques de Almeida Leme refutara já essa afirmação, como ficou exposto acima.²⁴ Por mais trabalhoso e deficitário que possa ter sido o transporte fluvial de eqüinos através das primeiras monções fluviais, alguns (pelo menos) atingiram as Minas Novas e o Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá **antes de** 1736-1737. Apesar de não se constituírem em provas conclusivas sobre esta questão, duas correspondências do Governador Rodrigo César de Menezes, de 1723 e de 1726, fornecem indícios sobre o transporte monçoeiro de cavalos para as Minas do Cuiabá;

"Vossa Mercê ficará registrando a gente que passar, como tem no Regimento que lhe dei e daqui por diante serão também as cargas e cavalgaduras as que pague(...)."

"Pela abertura do novo caminho que fez o Sargento Mor Luiz Pedroso, pretendo fazer com que se introduza gado e cavalgaduras por ele nas ditas Minas [Cuiabá](...)"²⁵

Recente dissertação de Mestrado, por sua vez, endossa informações de

Washington Luís sobre o pagamento de taxa de 3 oitavas de ouro (c. 10,75 gr.) “*cada cabeça de gado vacum ou cavalos*”, em 1726.²⁶

Cabral Camelo, já aqui citado, registrou com clareza a prática de transporte monçoeiro de gado de São Paulo para o Cuiabá:

“(...)ano de 1727 foram na minha tropa quatro ou seis novilhas pequenas e já no de 1730 ficaram algumas paridas(...) e cabras; e também o seria para cavalos se houvessem éguas nelas [nas Minas do Cuiabá](...)”²⁷

O **Anal de Vila Bela**, relatando eventos de **maio de 1736** (ou seja: um mês antes de Antônio pinho de Azevedo afrontar o sertão na abertura do “*caminho para Goiazes*”), registrou formalmente que o já então Brigadeiro Antônio de Almeida Lara, indo para os descobertos do Mato Grosso (área do Guaporé):

“(...)mandou por terra a Inácio Pereira Leão a abrir o caminho do Cuiabá até o Paraguai [rio] (...)conduzindo o dito Leão o gado e cavalos do dito Brigadeiro até o Paraguai [rio], donde com o mesmo gado continuou Fernando Pais de Barros, a abrir o caminho até a passagem do Jaurú, pelo qual subiu o dito Brigadeiro com a sua comitiva(...)”²⁸

Definitiva, porém é a narração do secretário de Rodrigo César de Menezes, Gervásio Leite Rabelo, escrita em Cuiabá a 1º de fevereiro de 1727, no trecho em que relata a chegada do Governador ao Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a 15 de novembro de 1726:

“(...)às 9 horas chegou S. Exa. ao Porto Principal(...) se poz S. Exa. a cavalo e algumas pessoas mais, outras em redes e se marchou para o Arraial do Bom Jesus, onde se chegou às dez horas”.

Existiam, portanto, já em 1726, no Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, **cavalos** ao menos em número razoavelmente adequado ao uso das principais autoridades. Presumivelmente, o pequeno número tornava-os também fortes símbolos de prestígio e poder.

Com o que se vai evidenciando a existência (inquantificada, ainda), de “gado vacum e cavalari” nas Minas do Cuiabá, no período anterior à abertura do “caminho” terrestre para Vila Boa de Goiás.

Aberto o “caminho” para Goiás, iniciativa estimulada pelos novos descobertos de ouro no Mato Grosso e estratégica como alternativa às comunicações fluviais ameaçadas pelos Paiaguá e Guaicuru, assim como a um eventual recuo dos colonos portugueses frente a um ataque maciço das forças espanholas ocidentais (o que não ocorreu, e rigor, no século XVIII), - o comércio e as comunicações oficiais foram beneficiadas.

Isso ficou atestado já em 1737 por comunicação oficial:

“Senhor: Indo com cinco dias de viagem para o novo descobrimento do Mato Grosso (...), me veio a notícia de ter chegado à Vila [do Cuiabá] o Capitão Antônio de Pinho e Azevedo de volta das Minas dos Goias para onde tinha partido em junho do ano passado com o emprego de abrir caminho destas para aquelas, o que muito se dificultava por ser sertão povoado de numeroso gentio(...); este caminho há de servir de grande utilidade à Fazenda de Vossa Majestade(...) e pelo mesmo caminho me consta vieram 400 e tantos cavalos, de que havia grande necessidade nestas terras(...)”²⁹

O restante dos anos 1730 e todo o decênio dos 1740 foram muito mais preenchidos com iniciativas de consolidação da ocupação das fronteiras ocidentais da Capitania. No Centro, em particular nas relações Vila de Cuiabá/Chapada, apenas um contínuo, embora lento processo de ocupação das terras férteis, através da posse ou seguindo as normas do regime sesmario.

Muito porém ainda está por ser investigado, sobre o cotidiano desse “lento processo de ocupação” nos eixos de relações Cuiabá/Chapada nos anos de 1730-40. Alguns indícios desse processo parecem interessantes. Em fins dos anos 1729 existia uma capela de Nossa Senhora da Conceição, nas Lavras e Arraial do mesmo nome, próximos de onde está hoje a torre do INPE. Nos anos de 1730 existia uma capela “de Santana” no rio Coxipó-Açú; em 1741 foi referida uma capela de Nossa Senhora da Conceição no “Distrito do rio

dos Peixes” e em 1742 outra capela de igual invocação na **Forquilha**; de 1742 a 1744 aparecem referências a uma capela de **Nossa Senhora do Rosário** no **rio Coxipó-Mirim**. Estas três últimas capelas, no espaço ainda vago mas identificável pelos topônimos **rio dos Peixes, Forquilha e Coxipó-Mirim**, - tendem a indicar que nos anos 1740 já não existia qualquer **devoção** que se explicitasse em oratório ou capela, mesmo particular, invocativa de **Nossa Senhora da Penha de França**. Embora isso ainda esteja a merecer melhor análise, é interessante notar que os atuais **Coxipó do Ouro** e “Arraial dos Freitas” a invocação predominante é a de **Nossa Senhora do Rosário** - ainda que exista em propriedade particular da área uma ermida com a imagem de **Nossa Senhora da Penha de França**, trazida mais recentemente.³⁰

Mas essas mudanças devocionais, de invocações, de oragos ou padroeiros, são indicativas da dinâmica de ocupação nos eixos do entre - Cuiabá/Chapada. Na Chapada propriamente dita existia, em 1742, uma capela da invocação de **Nossa Senhora da Piedade**. Não é ainda possível saber quando esta capela foi levantada.³¹

Mas só em 1787 foi formalmente desativada:

“(...)havia somente Capela filial, de Nossa Senhora da Piedade, distante da Matriz [de Chapada] légua e meia, a qual por estar arruinada e não haver quem a reparasse, a fiz profanar(...)”³²

Se chegou a ser Capela filial da Matriz de Chapada, é possível que tenha estado ativa até 1762 ou, na melhor das hipóteses, até 1780, como será visto a seguir.

Criada a Capitania de Mato Grosso em 1749, autonomizada da de São Paulo, só em janeiro de 1751 chegou à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá o seu primeiro Governador e Capitão General, D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Dentre outros objetivos, vinha o Governador encarregado de criar Aldeamentos indígenas, para cuja administração trouxe dois **jesuítas**, o padre Estevão de Castro e Agostinho Lourenço. A nove de maio desse ano fez o governador realizar Junta, para a determinação do “*sítio em que se devia fazer a Aldeia dos Padres da Missão*”. Apesar de divergências formais entre os participantes da Junta, a escolha quanto à localização recaiu sobre a “Chapada”, onde o

Padre Estevão de Castro deu início à “Aldeia de Santa Ana”³³ ou “Santana”. A partir de então ocorreu mudança na toponímia da até então apenas “Chapada”: documentos dos anos 1750 e 1760 referem “Aldeia de Santana”, “Aldeia de Santana da Chapada”, “Missão de Santana”. Embora como já ficou comprovado, a invocação de **Santana** existiu no Cuiabá, em particular no Coxipó-Açú desde os anos 1730, é plausível supor que a adoção dessa invocação para a nova Aldeia evocava a imagem **catequética** da Santa Mãe da Virgem Maria.

A implantação inicial da “Aldeia/Missão de Santana da Chapada” foi praticamente imediata, através da **compra** pelo Governador e Capitão-General, de propriedade pré-existente:

*“Senhor: Vossa Majestade foi servido ordenar-me na sua real instrução, que chegado que fosse a estas Minas escolhesse sitios para formar aldeias, aonde se recolhessem os índios mansos que se achassem dispersos em poder dos chamados administradores, pedindo ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil Missionário, tanto para estas, como para as mais que de novo de fossem formando(...) Satisfazendo a esta Ordem, trouxe logo comigo do Rio de Janeiro dois Missionários da Companhia, fazendo comprar na mesma cidade todas aquelas coisas que para a fundação da primeira Aldeia poderiam ser precisas(...) Chegando a estas Minas busquei logo sitio para a Aldeia e considerando a demora que havia de ter e despesa, mandar plantar os frutos necessários, levantar igreja e fazer casas, instando tanto também a minha partida para o Mato Grosso, e a concorrência dos índios que vinham buscar os Missionários, fugindo a maus tratos e rigor dos administradores, me resolvi comprar as benfeitorias de um sitio que se achava sem Carta de Sesmaria, pelo preço de oitocentas oitavas (cerca de 2,9 quilos de ouro), por ser no **lugar mais sadio** deste distrito, tendo além de bons matos para plantas, já na terra os frutos mais precisos e em termos de se colherem, e juntamente **casas e capela**(...)”³⁴*

Não é por ora possível saber de quem foram compradas as “benfeitorias” (plantações, casas e capela) desse sítio “*sem Carta de Sesmaria*”.

Trinta e cinco anos depois, em 1786, escrevia Joaquim da Costa Siqueira ácida e discordante versão sobre as origens da Aldeia/Missão de Santana:

“(...)sua fundação não foi no lugar em que hoje se acha e sim na paragem chamada hoje [1786] Aldeia Velha, distante da nova, de que tratamos, meia légua para a parte desta Vila(...) Foi estabelecida a expensas da Fazenda Real e com índios já mansos, tirados da administração destes moradores à escolha e satisfação dos ditos padres, de sorte que todas as vezes que sabiam onde se achava algum índio, com esta ou aquela habilidade, logo se tirava ao administrador e se conduzia para a missão, sem atenção alguma. Cuidaram os ditos padres em edificar para a sua assistência propriedade coberta de telha, mas não praticaram o mesmo com a palhoça de que temos falado, em que armaram um altar que forraram de papéis pintados, onde colocaram a Senhora Santa Ana com a Virgem no meio e nos lados a Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, aquele ao do Evangelho e este ao da Epistola, - e desta forma se conservou aquela palhoça, assim no tempo em que eles aí existiram, como depois, em que se proveu à vista da Real Fazenda, capelão secular, que foi o padre Simão de Toledo Rodovalho, natural da Capitania de São Paulo, em cujo tempo se erigiu em Freguesia [1762], em atenção aos moradores que havia por aquele circuito, a quem era dificultosíssima a assistência do pasto espiritual pelo pároco desta Vila(...)”³⁵

Entre a Aldeia/Missão de Santana da Chapada e a Vila do Cuiabá descobriu-se em 1756 ouro nas **Lavras do Médico**:

“Na proximidade de um ribeiro do mesmo nome, que entra na margem direita do Aricá-Açu(...)”³⁶

No entorno das novas lavras formou-se Arraial. Lavras e Arraial tiveram também a denominação de **Nossa Senhora dos Remédios**, invocação introduzida em Portugal por **Trinitários** franceses no século XIII e que tornou-se muito popular em Santarém e Lamego. Em Mato Grosso, não há notícia de outras manifestações dessa devoção mariana, além da ocorrida nas Lavras do Médico, - coincidindo com a fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade, nova sede do poder na recém implantada Capitania. Mas o topônimo que permaneceu foi o laico **do Médico** (até hoje).

Nas relações Vila do Cuiabá/Chapada, os acessos que permitiam trânsito de tropas foram vários, com denominações diversificadas, muitas vezes alteradas no decorrer dos tempos. José de Mesquita enumerou, em 1940, o **Quebra Gamela**, o **Portão do Inferno**, o **Manuel Antônio**, o **Capitão Agostinho** e outros bem mais para Sudeste, como **Santa Tereza**, **Ranchão**, **São Vicente** e **Cupim**.³⁷

Mas, além desses acessos, talvez o mais direto e usado pelo menos desde o descobrimento de ouro no ribeirão do Médico em 1756 (ou antes), foi o da **Bocaina**. Dois relatos de “descida” de Chapada para o Cuiabá parecem referir-se a esse acesso. Em 3 de outubro de 1772, o Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desceu por um caminho situado “*meia légua adiante*” da Aldeia de Santana, - caminho esse que considerou asperosíssimo:

“(...)por conta da súbita descida da montanha para um vale profundo, o que se pratica por meio de uma rampa em zigzagued’Alincourt altamente perpendicular. Depois de chegar a baixo se passou duas pequenas ribeiras e pelo célebre Arraial do Médico, que noutra tempo foi fertilíssimo em minas de ouro”.³⁸

Em seguida, pernitoou nas **Lavras do Cristal**.³⁹

Narrando em 1826 o trajeto que fez do Buriti à já então Cidade de Cuiabá, em 1818-1819, Luís d’Alincourt lembrava:

“(...)o engenho do Buriti e junto a ele corre o Ribeirão que forma a principal cabeceira do rio Coxipó-Mirim e caminhando mais meia légua chega-se ao sítio do Monteiro, onde se passa um Ribeirão e além deles marcha-se por

*terreno que se eleva de um e outro lado, formando colunas de pedra arenosa e outras muitas peças de arquitetura de gosto Gótico, elegantes e curiosas, que assaz entretêm a vista, todas devidas à escavação das águas no decurso de longos anos; e por aqui se vai descendo suavemente até a **Bocaina da Serra**, onde principia uma ladeira muito íngreme e em voltas, e com a marcha de mais meia légua chega-se ao fim da mesma serra pela raiz da qual corre o Ribeirão das Lajes e além passam-se vários outros Ribeiros que vão formar o rio Aricá.*"⁴⁰

O ápice desse acesso da **Bocaina** recebeu, a partir de data ainda imprecisa, a denominação de **Tope de Fita**. Pelo menos em **1899** essa denominação estava consagrada, conforme a crônica de Estevão de Mendonça que vai reproduzida a seguir, em *fac-simile* da **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Anos XXIX-XXX, Tomos LVII-LX, 1947-48. Vão também citados um poema de José de Mesquita, de 1940, e o relato de tradição oral colhido por João Eloy de Souza Neves.

VII "CHAPADA

12 de Outubro de 1899 - Fiz hoje, em companhia de Joaquim de Siqueira, uma visita à velha povoação da Chapada, outr'ora Sant'Ana de Guimarães.

Dizia D. Pedro II que na terra gaúcha se montava a cavalo para pedir fogo ao vizinho. Em Nioac também ocorre cousa igual, e meus irmãos, quando por duas vezes estivemos reunidos na fazenda Canindé, chamavam-me indistintamente de "cuiabano" ou de "bahiano", pela maneira desengonçada e mal segura da minha equitação. Fora do lar paterno desde tenra idade, criado com exageros mimos por meus tios, a Mamãe jamais consentiria que me arriscasse ao tombo de uma sela.

Em verdade, às escondidas, pratiquei algumas travessuras ao meu alcance. Com João Dionizio e Romão da Silva Pereira, meus vizinhos, marinhaei pelo mais altos galhos de uma alentada pitombeira que ainda existe, no quintal

da casa em que moravam. Com Joaquim Pereira Ferreira Mendes, aos domingos, aventurava-me à pescaria em canoas amalucadas. Entretanto fugia-me a coragem para montar um cavalo, ainda que pacífico.

Só aos quinze anos, instigado por João Pedro de Arruda, lancei-me à ousada façanha de uma ida ao Coxipó, num baio de aluguel. Depois posso contar os dias em que repeti o esperto desse gênero. Por isso, quando anteontem cheguei ao Jurumirim, além da ponte, pedi logo socorro de uma rede ao morador dessa paragem. Joaquim de Siqueira foi à matula com vontade, enquanto deixei-me ficar deitado e arrependido da excursão.

Prossegui na manhã seguinte, apanhando a estrada da Bocaina. Antigamente galgava-se o planalto por outros caminhos de preferência pela serra carretavel do Magessi. A subida de Quebra-Gamelas, com menor percurso, não permitia o transporte senão para animais sozinhos. A serra da Bocaina, beneficiada pelo comendador João José de Siqueira, distende-se em ziguezues em parte sob a abóboda de verdura.

Em meio do percurso, rompendo à esquerda a parede de anteparo, aparece uma nascente de águas cristalinas. Mais adiante vê-se uma clareira, donde se precisava a situação de Cuiabá, marcada nos dias limpos pelo galo da igreja da Boa Morte. A temperatura vai mudando gradativamente, e o vento tomando orientação dispar até Tope-de-Fita, quando sopra o norte francamente. É o grande araxá que tem começo.

Pousei no Buriti, afamado sítio de outras áreas, quando a propriedade campeava a região serrana. A decadência salta aos olhos, e se as próprias terras não passaram a mão estranhas, é sem duvida porque ainda vive a principal herdeira, a viúva comendador Siqueira. Existem casas em ruínas, e o velho engenho d'água que tanto contribuiu para o bem estar do antigo dono, guarda a mudez das cousas mortas. Apenas as aguas do Coxipó, que serpeiam em frente, conservam o rithmo de antanho.

De Buriti à freguezia da Chapada a distância é curta, mais ou menos seis kilometros de caminhada sobre a areia solta. Ergue-se à direita a igreja de Sant'Ana, sem torre, atestando pela sua nave ampla um passado que contrasta com o presente. O clima é admirável, e a terra dadivosa, mas a população é pobre e o lugarejo é triste. Exista uma única casa de negócio, a de Nho Lino, com sortimento escasso. Da lavoura de outros tempos, os moradores conser-

vam nos quintais alguns cafeeiros mal cuidados.

Quinco Caldas (coronel Joaquim Sulpicio de Cerqueira Caldas) meu parente, é a pessoa representativa do distrito. Inteligência viva, a sua palestra encanta pelas observações agudas, pelo senso exato e penetrante, cabendo-lhe apreciáveis serviços ao Estado como membro da Assembléia. Reside agora em Capão Seco, e nos encontramos aqui casualmente. Almoçamos juntos, com Joaquim de Siqueira, em casa das Sete Moças, que por signal são três, e bem velhinhas.

De regresso, no trecho da Mata Fria, onde a vegetação é de beleza estonteante, colhi uma braçada de samambaia palmiforme (*Hemitelia setosa* Mettes), que conservo. É uma recordação, e ‘recordar’ é uma das cousas mais encantadoras desta vida.”

“Tope de Fita

José de Mesquita

Da serra da Bocaina, a rude escarpa agreste
galgamos, da alimária aos passos vagarosos.
Ora em meia penumbra, ora ao fulgor celeste,
Coleia a augusta via, entre calhaus fragosos.

De um lado, o paredão que a hera macia veste,
e, de outros, o abismo e os panoramas grandiosos.
Já no “Tope-de-fita”, o último esforço investe
por ganhar do altiplano os chapadões famosos.

É a arrancada maior, a mais árdua, a mais dura.
Assim, na vida, quando a ascensão já vencida,
julgamos ter logrado a calma da planura,

surge-nos muita vez, numa última escalada,
novo aclave a vencer, mais íngreme subida,
para o alto atingir da Perfeição sonhada!”

“Contou-me um informante que após extinta a escravatura em 1888, o bispo de Cuiabá prevendo a decadência dos distritos face ao êxodo dos donos de engenhos, mandou que fosse recolhidas as imagens do Santo e as relíquias de maior valor como talheres de ouro e prata, paramentos ornamentados com ouro e diamantes. Veio então uma comissão da Chapada destinada a esse fim, já tinham levado as miudezas faltava só levar a imagem de Sant’Ana, o transporte teria de ser feito por poderosos braços escravos, os negros fabricaram um andor e iam levando a Santa, chegando lá no Tope de Fita ninguém agüentava carregar a Santa, os escravos açoitados gemiam e suavam, mas nada de aguentar o peso, pararam, descansaram, pegaram de novo, desta vez não conseguiram levantar o andor, um deles falou: - Quá! essa santa não que vortá prá Cuiabá, vamos voltar.

Depois disso pregaram de novo andor e já estava mais leve, até que ao pisarem no batente da porta a imagem estava tão leve como uma pena, e dali nunca mais saiu, foi assim que até hoje a imagem de Sant’Ana está na nossa igreja.”

(NEVES, João Eloy de Souza. **Chapada dos Guimarães(...)**)

É interessante frisar que a partir da fundação da Aldeia/Missão de Santana, a expressão toponímica **Chapada** perdeu em parte sua força expressiva, pelo menos nos documentos oficiais. Essa tendência foi acentuada a partir de 1769 quando o terceiro Governador e Capitão General de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, fez divulgar as seguintes determinações:

“Luis Pinto de Souza Coutinho, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão-General das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, etc:

Porquanto sendo expressas as Ordens de Sua Majestade, expedidas na Carta Régia de 8 de agosto de 1759, dirigida ao Conde de Azambuja, Meu predecessor, para que todas as Aldeias de índios e mais estabelecimentos neste Continente se denominassem com os nomes correspondentes às Cidades, Vilas e Lugares de Portugal, de sorte de hajam de mostrar no mesmo apelido o imediato Domínio da Coroa a quem pertencem; e constando-me positivamente por outra parte que às referidas Ordens se não tem dado até agora a sua devida execução: sou servido ordenar que daqui em diante se não denominem nas Cartas ou Escrituras passadas nesta Capitania, as referidas Aldeias, pertencentes a este Estado, se não na maneira seguinte, a saber: (...) E a Aldeia de Santa Ana do Distrito de Cuiabá = Lugar dos Guimarães. Ficando sendo Padroeiros e Protetores das referidas Povoações os mesmos Santos de que haviam tomado a invocação. E para que venha à noticia de todos, Mandeí passar este Bando por Mim assinado e selado com o sinete de Minhas Armas; o qual se lançará o som de caixas e se afixará nas Casas de Minha residência, registrando-se na Secretaria e nas mais partes aonde pertencer. Vila Bela, 14 de março de 1769(...)”⁴¹

Manifestação particular de um processo muito mais amplo, de “lusitanização” das povoações brasileiras, em particular das situadas próximas às fronteiras com os domínios hispânicos na América, o novo topônimo oficial veio sobrepor-se ao originário “Chapada”, embora concedendo co-existência com o “Aldeia de Santana”. É interessante notar aqui, que o topônimo **Abrilongo**, ainda hoje presente no atual Município de Chapada, é também “lusitanizador”, evocando rio do mesmo nome, na região de **Campo Maior** (Vila de Ouguela), fronteira Portugal-Espanha. Merece atenção também a hierarquização precisa que o Bando de Luiz Pinto de Souza Coutinho expressa, ao seqüenciar “Cidades, Vilas e Lugares”: daí a denominação de **Lugar de Guimarães** para a **Aldeia** de Santana.

O Governador Souza Coutinho foi o primeiro a referir, em sua correspondência, o “**Lugar dos Guimarães**”. Mas também funcionários passaram a firmar documentos com o novo topônimo: “Hoje **lugar de Guimarães** e de Março 30 de 1771 anos”.⁴² A sucessão de denominações oficiais, porém, não deixou de gerar referências híbridas, compostas; o que fica claro nos Mapas de População de 1771 a 1783, por exemplo, nos quais ocorrem as seguintes indicações:

- “**Lugar de Guimarães de índios** e seu Distrito” (1771);
- “Missão de índios denominada **Guimarães ou Chapada**” (1780, 1781, 1782, 1783);
- “Lugar dos índios denominado **Santa Ana ou Guimarães**” (1789, 1781, 1782, 1783).

Essas indicações dizem bem das três camadas toponímicas historicamente impostas a um mesmo espaço: é “Chapada”, é “Santa Ana”, é “Guimarães”. Esta última denominação, evidentemente, remetia à **Vila de Guimarães**, do Noroeste de Portugal, considerada “berço da nacionalidade” portuguesa por afirmar-se que nela nasceu D. Afonso Henriques. Originariamente a povoação derivou seu nome de um certo **Vimara Peres**, de possível origem visigótica, que teria “restaurado” **Portugale** no século IX; uma descendente desse **Vimara** de nome **Mumadona**, já no território dos **Vimares**, fundou um convento e o Castelo de São Mamede. No caso o antropônimo de raízes germânicas (gótico **Weig** + **Mahrs** = cavalo/cavaleiros combatentes) cristalizou-se em topônimo (Vimaranes, Uimaranes, Guimarães). No século XII, à

época da autonomia portugalense e subsequente instauração de um reino, **Guimarães** foi sede da Corte, seguida por Coimbra e Lisboa.⁴³

Quais critérios teria adotado o Governador Luis Pinto de Souza Coutinho para atribuir à Aldeia/Missão de Santana da Chapada o topônimo de uma das mais célebres povoações portuguesas, - eis uma questão a ser resolvida. Talvez eventuais semelhanças do relevo chapadense com as históricas “penhas” de Guimarães? Difícil saber. Por ora, apenas é possível observar-se que das 6 novas denominações que o Governador Souza Coutinho atribuiu a fortes, aldeias e arraiais (Bragança, Lamego, Leomil, Guimarães, Amarante e Palmela), apenas uma (Palmela) não enquadrava-se no que se poderia considerar como **Norte** de Portugal. Seria isto um parâmetro?

Passados 10 anos, o Juiz de Fora da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Dr. José Carlos Pereira,

*“Por ocasião de certa diligência do Real serviço, havia passado, em Novembro do ano passado (1778) à Missão de Santa Ana(...) Teve ele então ocasião de ver a palhoça na verdade indecentíssima em que se celebravam o santo sacrificio do altar e mais divinos officios; e o mais é que servia de Matriz, por ser a dita Missão freguesia separada, com muitos applicados de fora, além dos indios dela”.*⁴⁴

Tendo decidido “erigir uma igreja que houvesse de servir de Matriz” em substituição à “palhoça” que encontrava, retornou o Juiz de Fora à Missão de Santa Ana com “artífices” e constatou existirem nas imediações “paus para toda as qualidades de madeira de que necessitava”. De maio a julho de 1779 fez o Juiz de Fora edificar

“(...)uma formosa igreja coberta de telha, rebocada e caiada com capela-mor, sacristia e casa para os párocos, pegada à mesma igreja. No último deste mês [maio, 1779], em que a igreja reza de Santo Inácio de Loyola, logo de manhã se benzeu a igreja nova com toda a solenidade, na forma de ritual romano, pelo reverendo Vigário da Vara [da Vila do Cuiabá] José Correa Leitão que depois de paramentado o altar, ce-

lebrou a primeira missa que ali se disse. De tarde houve solene e muito pomposa procissão que saiu da igreja à velha palhoça, em que iam as três imagens(...), em seus andores ricamente armados, e ultimamente o Santíssimo Sacramento em Custódia carregada pelo mesmo Vigário debaixo de pálio, assim como os ditos andores, pelas pessoas de melhor distinção e nobreza destas minas(...) e só mencionarei os daqueles que carregavam o andor mais principal, em que ia o orago da Freguesia, a mãe da mãe de Deus e avó de Jesus Cristo, a Senhora Santa Ana, que eram o nosso devoto Ministro, como Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, o Mestre de Campo Comandante Antônio José Pinto de Figueiredo, o Capitão-Mor da Missão, Agapito Leme, que depois de dar uma grande volta se recolheu à Matriz, onde se colocaram em sacrário o Santíssimo Sacramento e as imagens no altar-mór, que era o único que até então tinha, posto na mesma forma em que havia estado na igreja velha, impondo-se a aquela nova igreja o nome e invocação de **Freguesia de Santa Ana do Sacramento**, em cuja contemplação mandou depois o devoto Ministro vir do Rio de Janeiro uma nova imagem da Santa, com cinco palmos de alto, com a menina do lado esquerdo e na mão o Santíssimo Sacramento, cuja colocação até aquele dia não havia e foi um dos principais móveis da sua devoção. Além dos muitos toques de sinos com que se aplaudiu esta grandiosa procissão, houve muitos de trompas, clarins, caixas de guerra e outros mais instrumentos; assim como também muitos tiros de roqueiras dados de um fingido fortim que se armou, para conciliar melhor vista e agrado aos que estavam presentes; na verdade pasmos e alegres do que viam. A procissão não foi somente acompanhada dos homens

de toda a qualidade, como também das pessoas do sexo feminino da primeira nobreza da terra logo atrás do pálio, que continuamente iam derramando lágrimas de gosto, sucesso que também aconteceu aos mesmos homens. No dia seguinte, 1º de Agosto, em que rezava a igreja da sua dedicação, se fez a solenidade da dedicação da nova, de que se trata, da Senhora Santa Ana do Sacramento, pelo nosso religiosissimo Ministro que assistiu, banhado em lágrimas que destilava aquele abrasado coração pelos olhos, à solene missa cantada que houve com o Senhor exposto e sermão(...); a cuja festividade, sem embargo da grande longitude de nove léguas que dista aquela freguesia desta Vila e também da elevada serra que medeia no caminho, em que trabalhosamente se gasta mais de uma hora de viagem, acudiram gentes de todas as partes, classes e qualidades e, o que mais fez admirar, muitas senhoras da primeira nobreza e que até então não haviam ainda viajado maior distância do que a de uma légua quando muito, e até a mesma música se conduziu desta mesma Vila com grande trabalho e despesa. Como esta **Freguesia da Senhora Santa Ana do Sacramento** é do Padroado da Coroa, até parece que foi providência misteriosa chegarem a estas minas já quase nas vésperas da festa os retratos das Majestades reinantes, D. Maria e D. Pedro, nossos senhores para assistirem a ela, como sucedeu, porque, tendo o Senado da Câmara desta Vila [Cuiabá] mandado vir os ditos retratos para os colocar na casa da dita Câmara, antes que assim se verificasse foram a aquela Missão e lá se os puseram na igreja, nos lados de uma e outra banda do arco da capela-mór e por cima do dito arco a imagem da Santa, com a custódia na mão(...) Como o fervor do nosso devoto pro-

*tetor era bastante excessivo, passou do festejo da igreja ao profano com uma excelente cavalhada, que satisfez muito aos expectadores, e outros festins de representação com que também se alegraram”.*⁴⁵

É possível que futuras pesquisas venham a revelar relações culturais tão ou mais significativas entre a Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e a Chapada, no século XVIII. Até o momento, porém, as provas documentais que sustentem tais relações ainda não foram identificadas. O fascínio, contudo, da transcrição feita acima, não deveria obscurecer mais um novo detalhe no processo de denominações formais historicamente elaboradas e apostas à Chapada: com a nova Matriz, outra inflexão, agora quanto à Padroeira: **Freguesia de Santa Ana do Sacramento**. A nova imagem de Santa Ana substituirá, simbolicamente, a catequese pela síntese/custódia do Santíssimo Sacramento, Mistério Maior.

Em 1781 o Dr. José Carlos Pereira,

*“(...)ainda se demora nestas minas porque quer ver concluidas as causas de suas fadigas(...), de sorte que [o templo] de Santa Ana do Sacramento já está acabada de todo a obra projetada, e até a do excelente adro que lhe fez, todo empregado de seixos roliços conduzidos com bestas desde o rio Coxipó, que dista da Missão seis léguas e com o grave incômodo de subir a serra; porém, como lhe falta o douramento dos altares, arco e tudo o mais que é de talha, assim como a pintura de tudo o que se acha em forro liso, não sossega enquanto não dá as providências para a sua efetiva conclusão. Tinha vindo das minas de Goiás para estas, justo pelo Capitão de Cavalos José Pereira Nunes, o mestre dourador e pintor João Marcos Ferreira para dourar o retábulo da capela-mór da Matriz desta Vila [Cuiabá], em cuja obra se achava trabalhando: aproveita-se da ocasião do nosso devoto protetor e fundador a ajusta com ele todo o douramento e pintura de que precisasse o templo de Santa Ana do Sacramento, de que logo se lavrou escritura pública”.*⁴⁶

Essa escritura permite obter-se um vislumbre do interior da Matriz de Santa Ana do Sacramento.

Nas especificações do documento fica claro que as **portas externas** do templo (e mesmo as internas) eram **oleadas** - mas não é possível discernir sua coloração. Adentrando-se o templo, deparava-se com o **Tapavento** (que ainda existe), pintado, com suas talhas em relevo pintadas em amarelo. Seus "lisos" pintados de **cor pérola**. Um primeiro impacto de luz e cor claras, irradiando dessa "cortina de madeira". As entradas à esquerda e à direita do **Tapavento**, por baixo do coro, tinham tetos pintados de branco, com cimalthas aparentes pintadas de **pedra fingida** e coloridas.

O **Batistério**, a seguir, tinha seu teto pintado de **branco**, com uma **pomba** pintada no centro do teto, pomba essa "cercada de nuvens"; a cimaltha do teto do Batistério era também pintada de "pedra fingida"; ao rés do chão o Armário dos Santos Óleos e a Pia Batismal tinham suas talhas em madeira **douradas**. O **Coro** tinha seu "forro de baixo" pintado de **branco** e esse forro era dividido em três painéis, sendo que no centro do painel do meio emergia uma **tarja** ou escudo; as molduras desse painel do meio eram pintados em fingidas **pedras de cores**, o que se repetia no Arco do meio do Coro. O **Corpo da Igreja** ou **Nave Central** tinha o teto pintado em cor pérola, com painéis emoldurados em **dourado**; no meio do teto colocava-se uma **tarja** ou escudo pintado de **cores**, com as **Reais Armas** de Portugal, com as quinas e os 5 pequenos escudos internos todos **dourados**; a cimaltha da Nave Central era também pintada "**fingindo pedra**".

Os **Altars colaterais** foram pintados e **dourados**; seus camarins ou nichos tiveram o arremate superior ou sanefa providos com **filetes dourados** e o restante com "fingimento de seda", sendo seus painéis enquadrados com molduras **douradas**. Os **Púlpitos** tiveram os guarda-pós com talha **dourada** e as "partes lisas" pintadas em cor **pérola**. As **Tribunas** tinham balaústres pintados em **pérola** com filetes **dourados**, sendo a "talha levantada" e as sanefas **douradas**. **Florões** eram **dourados**, com suas "partes lisas" pintadas em cor **pérola**. Os **Confessionários** tinham "fingimento em raiz de Oliveira", com molduras pintadas em cor **pérola**. A **Sacristia** tinha seu teto pintado em **branco**, com **tarja** no meio, ficando a cimaltha pintada em "**pedra**", a talha do lavatório da Sacristia era pintada em **pedra fingida**; e os **delfins** que forma-

vam os dois esguichos eram **dourados**. Os **Túmulos** foram pintados em cor **preta**, com letras **douradas**. O **presbitério** foi pintado em **pedra**. O **Arco da Capela Mór** foi pintada em **pérola**, tendo suas molduras douradas. Os **degraus do Altar Mór** foram pintados em **pedra**. As **Mesas de Credências** tiveram filetes **dourados**. O **Altar Mór** foi pintado em **seda pérola**, com detalhes **dourados**. O **Retábulo Mór** foi todo **dourado**, com molduras fingindo **pedra azul** e as outras “partes necessárias” pintadas em cor **pérola fechada**; as **colunas** tiveram seus “lisos” **dourados** e as “meias canas” pintadas em **pedra**; os **nichos laterais** tiveram suas talhas **douradas**, com cortinas “fingindo damasco”. A talha da **Custódia** foi **dourada**, com detalhes em **pedras de cores**.⁴⁷

Apesar de certamente imperfeita esta descrição, dela fica a imagem de um ambiente interno da igreja muito colorido e claro, com forros e adereços como tarjas, escudo Real etc. que o tempo e a incúria destruíram. Impressiona a forte presença da cor **pérola** e a policronia das “**pedras fingidas**”, do **damasco**, - além, evidentemente, do **dourado** e do **branco**. A presença do **Escudo Real** ou “Armas de Portugal” no teto da **Nave Central**, frisava a condição de “igreja do Padroado”.

Em 1787 a “Igreja Matriz de Santa Ana do Sacramento do Lugar de Guimarães” era sucintamente aprovada por visitador eclesiástico:

*“(...)tem Sacrário, Batistério, Ornamentos suficientes das quatro cores(...)”*⁴⁸

A nova denominação, “Santa Ana do Sacramento”, derivada como já foi visto da edificação da Matriz, passou a explicitar-se nos documentos oficiais: Mapas de população de 1794 refere o “Distrito da Freguesia de **Santana do Sacramento**”.⁴⁹ Desaparece por vezes o “**Lugar de Guimarães**”.

Por outro lado, já em 1796, ainda uma outra denominação foi firmando-se, aparentemente ligada a uma diferenciação entre os Engenhos de açúcar e aguardente do rio Cuiabá “acima” e “abaixo” e os de “**Serra Acima**”. Esta última expressão irá consolidando uma espécie de topônimo, tendente ao uso generalizado. Mesmo em documentos oficiais a expressão infiltra-se, instala-se. Tanto, que no Mapa da população de 1815, não há “Chapada”, não há “Santana”, não há “Guimarães” - há **Serra Acima**. A extensão no uso da

denominação “Serra Acima” por parte da população de Cuiabá e de Chapada parece ter atingido pelo menos os meados dos anos 1930. É de 1931-1932 um dos mais importantes estudos sobre a Chapada oitocentista, o artigo que José de Mesquita estampou nos Tomos XXV-XXVIII da **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, - justamente com o título “Grandeza e Decadência de **Serra Acima**”. Oito anos depois, o mesmo Mesquita apresenta comunicação ao IX Congresso Brasileiro de Geografia com o título que manifesta à primeira vista ruptura toponímica: **A Chapada Cuiabana, Seu Passado - Seu Presente**, - mas que no subtítulo recua: (**Ensaio de Geografia Humana e Econômica acerca da Serra Acima**).

Está ainda a merecer investigação mais detalhada a mudança na denominação de Chapada, que ocorre nos anos de 1940. Pois o Decreto-Lei nº 545, de 31-12-1843, publicado no Diário Oficial da mesma data, estabelece formalmente como nome do então Distrito, “Chapada dos Guimarães”, anexando em nota (nº 17) a observação: “Denominação dada ao distrito, em substituição à de Chapada **do** Guimarães”. Parece evidente que ocorreu aí erro de impressão e falha de revisão. Quanto ao engano da nota, não há o que discutir, mas fica a dúvida sobre esse “**do**”: serie “**de**”? seria “**dos**”? No Diário Oficial de 5 de maio de 1944, o Decreto-Lei nº 545 é reeditado, com alteração quanto à denominação do Distrito. Continua a ser “Chapada **do** Guimarães”, mas em nota (também de nº 17) esclarece - “Denominação dada ao distrito, em substituição à de **Chapada**”. Cerca de um mês depois, complemento ao Decreto-Lei é publicado no Diário Oficial de 8 de junho de 1944, afirmando no Anexo 2, quanto à “Divisões interdistritais”, que o nome do Distrito é “Chapada **dos** Guimarães”. E foi com esse nome que o Distrito tornou-se Município, através da Lei nº 701 de 15 de dezembro de 1953, publicada no Diário Oficial de 17 do mesmo mês e ano:

“Elevada à categoria de Município da Chapada dos Guimarães, o distrito desse nome(...)”⁵⁰

Unia-se assim em uma denominação única, dois topônimos coloniais: a “**Chapada**” e o “**Guimarães**”. A análise dessa união também ainda está por ser feita. Mas algumas observações rápidas podem ser formuladas.

Em primeiro lugar, o uso da expressão “**dos** Guimarães” não ocorre

nos documentos oficiais, nos estudos e nos relatos anteriores à década de 40 do século XX. É assim que por exemplo, Luís d'Alincourt que aqui esteve vários anos, entre 1819 e 1827, usou sempre em seus escritos "serra da Chapada".⁵¹ O mesmo ocorreu com Hercules Florence: "Cidade de Guimarães, "Vila de Guimarães".⁵² Contudo, na edição de 1977 de seu relato de viagem, Cláudia de Vasconcelos Marino, em nota nº 102 ao texto original, emprega "Chapada dos Guimarães" - sem nada comentar sobre a diferença.⁵³ Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, teve uma de suas obras mais amplas sobre Mato Grosso aparentemente submetida a revisões de época. Tanto os "Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso" quanto os "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso" foram estampados na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Com uma diferença, porém: A primeira obra foi publicada no volume 47 da **Revista**, em 1884; a segunda foi publicada no volume 205, em 1949. Essa diferença temporal determinou (é quase certo) correções na toponímia dos "Apontamentos Cronológicos", publicados após os adendos de 1944 ao Decreto-Lei nº 545. Tanto mais deve ter sido assim, que a obra publicada em 1884 não se refere uma única vez a expressão "**dos Guimarães**"; afirma, sim, "Nossa Senhora da Chapada", "a Serra", "Sant'Ana da Chapada". Já a obra publicada em 1949 refere, pelo menos duas vezes, "Chapada **dos Guimarães**" e "Sant'Ana **dos Guimarães**", - ao mesmo tempo em que afirma "aldeia de Guimarães ou Santana", "distrito de Santana **ou Guimarães**", "Missão de Santana da Chapada, no **lugar de Guimarães**". A confirmação definitiva de uma "atualização desta obra de Leverger está a depender do acesso ao seu manuscrito original. José de Mesquita falou em "Serra Acima", "Chapada", "Santana do Sacramento", e até em "Chapada de Guimarães" - não afirmou o "**dos Guimarães**". Para encurtar estas observações prévias, é adequado frisar que Virgílio Correa Filho, em sua monumental **História de Mato Grosso**, publicada em 1969, mas conceitualmente concluída em fins dos anos 1950 (portanto após a elevação de Chapada a município), só emprega a expressão "Santana **dos Guimarães**" **uma vez**, e ainda assim ao transcrever trechos dos "Apontamentos Cronológicos..." de Leverger, a obra publicada em 1949 e quase que com absoluta certeza "revisita" no que respeita ao topônimo aqui em discussão. É o caso de indagar-se" por que Virgílio Correa Filho, em obra concluída e publicada após a formalização

da denominação "Chapada dos Guimarães" não adotou essa denominação? Decisivamente, resta ainda esclarecer o processo de formalização da atual denominação da Chapada.

Mas é digno de nota, por outro lado, que as várias formalizações oficiais de denominações e seu diversificado uso entre governantes e "letrados", desde 1751, não eliminaram a denominação mais natural, mais antiga, mais sintética e familiar: **Chapada**. Ainda neste fim de século, passados já 50 anos da última formalização toponímica, - indiferente a Ordens, Bandos, Decretos e Leis, livros e jornais, placas e folhetos de turismo, a maioria das pessoas insiste, em seu falar cotidiano, no uso do termo secular: **Chapada**.

Neste ponto de chegada provisória, retoma-se revisitado, o ponto de partida.

NOTAS

- 1 Trabalho originalmente organizado e publicado (1994) pela ACRIMAT, tendo sua reprodução, no presente periódico, se dado com consentimento do autor e sem as ilustrações constantes do original.
- 2 Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Doutorando em História pela USP e Assessor da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso.
- 3 Este título foi elaborado a duas cabeças e a quatro mãos: agradeço a Jurandir Spinelli.
- 4 PIRIÉ, Jean, *Découvertes des sites rupestres et de matériel lithique dans le Mato Grosso au Brésil* Paris, Musée de l'Homme/École Pratique des Hautes Études, 1984.
- 5 WUST, Imhild. "The Eastern Bororo see from an archaeological perspective" Nova Friburgo, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1989. Da mesma autora "Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etnohistóricas para estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo: o caso Bororo" **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, vol. 2, 1992.
- 6 TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1981. pp. 209-210.
- 7 SIQUEIRA, Pe. José Manuel de "Memória a respeito do descobrimento dos Martírios", apud TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**, Tomo X, São Paulo, Ed. Museu Paulista, 1949, p. II, p. 24.
- 8 O. cit., p. 350.
- 9 JESUS, Antonio João de e LIMA, José Guilherme A., o. cit., Cuiabá, UFMT/Museu Rondon, 1989.
- 10 SÁ, José Barbosa de, **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**, Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 11.
- 11 SÁ, José Barbosa de. o. cit., p. 13
- 12 Melgaço, Barão de. "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 205, 1949, pp. 214-215. Em outra obra, os "Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso" (publicado em 1884 na mesma **Revista**, cf. p. 386), Leverger mantém a mesma versão, mas acrescenta a localização de **Forquilha**: "margem do Coxipó-Mirim, 6 ou 7 léguas acima da sua foz". Estevão de Mendonça segue Leverger. Veja-se **Datas Mato-Grossenses**, vol. I, Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, 2ª ed., 1973, pp. 100-101. É interessante observar que Mendonça, tratando na mesma obra o ano de 1719, relata "o descobrimento das minas do **arraial de N. S. da Penha de França**" e, transcrevendo o "aranzel" de 8 de abril, escreve "neste arraial de Cuiabá" - o que pode reforçar equívocos (veja-se p. 170).

- 13 Livro de Registro nº 2, fº 76 Mss., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Uma transcrição um tanto truncada desta Carta de Sesmaria figura como Anexo IV da monografia de Especialização de MATTOS JUNIOR, Jorge Belfort. **A ocupação da Chapada dos Guimarães no período colonial**, Dat., Cbá-UFMT, 1983. Embora sem datação precisa, o pioneirismo de Antonio de Almeida Lara da UFMT, 1980. Certamente por lapso de impressão, refere à p. 20 Antonio da Silva Lara, o que é incorreto; algumas publicações oficiais, inclusive destinadas à rede escolar estadual, seguem citando o "Antonio da Silva Lara".
- 14 CORREA FILHO, Virgílio. **À cata de ouro e diamantes**. (Monografias Cuiabanas, vol. III). Rio, Ed. Paulo, Pongetti & Cia, 1926, pp. 8-9. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil - Séculos XVI-XVII-XVIII**, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 200.
- 15 MESQUITA, José de "Grandeza e Decadência de Serra Acima", **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Tomos XXV-XXVIII, 1931-1932, pp. 41-42.
- 16 Carta de Sesmaria (...); Cuiabá, 23-1-1727; Livro de Registro nº 2, fº 111, mss., Arquivo do Estado de São Paulo.
- 17 LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**, Tomo I, São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1980, 5ª. ed. p. 193.
- 18 MENDONÇA, Rubens de. "A propriedade Territorial no Brasil (Mato Grosso)". **Revista do Instituto de Mato Grosso**, nºs 49-52, 1943-1944.
- 19 O Arraial foi elevado a Vila no dia 1º de janeiro de 1727.
- 20 CAMELO, João Antonio Cabral. **Notícias práticas das minas de Cuiabá (...)**. Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 15.
- 21 SÁ, José Barbosa de. **Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975, p. 21 SIQUEIRA, Joaquim da Costa. "Crônicas do Cuiabá". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. IV, 1898-1899, p. 49
- 22 FONSECA, José Gonçalves da. "Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: Estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XXIX, Parte I, p. 389.
- 23 FARIA, João Barbosa de. "Limites Orientais de Mato Grosso (...) - Parte I". **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Ano II, Tomo III, 1920, p. 55.
- 24 SÁ, José Barbosa de. **Relação...**, cit.
- 25 V. nota 17
- 26 Rodrigo César de Menezes a Domingos da Silva Monteiro, Provedor do Registro do rio Grande; São Paulo, 24-5-1723 in: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, vol. XX, Arquivo do Estado de São Paulo, 1896, p. 65. Rodrigo César de Menezes ao Vice Rei; São Paulo, 18-1-1726 in Idem, idem, p. 211.
- 27 ARRUDA, Elmar Figueiredo. **Formação do Mercado Interno em Mato Grosso**. Diss. Mestr., São Paulo, PUC/SP, 1987, ex. dat.
- 28 CAMELO, J. A. Cabral. **Notícias práticas...**, cit., p. 15
- 29 "Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade (...)" **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**. vol. 1, nº 2, set/1982-fev/1983, p. 56.
- 30 REBELO, Gervásio Leite. "Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmº Sr. Rodrigo César de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo do seu governo e nele mesmo estabelecidas"; em Cuiabá, 1º de fevereiro de 1727. in TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Monçoeiros**. São Paulo/Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1981, p. 116.

- 31 Ouvidor da Comarca do Cuiabá João Gonçalves Pereira ao Rei; Rio Cuiabá, 1º-9-1737, mss., Avulsos, Lata 1683-1755, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 32 A base documental para as indicações feitas nesta passagem está em Mesquita, José B. de. "(Fase Colonial) (1736 a 1744) - Assentos de Batismo de Cuiabá (...)". **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, anos XVII-XIX 1936-1937, Tomos XXXV-XXXVIII, pp. 39-174. Sobre a situação atual no Coxipó do Ouro/Arraial dos Freitas, recebi tais informações de técnicos da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, durante duas reuniões que realizamos para discutir o então projeto Memorial da 1ª Missa no Arraial da Forquilha.
- 33 MESQUITA, José B. de. o. cit., MESQUITA, José B. de. "Celeiros de Cuiabá" in MESQUITA, José B. de. **Gente e coisas de Antanho**. Cuiabá, Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMEC/DCT, "Cadernos Cuiabanos", História - nº 2, 1978, p. 236.
- 34 Livro nº 2, mss., Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 35 "Termo da Junta que se fez para a determinação do sitio em que se devia fazer a Aldeia dos Padres da Missão"; Cuiabá, 9-5-1751; **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, vol. 1, nº 2, set/1982 - fev/1983, pp. 65-67. Carta de D. Antonio Rolim de Moura ao Rei; Vila Bela da Santíssima Trindade, 27-1-1754; **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, cit.
- 36 D. Antonio Rolim de Moura ao Rei; Cuiabá, 17-7-1751; mss., Livro de Registro da Secretaria de Governo, 1750-1767, f's. 13 e 13v, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 37 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas...", cit., pp. 196-197.
- 38 LEVERGER, Augusto. "Apostamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XLVII, Parte II, pp. 423 e 466. Carta de D. Antonio Rolim de Moura Tavares a Tomé Joaquim da Costa Corte Real; Vila Bela, 24-11-1757; idem, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Vila Bela, 14-12-1758; in PAIVA, Ana Mesquita Martins de e outros. **D. Antonio Rolim de Moura - Primeiro Conde de Azambuja (correspondência)**, vol. 3, Cuiabá, UFMT-NDIHR, 1983, pp. 101 e 199. SÁ, José Barbosa de. o. cit., p. 48. SIQUEIRA, Joaquim da Costa, "Crônicas...", cit., p. 127.
- 39 MESQUITA, José de. "Grandeza e Decadência...", o. cit.
- 40 "Descrição da viagem feita por Luís de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres quando foi tomar conta da Capital de Mato Grosso (1772)" apud FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma Sociologia da Biografia - O exemplo de Luís de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**, Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978, p. 250 e 278.
- 41 D'ALINCOURT, Luís - **Memórias sobre a Viagem de Porto de Gaúchos à Cidade de Cuiabá**. São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 154.
- 42 LIVRO de Registro nº C16, 1769-1814, mss., f's 12v e 13, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 43 Carta de Luis Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Cuiabá, 23-09-1769. **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, vol. 1, nº 2, cit., p. 75. Carta de João Batista de Carvalho a Luis Pinto de Souza Coutinho, idem, p. 81.
- 44 SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa, Publicações Europa-América, 1979, p. 42. NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Tomo II, Rio, Livraria Francisco Alves Ed., 1952, p. 133. MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição medieval**. Lisboa, Estampa, 1987.
- 45 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas...", cit., p. 194.
- 46 SIQUEIRA, Joaquim da Costa "Crônicas", cit., p. 200.
- 47 Idem, idem, p. 213.

- 48 TRASLADO..., mss., série Processos Judiciais, Cx. 90, Proc. 1144, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 49 LIVRO nº2, mss., Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 50 MAPA..., mss., lata 1794A, Arquivo Público de Mato Grosso.
- 51 D'ALINCOURT, Luis "Resultado dos trabalhos e indicações estatísticas da Provincia de Mato Grosso (...)", cit.
- 52 FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (...)** São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, Assis Chateaubriand, 1977.
- 53 FLORENCE, Hercules. cit., nota 102.

A IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ

devoção, resistência e poder

(1821 - 1857)

Elizabeth Madureira Siqueira

INTRODUÇÃO

Na Idade Média, especialmente no final do período - momento da desestruturação do mundo feudal - a pobreza, a fome e as guerras foram muito freqüentes, seja pelo malogro das colheitas e conseqüente expulsão dos camponeses dos feudos, ou ainda pela deficiência das comunicações e dos transportes, fatores que geraram, como conseqüência, pestes freqüentes.

As alterações verificadas durante os séculos XII e XIII acarretaram mudanças nas relações senhor feudal/servo. O primeiro, durante os séculos anteriores, dispendeu proteção e amparo ao último, tendo como contrapartida o seu sobretabalho. Na baixa Idade Média, pelos fatores acima citados, grande parte dos servos foi abandonando os feudos, por falta de trabalho, e caminhando rumo aos burgos. Laura Mello e Souza acredita que *"com suas grandes convulsões, com a urbanização e as transformações na economia monetária e na estrutura da propriedade feudal, o século XII acusa a grande virada. Toda uma série de mudanças estruturais começaram a solapar irremediavelmente o sistema feudal, engendrando a pobreza e provocando uma mudança radical na concepção que dela se tivera por todos aqueles séculos"*. Citando Michel Mollat¹, a autora retira a seguinte frase elucidativa: *"A Miséria é filha da estrada e da cidade"* e prossegue Souza: *"Até então, não fora reconhecida como problema social, pois a humanidade medieval não buscava a igualdade; a pobreza era uma pobreza espiritual, e o pobre, um intermediário entre o rico e Deus: daí a enorme preocupação com as esmolas, "economia da Salvação"*²

A pobreza não foi um aspecto social presente apenas na Idade Média, mas seu nascedouro remonta à Antigüidade. Michel Mollat define o

pobre como *“aquele que, de modo permanente ou temporário encontra-se em situação de debilidade, dependência, humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem”*.³

Serão, portanto, estes pobres, as maiores vítimas das pestes. *“Sem poupar pessoa alguma, a peste encontrava nos pobres uma receptividade magnífica, preparada em profundidade por uma seqüência prolongada de períodos de excaszez: “após a fome, a peste come”, diz o ditado.*⁴

No momento da formação das cidades os trabalhadores começaram a se organizar em associações que lhes garantissem proteção e espaço onde pudessem compartilhar e se solidarizar frente aos novos problemas enfrentados e a enfrentar. Assim, nasceram as **Sociedades de artesãos**, que objetivavam proteger o interesse de determinado grupo de trabalhadores que tinha compromisso de observância religiosa, sendo compostas apenas por elementos de uma determinada categoria social. Simultaneamente às sociedades de artesãos, surgem as **Confrarias**, cujo objetivo principal era o bem estar de seus membros e a prática da caridade. Tinham, tal como as Sociedades de Artesãos, característica de observância religiosa, porém destas se diferenciavam por abarcar em seus quadros membros oriundos de diversos segmentos sociais visto ter um caráter misto, quando nelas podiam ingressar homens e mulheres. Caracterizavam-se por ser compostas por leigos e tinham como objetivos cuidar dos enterros, mandar rezar missas em intenção das almas de seus confrades e também zelar pelo bom tratamento hospitalar. A Administração das Confrarias ficava a cargo de uma Junta governativa com mandato de um ano, sendo que cada membro tinha uma função; o sistema de sucessão era rotativo, havendo, a cada início de ano, uma nova gestão administrativa.⁵

Caio Boschi nos elucida que *“a Baixa Idade Média presenciou o desabrochar dessas comunidades fraternais. Nascidas sob a inspiração e a égide do poder espiritual, logo se pautaram por um sentido nitidamente laico. Assumiram, assim, papel suplementar ao da Igreja, com finalidades bastante dinâmicas, acompanhando o processo histórico”*.⁶ A terminologia, na

identificação dessas associações, variou muito, não havendo muita diferenciação de sentido: “(...) *confraternitas, sodalitas, sodalitiium, confraternitas laicorum, congregatio, pia unio, societas, coetus, consociatio. Embora o Código do Direito Canônico estabeleça algumas distinções, ainda assim, a própria Cúria Romana, em seus documentos, não faz claras diferenciações entre elas*”.⁷

As Irmandades mais antigas surgiram na Itália, especialmente em Veneza, Milão e Florença. Foram elas muito influenciadas pelas doutrinas de São Francisco e São Domingos. A Irmandade mais famosa na Itália era a Confraternità di Santa della Misericórdia, em Florença (1248).⁸

A filantropia, no caso português, que é o que nos interessa no momento, teve início com as albergarias, ou hospedarias, situadas nas rotas dos peregrinos (séc. XI). Muitas delas, com o passar do tempo, se transformaram em verdadeiros Hospitais, dedicados ao tratamento dos leprosos e de outros doentes, além de serem responsáveis pelo recolhimento as pessoas mortas nas ruas, cuidar dos enterros e amparar as famílias.⁹

Uma das mais antigas Irmandades lusitanas foi a Misericórdia. Contava ela com o apoio do Rei e era regida por um Compromisso, no qual os deveres principais eram de duas naturezas: **Espirituais** (ensinar os ignorantes - dar bons conselhos - punir os transgressores com compreensão - consolar os infelizes - perdoar as injúrias recebidas - suportar as deficiências do próximo - orar a Deus pelos vivos e pelos mortos) e os **Corporais** (resgatar cativos e visitar prisioneiros - tratar dos doentes - vestir os nus - alimentar os famintos - dar de beber aos sedentos - abrigar os viajantes e os pobres - sepultar os mortos). Sua composição era geralmente de 100 membros, divididos em duas classes numericamente iguais (na primeira, os “nobres” e os “de maior condição” e na segunda os “plebeus”, incluindo aqueles que exerciam “ofícios mecânicos” ou “irmãos de menor condição”. Exigia-se para o ingresso as seguintes qualidades: boa reputação, ser temente a Deus, servir à Irmandade quando necessário. O Provedor era retirado da primeira classe, a dos nobres, sendo que a Mesa diretora era composta de 13 Irmãos, sendo 6 de cada classe e mais o Provedor, garantindo sempre à primeira classe a decisão, visto contar com maioria. Os Cargos administrativos incluíam 1 Provedor / 1 Escrivão / 9 conselheiros / 2 Mordomos, eleitos anualmente pelos membros da Irmandade, ex-

cetuando os Mordomos que eram eleitos a cada 2 meses. A Irmandade contratava empregados para apoiar infra-estruturalmente os trabalhos dela: 1 capelão efetivo, 2 capelães assistentes, empregados da limpeza e serviços gerais.

De Portugal esta Instituição se espalhou por todo o mundo colonizado pelos lusitanos, África, Japão e América.¹⁰

AS CONFRARIAS E IRMANDADES NO BRASIL

As Irmandades ou Confrarias, no Brasil, foram organizadas durante os séculos XVI a XVIII e expressaram os princípios das duas maiores forças comandantes do mundo colonial: **a Igreja e o Estado absolutista**. No momento em que o mundo moderno teve início o Rei contou com uma camada social que impulsionou e financiou a grande expansão ultramarina - **a burguesia**. Com a participação dessa nova camada nas decisões político/sociais o Rei reivindicaria para si os privilégios religiosos, antes, somente usufruídos pela Igreja. Dentre estes privilégios destacamos o direito de escolha dos Bispos que dirigiriam espiritualmente o mundo colonial. Este direito chamou-se **Padroado**, ficando estabelecido que todas as questões religiosas das Colônias não necessitariam da aprovação direta da Igreja, mas sim, contariam com o aval real. Dessa forma, as Irmandades necessitavam de uma aprovação do Rei para seu funcionamento, ficando adstritas à supervisão indireta dos religiosos, especialmente dos Bispos que, como já dissemos, eram nomeados pelo Monarca.

Através do Padroado, a vida religiosa nas colônias, era controlada pelo rei, considerando que ele era o Grão-Mestre de três Ordens militares e religiosas, a de Cristo, a de São Tiago da Espada e a de São Bento.¹¹

Segundo Graça Salgado, "*O Padroado teve suas raízes históricas nas ordens militares organizadas ao tempo da Reconquista (século XII), as quais tiveram papel proeminente nas lutas e conquistas lusas. As mais importantes dessas ordens eram as de São Tiago da Espada, a de São Bento de Avis e a dos Templários; a última foi posteriormente extinta pelo papa Clemente V em 1310, mas teve como herdeira a Ordem de Cristo, fundada em 1319, que se tornou a mais poderosa das ordens militares portuguesas. Os papas a ela concederam, na segunda metade do século XV, em reconhecimento à sua atuação como propagadora da fé cristã, a instituição do direito do padroado. Por tal direito, cabia à Ordem de Cristo jurisdição espiritual sobre*

as terras ultramarinas conquistadas e por conquistar, que não pertencessem a nenhuma diocese, e ao padroeiro dela, seu grão-mestre, a apresentação dos escolhidos para o governo eclesiástico dessas terras."¹²

Segundo Boxer "o Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. Estes direitos e deveres provinham de uma série de bulas e breves papais, começando pelo breve *Dum Diversas* de Nicolau V, em 1452, e culminando no breve *Praecelse Devotionis* de Leão X, em 1514".¹³

Hoornaert contribui ainda mais para a definição dessa instituição: "O direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal".¹⁴

Assim, o Padroado constituía-se em instrumento de expansão da Igreja católica no novo mundo descoberto. Esta delegação de poderes teve por base as transformações sofridas no final da Idade Média e início da Moderna, momento de constituição do mundo burguês.

Além do Padroado, outro componente daria peso à Coroa portuguesa, qual seja, o direito que tinha ela da cobrança da tributação eclesiástica. Essa prerrogativa estava centrada no princípio *ius praesentandi*. Segundo Boschi esta tributação não estava muito definida: "Dizimos são a décima parte de todos os bens móveis licitamente adquiridos, devida a Deus e a seus ministros por instituição Divina e constituição humana. E assim como são três fontes de bens móveis ou frutos, prediais, pessoais e mistos, também são três as espécies de dizimos. Reais, ou prediais, são a décima parte devida dos frutos de todas as novidades colhidas nos prédios (nas propriedades rurais) e terras ou nação per si sem trabalho ou cultura dos homens ou sendo trabalhados com sua indústria. Pessoais são a décima parte dos frutos meramente industriais, que cada um adquire com a indústria pessoal. Mistos são a décima parte dos frutos que provém parte por indústria dos homens, parte dos prédios: como são os que se pagam de animais, caça e aves, que se criam, e peixes que se pescam. Chamam-se mistos, porque nestes frutos obra a indústria dos homens e muito mais que nos outros prediais meramente".¹⁵

Hornaert adverte que *"o padroado conferia aos monarcas lusitanos o direito de cobrança e administração dos dizimos eclesiásticos, ou seja, a taxa de contribuição dos fiéis para a Igreja, vigente desde as mais remotas épocas"*.¹⁶

Dessa maneira, a renda colonial se constituía numa amálgama das rendas metropolitanas e das rendas da Igreja.

A convivência do clero junto ao mundo colonial foi marcada por uma série de conflitos estabelecidos entre as suas classes: **clero secular** e **clero regular**. Dessa forma, através do Padroado, a Igreja concentrou o seu poder em mãos dos Bispos que eram, segundo Boxer, *"sucessores consagrados dos apóstolos e a autoridade suprema conferida ao papa como sucessor direto de S. Pedro"*¹⁷. A eles cabia supervisionar a ação das dioceses e paróquias, as quais, por conseqüência, deveriam ser administradas pelo clero secular, porém o que se observou na colonização das Américas foi a presença expressiva do clero regular, que exercia, na maior parte das vezes, o papel de párocos junto às vilas. Apesar da presença constante dos regulares no contexto colonial, os seculares gozavam de maior prestígio porque estavam sob o controle direto das metrópoles. A superioridade numérica do clero regular adveio da indisposição de seculares europeus, especialmente ibéricos, em se deslocar para as colônias.

Apesar do *status* superior gozado pelo clero secular, a ação efetiva dos regulares junto ao processo de colonização, imbuíu-lhes de orgulho e clara consciência de seu papel histórico junto à realidade colonial. Exemplo disso pode ser retirado da frase pronunciada pelo padre jesuíta, Antônio Vieira: *"os Dominicanos viviam para a Igreja, mas os jesuítas morriam por ela"*.¹⁸ Segundo Hornaert *"o primeiro aspecto que marca o clérigo no período colonial é seu caráter de funcionário eclesiástico. Como regra geral, o sacerdócio é considerado nessa época como uma profissão, um ofício ou uma carreira, a qual a pessoa se dedica em modo análogo às demais profissões então existentes. Recebendo a cômputo do governo, o padre passa a ser considerado como um funcionário público, incumbido de exercer as funções litúrgicas próprias do catolicismo, que era a religião oficial da sociedade colonial. Não havia preocupação com a evangelização, catequese e conversão do povo, pois se supunha que a fé fazia parte da própria tradição cultural lusitana, cuja ortodoxia era mantida pelo Tribunal da Inquisição"*.¹⁹

Partindo desse entendimento, é de se supor que estes padres disputassem ferrenhamente o comando espiritual das zonas coloniais, especialmente naquelas em que poderiam exercer alguma atividade que complementasse a tão exígua cônica. Hoornaert ainda elucida que *“é muito comum que durante o período colonial os clérigos sejam absorvidos por atividades profanas, seja de caráter comercial, seja de participação política. Era comum portanto que aqueles que desejassem levar uma vida de maior conforto se dedicassem à criação de gado ou a algum tipo de comércio. A partir do século XVIII, especialmente nos centros urbanos, muitos clérigos se envolvem em atividades políticas, sob a influência das idéias liberais e iluministas”*.²⁰

Nas regiões mineradoras, a entrada de religiosos era mal vista pela Coroa portuguesa, sob argumentação de que os mesmos provocavam desordens, sendo acusados de desvios de ouro, cobrança indevida de impostos - atribuição única do Rei -, sobretudo, por insuflação da população contra a Coroa.²¹

Quando as minas do Coxipó e depois as de Cuiabá foram descobertas pelos bandeirantes paulistas (1719 -1721), logo nas primeiras monções, vindas de São Paulo, chegaram os primeiros clérigos, como nos relatou o primeiro cronista regional, José Barbosa de Sá: *“Ano de mil e setecentos e vinte e um chegaram nesse ano (...), o Padre Frei Florêncio dos Anjos, religioso carmelita, o Padre Jerônimo Botelho, do hábito de São Pedro, o Padre André dos Santos Queirós, do hábito de São Pedro, o Padre Pacífico dos Anjos, franciscano, irmão do Capitão-Mor Jacinto Barbosa Lopes (...) formaram arraial e levantaram Igreja com o título de Nossa Senhora de Penha de França, celebraram-se ofícios divinos sendo o primeiro que fez vezes de capelão, por eleição comum, o Padre Jerônimo Botelho e depois o Padre André dos Santos Queirós”*²²

No relato do cronista, muitos conflitos se deram, seja entre cléricos, pela disputa das vigarias, seja destes com as autoridades locais, especialmente com os Ouvidores e Provedores, figuras da administração colonial, que atuavam a nível das vilas e responsáveis, respectivamente, pela justiça e fazenda.

Considerando que a cobrança dos dizimos era, a partir do Padroado, função que cabia aos administradores régios civis, inúmeros cho-

ques ocorreram entre autoridades régias e clérigos, assim como entre estes e a população, que via-se prejudicada pelos incontáveis impostos cobrados. Pelas crônicas registradas por José Barbosa de Sá, pudemos pinçar algumas delas:

“Neste mesmo ano (1724) chegou em outra maloca de canoas o Padre Manuel Teixeira Rabelo por vigário encomendado e da vara, provido pelo Cabido do Rio de Janeiro na sede vacante por falecimento do Bispo o Senhor Dom Frei Francisco de São Jerônimo. Tomou posse da Igreja, entrou a exercer seu pastoral ofício fazendo também justiça com força”.²³

“(…)Veio também na mesma monção em que veio o General (1727), o Padre Lourenço de Toledo Taques, por vigário da Vara e Pároco desta Vila (Cuiabá), provido pelo senhor Dom Frei Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro. Entrou logo em visita, formou muitos sumários, prendeu seu antecessor, o Padre Manuel Teixeira Rabelo com tal estrepido e confusão que tremia a terra e abalavam-se os montes, temerosos de tanta justiça. Vendo-se o preso oprimido e vexado mais da soberba e vaidade que da justiça agravou o Vigário para o Juiz dos Feitos da Coroa que era o Ouvidor o Doutor Lanhas. Tomando este conhecimento do caso mandou soltar o preso ao que se seguiu publicar o Vigário ao ouvidor por excomungado, virando-o dos officios divinos e ingresso na Igreja, com pretexto de que o Ouvidor se intrometera a perturbar a jurisdição eclesiástica”.²⁴

Se o pároco Lourenço Taques agiu com tanto rigor com seu antecessor, o mesmo lhe aconteceria, em 1729, momento em que chega a monção de São Paulo trazendo o novo Vigário encomendado da vara, Padre Antônio Dutra de Quadros que, segundo Barbosa de Sá:

“(…) prendeu logo seu antecessor, o Padre Lourenço de Toledo Taques, na mesma forma e com o mesmo estrepido que havia feito ao Padre Manuel Teixeira Rabelo com aquele epíteto: Regnavi, Regno, Regnabo.

Deu prisão com grande estrondo pela violência e cautelas com que foi feita e respeito com que se ostentava o preso. Fez este fuga da prisão e viagem para povoado (SP) com favor de parentes e amigos; ficou o Padre Dutra bramindo como um leão ferido, fulminando excomunhões contra todos os cúmplices na fuga do preso que lhe havia dado favor e ajuda”.²⁵

A saída do padre Antônio Dutra de Quadros não foi menos desastrosa, porém seu desentendimento se deu com o Ouvidor:

"(...)Ano de mil setecentos e trinta e dois chegou monção de povoado com bom sucesso. Expediu-se desta vila outra e nela seguiu viagem o Vigário, o Padre Antônio Dutra de Quadros, antes de findar o seu triênio, nem lhe vir sucessor, deixando em seu lugar o Padre André dos Santos Queirós, por grandes dívidas e disputas que teve com o ouvidor o Doutor José de Burgos Vila Lobos, tanto que chegaram a descomposturas verbais".²⁶

Este tipo de atitude tomada pelos clérigos que vieram para a região das minas de Cuiabá reflete, por seu comportamento quase que homogêneo, caracterizado pelas atitudes descorteses, seja para com seus colegas de clero, seja para com as autoridades civis, a necessidade de se recorrer à violência (física ou espiritual) para conseguir manter-se no cargo. Isso revela o nível de disputa que se estabelecia entre Igreja e Estado absolutista, considerando que este último tomara para si incumbências, antes de execução única da Igreja e, nesse momento de fortalecimento do Estado Nacional, a Igreja acabava ficando a reboque das ações políticas daquele.

Essa disputa ferrenha entre Igreja e Estado, no Novo Mundo, fez com que a sociedade civil colonial, colocada entre as pressões dessas duas forças, agisse por conta própria, organizando-se em Irmandades: *" (...)as irmandades tornaram-se responsáveis diretas pelas diretrizes da nova ordem social que se instalava e, a exemplo dos templos e capelas que construíram, elas espelharam o contexto social de que participavam. Nesse sentido, precederam ao Estado e à própria Igreja, enquanto instituições. (...)Por seu turno, a Igreja não teve tempo e nem condições para se impor, como instituição, no novo território. Nos primeiros tempos, sua ação foi desencontrada, individualizada. Quando poderia se estabelecer, o Estado a impediu, através de toda uma legislação restritiva. Assim, não restou à Igreja outro recurso que o de atrelar-se às associações leigas mais para a prática de seus ofícios do que para uma política evangelizadora. Até mesmo a construção dos templos não ficou sob sua responsabilidade. Foi também obra de leigos".²⁷*

As Irmandades, portanto, eram instituições leigas criadas e organizadas espontaneamente pela sociedade civil junto às Igrejas e tendo por referência um santo padroeiro. Devido a este caráter, as Irmandades representavam, no mundo colonial, o espaço privilegiado de manifestação de relativa liberdade e autonomia, porém não perderam o vínculo com a política coloniza-

dora, sendo dela agentes, uma vez que reproduziam as discriminações geradas por essa mesma política, entre elas o preconceito de cor, sangue e posição na sociedade.

Além de se prestar como espaço de manifestação religiosa, as Irmandades reproduziam a divisão social existente no período colonial, centrada, especialmente na questão étnica, tão presente no mundo social do Brasil colônia, além de ter sido um expansivo campo de organização política: *“O Brasil católico nasceu sob o signo das irmandades ou confrarias, também chamadas de ordens terceiras. Estas irmandades exprimem o desejo, por parte do povo, de formar comunidades, de não se deixar reduzir a uma simples massa anônima e manipulada segundo os ditames da cultura dominante. Ao longo da história brasileira, os nomes dessas associações ou antes tentativas de associações mudaram, mas a dinâmica ficou: o que nos primeiros três séculos era denominado de irmandade, ou confraria, ou ordem terceira, chama-se sociedade, junta ou loja no século XIX, cooperativa, sindicato ou comunidade de base no século XX”*.²⁸

Considerando que no Brasil o componente cor era bastante forte, chegando mesmo a estratificar camadas sociais, na constituição das irmandades esta diferenciação também vai ser visível. Segundo Hoornaert *“é que os interesses dos brancos, pretos e pardos no Brasil são conflituais: o que é bom para os brancos é ruim para os pretos. Os pardos ou mulatos, procuram o lado dos brancos, mas unidos. Eles não se sentem iguais aos brancos. (...) a história das irmandades se nos apresenta como a de uma complexa ação dialética entre a genuína expressão popular e as tentativas de recuperação desta expressão por parte da cultura central ou dominante. Todo interesse que as irmandades representam para a História da Igreja resulta do fato, amplamente documentado, que a irmandade é uma estrutura que procura escapar aos percursos coloniais. A estrutura colonial ameaçou destruir tudo que se lhe opunha”*.²⁹

Dessa forma, Mato Grosso, em especial Cuiabá, irá reproduzir esta estratificação, manifesta pelas múltiplas Irmandades existentes, a do **Senhor Bom Jesus** - representando o espaço dos homens brancos, a de **São Benedito** - composta pelos homens pretos, as do **Senhor dos Passos e Boa Morte**³⁰ - espaço dos homens pardos (libertos ou alforriados).

Estas congregações representavam também o espaço político negado a elas pelo sistema colonial pois, de acordo com os Compromissos, as reuniões eram freqüentes e a representação do poder de cada grupo era expressa no momento da festa dedicada ao santo ou santa padroeira. Segundo Caio César Boschi, *“as Irmandades intermediaram o contato Estado X Igreja. Associações de expressão orgânica e local, elas representaram canal privilegiado de manifestação numa sociedade onde a livre formação de entidades políticas era proibida como condição básica para a própria sobrevivência do sistema colonial.”*³¹

Dessa forma, o governo lusitano receava que estas associações, instituídas livremente pela vontade e deliberação popular, pudessem, de alguma forma, se converter em associações políticas, questionadoras do sistema colonial. Caio Boschi ilustra essa questão com a transcrição de trecho de um documento escrito, em 1773, por Martinho de Melo e Castro à Mesa de Consciência e Ordens: *“É muito para recear que todo o Brasil se acha inundado de semelhantes Associações debaixo do título de Confrarias, e Irmandades, sem que se saiba o número delas, nem os indivíduos de que cada uma se compõe, nem se todas ou maior parte seguem o mesmo criminoso sistema das Minas Gerais. E sendo bem conhecidos os danos que tem resultado aos Estados Soberanos de muitas das ditas Associações eretas ao princípio debaixo de título de piedade, e devoção, e convertido depois em Conventículos sediciosos, e origem de muitos e muitos funestos acontecimentos”*.³²

A IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS, PADROEIRO DO CUIABÁ

Tendo as Minas de Cuiabá sido descobertas e povoadas por bandeirantes paulistas, trouxeram eles para a região mineradora todo o aparato cultural representativo do Planalto Piratiningano, onde as Irmandades e Confrarias haviam sido criadas desde o século XVI, como nos relata Alcântara Machado: *“Em S. Paulo, como em todas as terras povoadas pela gente lusitana, pululam as confrarias. A primeira que se fez menção nos autos divulgados é a de Nossa Senhora do Rosário. (...) as da Santa Misericórdia, S. Miguel,*

S. Antônio e Santíssimo Sacramento são nomeadas desde 1599. (...) alusões posteriores aparecem às de S. Sebastião, Misericórdia, Santo Amaro, S. João Batista, S. Francisco, N. Sra. da Piedade, N. Sra. do Rosário, Descendimento da Cruz, Fiéis de Deus, Onze Mil Virgens, S. Paulo, Santa Catarina, Santa Luzia, S. Braz, Todos os Santos, N. Sra. da Apresentação, N. Sra. do Carmo, S. José, S. Pedro, N. Sra. da Boa Morte, S. Benedito, Almas, Santo Passos, N. Sra. de Montserrat, N. Sra. da Conceição e outras. (...) Das devoções antigas a única sobrevivente, com a mesma popularidade, é a do Senhor Bom Jesus de Iguape.”³³

Segundo este autor - estudioso dos inventários e testamentos deixados pelos paulistas - era prática comum os moribundos deixarem para as suas Irmandades ou Confrarias doação ou legado em dinheiro, objeto, jóias, etc.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá teve origem nos primórdios do século XVIII, ocasião em que ocorreu a ereção da igreja sob a invocação do Senhor Bom Jesus, padroeiro do Cuiabá, cuja construção foi custeada pelo espólio deixado por Francisco Barbosa Lopes, português, morador nas minas de Cuiabá.

José Barbosa de Sá, primeiro cronista das minas cuiabanas, assim se expressou ao referir às crônicas relativas ao ano de 1722: “*N e s t e mesmo ano levantou o Capitão-Mor Jacinto Barbosa Lopes Igreja a sua custa coberta de palha que logo serviu de freguesia no mesmo lugar em que se acha a que de presente existe dando-lhe o título de Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá adonde disse primeira missa seu Irmão o Padre Frei Pacífico dos Anjos religioso franciscano. Conseqüentemente levantaram os pretos uma capelinha a São Benedito junto ao lugar chamado depois rua do sebo, que daí a poucos anos caiu e não se levantou mais*”.³⁴

A imagem do Senhor Bom Jesus, padroeiro da Irmandade, está envolta em uma série de acontecimentos recuperados por José Barbosa de Sá e por Firmo José Rodrigues. Conta-nos inicialmente o cronista setecentista que: “*Nesse ano (1729) mandou-se pelo Senado da Câmara e pessoas principais a buscar a venerável imagem do Senhor Bom Jesus, que hoje veneramos na Igreja Matriz desta vila, que estava no sitio de Camapuã. Foi esta imagem fabricada de madeira na vila de Sorocaba por mãos de uma mulher. Touxe-a*

consigo um Pedro de Moraes, natural da mesma vila nos primeiros anos que se estes sertões povoaram e não podendo continuar a jornada, pelas dificuldades que naqueles tempos haviam e calamidades que nela se experimentavam, acabou deixando a imagem dentro de um caixão em que a trazia em um rancho coberto de palha de bacuri, à borda do rio Grande, lugar chamado Guarapiranga, donde deixou também umas cabras que trazia, que ali se conservaram, recolhendo-se no mesmo rancho adonde estava a imagem.

Deste lugar a mudaram, no seguinte ano, uns que vieram de povoado (SP), trazendo-a até o rio Pardo, acima da barra do Anhandoi, recolhendo em outro rancho; daí a tornaram a levar outros que iam desta vila para povoado, tornando-a a deixar no mesmo rancho de onde a haviam tirado, no Guarapiranga, de onde no seguinte ano a trouxeram outros até Camapuã e ali a deixaram.

O que sabendo-se nessa vila foi mandada buscar, indo por cabo da leva o capitão Domingos Barbosa Leme com três canoas e vinte e cinco homens, a saber, Caetano de Brito Menezes, Pantaleão Martins e Joaquim Soares, pardo forro e aos mais pretos e índios. Trouxeram a imagem em outro caixão que levaram feito. Chegou ao porto geral desta vila com bom sucesso, aonde o foram buscar e conduzir para a vila em procissão. Colocou-se em um altar colateral da Igreja Matriz a parte do Evangelho. Ao tempo que se estava colocando, entraram porta a dentro com o cadáver daquele Pedro de Moraes que a havia trazido de povoado e deixado no rio Grande e se lhe sepultaram ao pé do mesmo altar.

Fez-se-lhe missa cantada e sermão que pregou o padre-mestre Frei José Angola, religioso franciscano, representando-se duas Comédias, houveram banquetes públicos e fogos. Durou o aplauso três dias, tudo à custa de pessoas principais, sendo os que mais se sinalaram ("sic") Baltasar de Sampaio e Antônio Correia de Oliveira, que liberalmente dispenderam de suas fazendas para estas festividades".³⁵

Firmo José Rodrigues, baseado em outros escritos assim recompõe o acontecido: "A vinda da Imagem do Senhor Bom Jesus tem sua história interessante, não se sabendo quem a adquiriu em São Paulo.

Moutinho, comerciante português que viveu dezoito anos em Cuiabá e, em 1869, publicou uma "Notícia sobre a Província de Mato Gros-

so", narra que a imagem foi encontrada na ilha de Manuel Homem, abaixo da confluência dos rios Verde e Aguapei, 225 léguas mais ou menos distante de Cuiabá. Manuel Homem, era um criminoso que vivia refugiado no sertão e, tendo ele encontrado a imagem, construiu um rancho de palha e ali a colocou, mas como por esse lugar passassem viajantes continuamente, ele, temendo a justiça, procurou refúgio em outro lugar, lá deixando a imagem.

Um comerciante que das minas de Cuiabá se dirigia para São Paulo, encontrou o santo e tentou conduzi-lo mas não houve força humana capaz de arredar a imagem do lugar onde se achava.

Mais tarde outro viajante que se destinava a Mato Grosso conduziu a imagem para Cuiabá. Estevão de Mendonça, baseado nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, diz que o Senado, tendo conhecimento do encontro da imagem do Bom Jesus. (...) Sobre a mesma imagem corre a lenda que, depois de colocada na igreja Matriz, então coberta de palha, por duas vezes ela desapareceu, voltando para Camapuã e que em vista disso, a população fez o voto de construir uma igreja decente, coberta de telha."³⁶

Não conseguimos acessar documentação relativa ao princípio da Irmandade (séc. XVIII) porém, uma correspondência enviada ao Rei pelos devotos do Senhor Bom Jesus, já no século XIX, serve como comprovação histórica da existência dessa agremiação no século XVIII. Trata-se de um ofício escrito em 1821, no qual os devotos do Senhor Bom Jesus solicitaram ao Rei de Portugal (D. João V), permissão e aprovação para a instalação e funcionamento da Irmandade:

"Dizem os Devotos Provedor, Oficiais, e irmãos de mesa da Confraria do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá que desde o ano de 1728 logo no princípio da primeira Povoação que houve naquela Cidade quando a ela chegou a Imagem do Senhor Bom Jesus que tomaram por Padroeiro se congregaram os Devotos da mesma venerável Imagem se constituíram uma Confraria sem alcançar a Régia Permissão necessária para isso, porém reconhecendo sempre ser a dita Confraria da Jurisdição Real por ser pleno jure pertencente ao Grão mestrado, Cavalaria, e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo prestando contas ao Provedor das Capelas da Comarca, um dos quais no ano de 1776 proveu que se apresentasse seu Compromisso, e se pedisse a Vossa Majestade a graça de Confirmar como tudo consta da Certidão junta e

por isso prostam-se os suplicantes ante o Trono de Vossa Majestade rogando que por bem do Serviço de Deus a Vossa Majestade se Digne Aprovar a ereção da dita Irmandade revalidando-a com a Real Sansão sem embargo da nulidade com que erigida, e Confirmando o Compromisso que com esta apresentam para servir de regra à mesma Confraria.

Para Vossa Majestade se Digne Conceder-lhes a graça que imploram. E Receberá Mercê".³⁷

A resposta do rei, na ocasião, foi positiva, o que ensejou o reinício dos trabalhos da Irmandade:

"Dom João por Graça de Deus, Rei do Reino-Unido, de Portugal e do Brasil, e Algarves, daquém, e dalém Mar, em África, Senhor de Guiné, e da Conquista, navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Como Governador, e Perpétuo Administrador que Sou do Mestrado, Cavalaria, e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Faço saber que os Irmãos da Irmandade da Confraria do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá, Me representaram terem feito o seu Compromisso de comum beneplácito, em mesa plena, que ofereciam na Minha Real Presença, a quem estavam sujeitos, e observância das Minhas Reais Ordens, pedindo-Me lhes fizesse a graça de lho confirmar, para ter o seu devido efeito. O que visto, e resposta do Procurador Geral da Ordem. Hei por bem Fazer Mercê aos suplicantes de lhes Confirmar o seu Compromisso escrito neste Livro em vinte e seis Capítulos, com as cláusulas porém, de ficarem salvos os direitos Paroquiais, e os da Fábrica da Igreja Matriz, e inibido o uso de Sepulturas dentro da Igreja, e de ser obrigada a Irmandade a pedir ao Desembargo do Paço licença para tirar esmolas publicamente pelo distrito, e em tudo cumprirão exatamente o que pelo Meu Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens for mandado dando contas, ao respectivo Provedor das Capelas, a quem a mesma Igreja competir, ou quem por especial Ordem Minha, se lhe Ordenar, e não a outrem, porquanto a Mim pertence tomar as Contas das Confrarias sitas nestes Dominios, por serem isentas por Bula Apostólica de toda outra jurisdição. E Mando aos Oficiais que ora são e ao diante forem da Mesa desta Irmandade, não declinem, nem possam declinar, da jurisdição que a referida Ordem compete, e dos Ministros a quem Eu for Servido encarregá-la, do que farão termo neste mes-

mo Livro, assinado por todos, e pelo Comissário, ou Capelão, que lhes dará o Juramento de em tudo cumprirem e guardarem esta Provisão e inovando-se alguma coisa neste Compromisso, dela se não usará sem primeiro ser aprovada pelo referido Meu Tribunal. Pelo que Mando ao respectivo Provedor das Capelas, e a todas as mais pessoas a quem, o cumprimento desta Provisão competir, a cumpram e guardem como nela se contém, e seu efeito durará mais de um ano, sem embargo da Ordenação em contrário, sendo passada pela Chancelaria das Ordens. El Rei Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assinados do Seu Conselho e Deputados da Mesa da Consciência e Ordens. Joaquim Valério Tavares a fez. Rio de Janeiro dezessete de Abril de mil oitocentos e vinte e um. Desta mil e seiscentos réis e de assinatura três mil e duzentos réis. Faustino M. de Lima e Fonseca [ilegível] subscreveu.

Antônio Filipe Soares de Andrade de Brederode

Cláudio José Pereira da Costa"³⁸

Considerando que as Irmandades, enquanto sociedades civis deveriam obter a aprovação real, que detinha o Padroado, necessitavam ainda da aprovação religiosa, fornecida pelos bispos. No caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus, a autoridade eclesiástica maior na região era o vigário geral, o qual fazia as vezes de provisor. No momento em que o rei deu parecer favorável à instalação da Irmandade, o mesmo foi feito junto aos fiéis, com a presença do vigário geral, o que ocorreu a 31 de dezembro de 1821:

"Termo de aceitação do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus que fazem e assinam Provedor e Irmãos como abaixo se declara.

Aos trinta e um dias do mês de Dezembro do ano de mil oitocentos e vinte e um nesta Cidade do Cuiabá e no Consistório da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro desta mesma Cidade estando em ato de Mesa o Reverendo Vigário Geral e Provisor Agostinho Luís Goulart Pereira, ex-Provedor Sargento-Mor André Gaudie Ley com os irmãos e mais devotos desta Irmandade logo o dito Reverendíssimo Vigário Geral mandou a mim Escrivão por impedimento do nomeado que lesse este Compromisso, com as Provisões de Ereção e Confirmação, e que logo lido por mim em presença de todos os abaixo assinados, que o aceitaram e prometeram cumprir e guardar os ditos Capítulos debaixo do Juramento que lhes foi deferido pelo dito

Reverendíssimo Provisor ao depois de lhes ser lido por mim, Joaquim da Silva Tavares escrevão por impedimento do nomeado que escrevi.

Agostinho Luis Goulart Pereira

André Gaudie Ley

Antônio Navarro de Abreu

José do Couto [ilegível]

João José Pereira e Silva

Jerônimo Joaquim Nunes

Manuel Dias Gonçalves

+ (sinal de José de Oliveira Machado)

Antônio José Guimarães e Silva

José de Pinho e Azevedo

Francisco Xavier da Silva Pereira

José Joaquim da Gama

Bento Pereira de [ilegível]

Sancho José de Queirós

Joaquim da Silva Tavares

Miguel José [ilegível]

Antônio Pedro de Figueiredo Falcão

Antônio Correia da Costa”³⁹

Os termos do compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, reforçam sua caracterização como uma instituição representativa da elite cuiabana, composta por brancos e abastados (art. 5º), os quais, receando a intromissão de outros grupos sociais (pretos e pardos), vedaram suas entradas, garantindo para si o exercício político no seio da irmandade. Pelo mesmo motivo fizeram questão de tornar públicos os nomes dos componentes das diretorias, os quais eram anunciados, pelo pároco no momento do sermão proferido durante as missas do dia 1º de janeiro (art. 4º). Limitando o número de Irmãos cerceavam a entrada dos “indesejados” (art. 5º). Este mesmo artigo, que reputamos o mais pungente de todos, exigia que os integrantes fossem pessoas abastadas e que tivessem condições de arcar com o ônus das jóias e mensalidades. Isso garantia-lhes manter o “nível” da instituição, impedindo, conseqüentemente, a entrada dos “menos afortunados”, de forma que a

sua representação pública revelasse o poder político e econômico de seus membros. Esta representação, cuja demonstração maior se fazia a cada 1º de janeiro, é garantida através do compromisso (art. 8º), e os emblemas principais se faziam presentes na comemoração (bandeira, pendão, vara, opas, mursas, capuz, todos adornados com o símbolo da Irmandade)

O compromisso é composto de 26 artigos, nos quais estão instituídos os procedimentos a serem seguidos pelos componentes da Irmandade:

“Os Devotos da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro da Cidade do Cuiabá em seu nome, e dos mais Fiéis que concorrem para esta devoção a bem das almas dos irmãos, e para maior serviço de Deus tem vindo em formarem este compromisso para servir de regra do governo da mesma Irmandade, e assim contribuir à glória de Deus, segundo o Espírito da Igreja sendo Vossa Majestade servido aprovar, e confirmar os Artigos seguintes./fl. 4

1º

Esta Irmandade constituirá um Corpo composto de um Provedor, um Escrivão, um Tesoureiro, dois Procuradores, e doze Irmãos de Mesa. Será esta Irmandade denominada Irmandade do Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá.

Os papéis que dela emanarem serão sempre expedidos em nome do Provedor, Oficiais, e Irmãos de Mesa, e Selados com o Selo dela, o qual consistirá na coroa de Espinhos circulando as cinco chagas, e por baixo a Cana verde com esta inscrição = Salvator mundi, salva-nos= Este selo será aberto em cunho de prata, que se conservará no Arquivo da Irmandade, em boa guarda para se usar dele quando for necessário./fl. 4v

2º

Todos os Negócios que se propuserem na Mesa desta Irmandade se vencerão por pluralidade de votos, e tudo que a Mesa ordenar pertencente à Irmandade se dará cumprimento, contanto que se não disponha coisa que altere as Leis de Vossa Majestade, ou seja contrária a elas./fl. 5

3º

O Provedor, Oficiais, e Irmãos de Mesa se farão sempre no Consistório da Irmandade em segredo pela pluralidade de votos dos que estiverem servindo, contanto que os que tiverem servido não possam ser reeleitos na próxima eleição sem passarem três anos./fl.5v

4º

A eleição se fará no dia 31 de Dezembro com assistência do Reverendo Pároco, e ficará em segredo, para ser publicada no 1º de Janeiro à estação da Missa pelo Pregador havendo Sermão, e não o havendo pelo Sacerdote que cantar o Evangelho. Os que saírem eleitos serão empossados em ato de Mesa no dia 20 de Janeiro de que se lavrará termo pelo qual se obriguem a cumprir, e observar este compromisso debaixo de juramento, que lhes será deferido pelo Provedor que acaba de servir, e se poderá eleger também para os cargos desta Irmandade aquelas pessoas que não forem Irmãos, de que se não poderão escusar, e gozando no ano em que servirem de todas as graças, e benefícios que são concedidos a esta Irmandade./fl.6

5º

Esta Irmandade não terá número limitado de Irmãos, e Irmãs, e nela poderão entrar toda a pessoa branca, que a sua devoção mover a isso contanto que seja Cristã e Batizada, e não seja infame precedendo determinação da Mesa, e o que houver de ser recebido por irmão deverá ter estas condições 1º que seja pessoa de boa consciência, e fama, temente a Deus: 2º que não seja convencido em Juízo de Culpa que mereça pena vil: 3º que sendo solteiro esteja emancipado. 4º que possua fazenda sua de modo que lhe não seja pesado pagar as jóias de qualquer cargo da Irmandade para que seja eleito, e da entrada de cada um se lavrará termo pelo qual se obrigue a pagar os anuais, e a aceitar os cargos para que foi eleito./fl.6v

6º

Geralmente pagará cada um irmão, ou Irmã de sua entrada 1\$200 réis, e de anual seiscentos réis, e havendo alguma pessoa de idade de mais de cinqüenta anos, que queira entrar por irmão desta Irmandade pagará

trinta e seis mil réis porque dela se não espera serviço, nem utilidade para a Irmandade, e o Irmão que se quiser remir para se livrar da pensão dos anuais, e Cargos de Mesa pagará trinta mil réis./fl.7

7º

O Provedor que sair eleito pagará de Jóia trinta mil réis, o escrivão vinte cinco mil réis, o Tesoureiro vinte mil réis, cada um irmão, e irmã de Mesa pagará quatro mil réis ficando os Procuradores aliviados pelo trabalho que costumam ter nas diligências, cobranças, e outros cuidados inseparáveis de seus cargos. A Provedora pagará a mesma jóia como o Provedor, e as irmãs de Mesa pagarão suas mesadas como os irmãos./fl.7v

8º

A festa principal desta Santa Irmandade constará de Missa Cantada no dia primeiro de Janeiro com Exposição do Santissimo Sacramento sem necessidade de mais Provisão; Sermão, e Procissão à tarde. O Provedor irá na Procissão com a vara da Irmandade, o Escrivão com a Cruz, o Tesoureiro com o Pendão, em cuja bandeira se verá a inscrição = Ecce agnus Dei = Os Procuradores e Irmãos irão em duas alas em sua ordem.

Todos irão de opa roxa que terá mursa, e capuz, e no lado esquerdo da Opa terá a insignia semelhante a do Selo; mas bordada de retrós. Esta celebridade se fará à custa da Irmandade, se os Irmãos não quiserem concorrer por devoção./fl.8

9º

Os Officiais, e Irmãos de Mesa que acabarem de servir se juntarão com os novos eleitos na primeira Dominga depois de empossados para estes darem conta àqueles pelo Livro de Receita e Despesa, e achando-se que não ficam devendo coisa alguma à Irmandade, ou entregando logo o que ficarem devendo se dará disso termo no Livro assinado por todos, e havendo dívida se carregará ao Tesoureiro, e não se pagando no termo de quinze dias os Procuradores arrecadarão executivamente o principal, e Custas dentro de três meses assim como arrecadarão executivamente as jóias anuais, e mesadas ficando responsáveis por toda a omissão, e negligência./fl.8v

10º

Os rendimentos desta Irmandade como jóias, mesadas, anuais, Legados, e ofertas se ajuntará em um Cofre que terá três chaves uma em poder do Provedor, outra em poder do Escrivão, e outra em poder do Tesoureiro, e se não se abrirá para despesa alguma senão em Mesa. De toda a parcela de dinheiro que entrar se fará carga ao Tesoureiro por um termo que ele assinará com o Escrivão, e de todo o dinheiro que sair por determinação da Mesa para pagar as despesas se fará termo de saída em que assinará o recipiente com o Escrivão, e de outro modo não sairá dinheiro algum, do mesmo Cofre, e no termo da Saída se fará declaração da coisa, ou obra para que se despendeu referindo-se ao termo de Mesa que assim o determinou./fl.9

11º

Como o Soberano Sacrificio da Missa é de tanta virtude, e eficácia, que por ele aplacamos a Deus para perdoar nossos pecados, e alcançarmos remédio para nossas necessidades, e não só aproveita este sacrificio aos vivos, porque, se aplicam, e também aos fiéis de defuntos, por virtude do qual são livres do Purgatório; portanto convém que esta Irmandade tenha um Capelão para as Missas a quem se pagará a porção porque se ajustar em Mesa, o qual será sempre Clérigo de bom exemplo, e vida./fl.9v

12º

O Capelão será obrigado a celebrar Missa todas as sextas-feiras às sete horas da manhã por intenção de todos os irmãos e defuntos, Confessará os irmãos devotos no dia da Festa, acompanhará os irmãos defuntos com sobrepeliz, e assistirá a Festa e Solenidade da Irmandade pela porção porque se ajustar em Mesa./fl.10

13º

Ao Provedor desta Irmandade toca mandar convocar os Oficiais, e Irmãos de Mesa para as Sessões, e acontecendo não se acharem presentes, ou impedidos, terá o cuidado de examinar como os bens da Irmandade são zelados, e por cuja culpa, e negligência algumas coisas são perdidas, ou danificadas para em Mesa se assentar sobre o modo de se arrecadar, ou aproveitar pelos bens dos culpados, e terá o cuidado de mandar pedir esmolas pelos Fiéis às

Sextas-feiras como é costume, longamente usado nesta Cidade, principiando esta diligência pelo Provedor, seguirá pelos Oficiais, e acabará nos Irmãos, e tudo quando render será entregue ao Tesoureiro com carga feita no Livro, e entrada no Cofre da Irmandade./fl. 10v

14º

O Provedor será sempre uma pessoa de mais qualidade, autoridade, reputação, e virtude de maneira que os Oficiais, e irmãos o possam reconhecer por cabeça; presidirá em todos os atos que se tratarem em Mesa, a ele pertence mandar assentar, votar, e nos casos de empates terá voto decisivo, e quando houver de se ausentar para fora da Cidade, ou for impedido participará à Mesa para que o Escrivão faça as suas vezes, e esta mesma participação fará cada um dos Oficiais, e Irmãos de Mesa quando houver de se ausentar para se chamar outro em seu lugar./fl. 11

15º

O Escrivão será pessoa de bom conceito, e diligente, que bem possa cumprir com a escrituração nos Livros competentes fará os Inventários, termos de entrada dos irmãos, cargas, e descargas do Tesoureiro, e as notas necessárias dos que falecerem com declaração do dia que por sua morte cessa de ser chamado, assim como cessará de ser irmão todo aquele que por justas causas for despedido da Irmandade, e as causas não serão a arbitrio da Mesa, mas será cada uma daquelas porque segundo as Leis de Vossa Majestade se possa apartar um Sócio de alguma Sociedade. Tudo quanto for escrito pelo dito Escrivão sobre negócios, ou coisas tocantes à Irmandade, terá fé pública, e judicial, e por sua ausência, ou impedimento durável elegerá em Mesa outra pessoa que debaixo de juramento faça suas vezes, tendo as mesmas qualidades que se requerem para o eleito./fl. 11v

16º

O Tesoureiro deve ser abonado de boa fama, zeloso no Serviço de Deus a quem se fará entrega dos bens desta Irmandade, e de tudo quanto for do Serviço do culto Divino, papéis, e títulos que houverem, por um Inventário escrito no Livro competente com todas as clarezas necessárias para de tudo dar conta, como é obrigado, e quando ele houver de se ausentar por pouco tempo nomeará quem faça as suas vezes, e se a ausência for para fora

da terra, ou para lugar que não se espere vir dentro do ano que servir dará suas contas, e se elegerá em Mesa um substituto que cumpra com os deveres do Tesoureiro ausente./fl.12

17º

Os Procuradores serão de conhecida fidelidade, e zelo no serviço de Deus terão obrigação de cobrar, e arrecadar as dividas ativas, legados, oblações, anuais, jóias, e mesadas dos irmãos que logo não pagarem, tendo para isso um rol extraído pelo Escrivão que se lhe entregará em Mesa, e cada um ficará responsável a qualquer quantia, ou valia das coisas que por sua omissão, ou culpa se perderem. E tudo quanto arrecadarem será carregado ao Tesoureiro, e recolhido ao Cofre./fl.12v

18º

Haverá um Zelador convocado pela Mesa a quem se pagará a porção porque se ajustar, e terá obrigação de correr a campa ("sic") para ajuntamento dos Oficiais, e Irmãos de Mesa e para todas as funções da Irmandade. Terá o cuidado de trazer sempre o Altar limpo do pó, e lhe porá os frontais conforme as festas, e officios de cada dia, e cores para eles deputados nas rubricas do Missal, ministrará o necessário para se dizer Missa, e cumprirá com as mais obrigações que no ato do ajuste concordarem em Mesa; o que terá lugar enquanto não houver algum devoto que gratuitamente se ofereça para este serviço tendo porém as qualidades necessárias para ser admitido./fl.13

19º

Terá esta Irmandade na Sacristia almário ("sic") grande com gavetas, ou Caixão bem fixado, e limpo para nele se guardarem as pratas, Cálices, e vestimentas que forem do Serviço do Divino culto, em cuja guarda, e tratamento deve haver grande cuidado pela particular dedicação, e Santificação que cada um deles tem. O Tesoureiro, e quaisquer outras pessoas, a cujo cargo estiverem as coisas da Capela não emprestará a prata, ornamentos, armações, toalhas, panos de Mesa, e quaisquer outras coisas do Serviço do culto Divino para usos seculares, e profanos, nem se sirva de alguma delas em suas casas, ou em outro lugar em uso profano./fl.15v

20º

Como as coisas dedicadas ao Divino Culto não podem mais servir em usos profanos, convém que havendo alguns ornamentos que por estarem rotos, ou velhos não sejam capazes de servir, nem de se reformar com coisa nova, ou um com outros de maneira que possam decentemente ainda prestar será obrigado o Tesoureiro, a apresentá-los em ato de Mesa a fim de se lhes dar consumo, fazendo-se disso termo no Livro para descarga do Tesoureiro./fl.16

21º

Para que conste as peças de ouro, e prata, ornamentos, móveis, e mais bens que pertencem à Irmandade se fará anualmente Inventário por títulos distintos, e separados pesando-se a prata peça por peça declarando-se o peso de cada uma, fazendo-se das qualidades dos ornamentos, e mais bens especial menção para que se não possam trocar, nem mudar, cujo Inventário será lançado em um Livro como em Carga ao Tesoureiro da Irmandade para no tomar das contas se saber por ele o que existe, e o que se consumiu./fl.14v

22º

Será esta Irmandade obrigada a mandar dizer sete Missas pela alma de cada irmão, ou irmã que falecer, e o seu corpo será acompanhado pelo Capelão e Irmãos, conduzido no Esquife da Irmandade para se dar a sepultura. Os filhos varões dos Irmãos até a idade de quatorze anos, e as fêmeas até doze anos terão sepultura da Irmandade; e as mulheres dos Irmãos que não se assentarem na Irmandade por irmãs terão acompanhamento da Irmandade./fl.15

23º

No oitavário da Comemoração dos defuntos mandará o Tesoureiro dizer trinta Missas pelas almas dos Irmãos defuntos em geral para que mais cedo se vejam livres das penas temporais que no Purgatório padecem em satisfação de seus pecados, e as que já gozam de Deus, se lhes acrescente a glória, de que apresentará Certidões dos respectivos Clérigos, que as disserem, em Mesa para lhe ser levada em conta de sua despesa. fl.15v

24º

Terá esta Irmandade cinqüenta sepulturas Sagradas para serem enterrados os Irmãos e mais pessoas a que a Irmandade dever dar sepultura, não se tirando a liberdade que cada um tem de mandar enterrar seu corpo no Adro, ou Cemitério que bem lhe parecer conforme sua devoção; e estas sepulturas serão no Consistório que desde os princípios da Igreja do Cuiabá tem servido para os ajuntamentos dos devotos do Bom Jesus, a fim de em nada prejudicarem os Direitos Paroquiais, até que possam ser mudadas para um Cemitério decente como por Vossa Majestade já está determinado. Terá um Esquife adornado com decência para nele se conduzir os corpos à Sepultura, e terá doze opas roxas à custa da Irmandade para os Irmãos saírem com elas nas Procissões, acompanhamentos, e outras funções da Irmandade./fl.16

25º

Terá esta Irmandade os Livros necessários para as sessões de Mesa, entrada dos Irmãos, Inventário, ou Tombo dos bens da Irmandade, os quais serão rubricados pelo Provedor da Irmandade, e o da Receita e Despesa que há de servir na boca do Cofre será rubricado pelo Provedor das Capelas a quem serão apresentadas para as Contas que deve tomar na forma da Lei do Reino./fl.16v

26º

Em todos os atos, e funções da Irmandade deve haver grande reverência, humildade, e devoção, e convém que se desterrem todas as superstições, abusos, tratos profanos, práticas, e discórdias, e o mais que pode causar perturbação nos Ofícios Divinos, e funções da Irmandade, a aquele que assim não praticar será multado pelo Provedor em duas Libras de cera, e o mesmo pagará todo o irmão que sem justa causa faltar às funções da Irmandade, e logo se recomendará aos Procuradores que arrecadem."40

A solicitação ao Rei para o reinício dos trabalhos da Irmandade, em 1821, em Cuiabá, caracteriza e reforça o momento histórico que estava vivendo a capitania de Mato Grosso, especialmente no tocante à sede administrativa do governo. Tendo as Minas do Coxipó e posteriormente a de Cuiabá sido descobertas no início do século XVIII, o povoamento se aglutinou em torno de Cuiabá, elevada à categoria de Vila, em 01 de janeiro de 1727, por

Rodrigo César de Meneses, governador da capitania de São Paulo, da qual as zonas auríferas citadas faziam parte. Dessa forma, foi em torno de Cuiabá que desenvolveu o primeiro núcleo urbano, onde o comércio frutificou e de onde partiram as primeiras monções em direção ao litoral brasileiro. Com a criação da Capitania de Mato Grosso (1748), o governo lusitano considerou, prudentemente, que a capital da novel capitania tivesse sede no alto Guaporé, região litigiosa, seja pela vizinhança com o Vice-Reino do Perú, seja com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos: nascia Vila Bela da Santíssima Trindade.

No entretanto, apesar dos múltiplos esforços de comunicação via norte (Belém), a nova capital carecia de infra-estrutura capaz de manter, não somente o aparato administrativo, mas também a população ali residente. Cuiabá, no entretanto, continuava a estabelecer os contatos comerciais com o litoral, via roteiro monçoeiro (Tietê/Cuiabá) ou ainda por estrada de terra que, passando por Goiás, atingia São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Foi no limiar do século XIX que a situação de disputa entre estes dois eixos urbanos, vai ter uma definição. Segundo o historiador Carlos A. Rosa: *"Vila Bela, a partir da década de 10, começa a viver a difícil situação da capital rejeitada. Mesmo antes, em 1804, o Capitão-General Manuel Carlos de Abreu e Menezes representou ao Rei, sugerindo que a capital fosse transferida para Cuiabá. Em 1812, Oeynhausien fixa residência em Cuiabá. Em 1818, Cuiabá é, de fato, a capital: o novo governador Francisco de Paula Magessi, permanece em Cuiabá 18 meses após sua chegada e só então vai a Vila Bela, onde permanece menos de um mês. Antes de ir a Vila Bela, Magessi tomara uma iniciativa básica: propusera a transferência da Junta de Fazenda e do Desembargo do Paço para Cuiabá; logo após a sua ida à capital, promove também a transferência da Fundição de Ouro e da Casa do Tesouro para Cuiabá, onde são instaladas em 1821. E mais: Magessi "dá a Cuiabá como cabeça de Comarca" e Vila Bela como Paróquia, o que provoca uma inútil representação do Juiz de Vila Bela, em março de 1821"*.⁴¹

Assim, Cuiabá irá se impor como capital de fato, e não ainda de direito e para isso utilizou de múltiplos recursos, dentre eles, a aglutinação da elite em torno da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, aprovada com a aquiescência régia. Dessa maneira, a elite política cuiabana irá estabelecer múltiplas articulações com o poder central, objetivando a sua garantia como futura e definitiva sede política. Carlos A. Rosa, ao analisar a organização social de Cuiabá no período, assim define a posição da elite: *"Esta (a popula-*

ção), estruturava uma sociedade piramidal, em cujo topo estava a maioria privilegiada, os "homens bons", representados pelos proprietários de fazendas de gado, pelos senhores de plantações e de engenhos de cana, grandes comerciantes, pelos proprietários de casas de aluguel, cercados por uma moldura serviçal e dependente, feita de agregados e escravos. Nessa faixa privilegiada, situavam-se também, mais pelo "status" funcional que pelos haveres, o Capitão-General ou governador (a partir de 1821) e seu "staff" imediato, o Ouvidor, o Juiz, o Bispo (a partir de 1808). Essa minoria ocupava o melhor espaço da cidade, habitava as melhores casas. (...) Dentre os comerciantes de Cuiabá, porém, havia um pequeno grupo, já nativo e ligado por laços de parentesco, que nunca dedicou-se às atividades rurais, caracterizando-se como uma minoria, mas expressiva, "burguesia urbana": os Poupino, os Navarro de Abreu, os Gaudie".⁴²

O PAPEL DAS IRMANDADES NO CONTEXTO SOCIAL: O CASO DE MATO

A Irmandade do Senhor Bom Jesus aglutinava em seus quadros indivíduos pertencentes à camada dominante matogrossense, porém este fator não retira-lhe o caráter de independência, de pressão frente às imposições do sistema e tampouco diminuiu sua importância no contexto regional. Sua organização administrativa revelava uma camada social de elite que ambicionava assumir o poder regional que após a independência foi objeto de disputas acirradas, seja entre a elite de Vila Bela, seja entre a própria elite cuiabana, representada por uma facção que tradicionalmente vinha recebendo as benesses do governo colonial, e outra "nativa", poderosa economicamente e que almejava para si a condução política da Província. As alternâncias dos membros componentes das gestões administrativas da Irmandade reproduzem a evolução da movimentação política regional. A distribuição hierárquica dos cargos dentro das instituições reproduzia o momento histórico vivido pela capitania, o que pode ser verificado na composição das Mesas diretoras da Irmandade do Senhor Bom Jesus, Padroeiro do Cuiabá. Os indivíduos que possuíam maior prestígio político e social, na época, ocupavam os mais elevados cargos na diretoria da Irmandade, especialmente os postos de Provedor, Provedora, Escrivão e Tesoureiro, sendo que os 12 Irmãos e as 12 Irmãs representavam uma exten-

são desta representação principal.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus possuía duas preocupações centrais: a **comemoração da festa** e os **enterramentos**. A primeira delas poderá ser avaliada através das deliberações realizadas pelas diversas gestões administrativas, especialmente nas últimas reuniões de cada uma, quando era planejada a festividade. As Irmandades exerciam funções de apoio e proteção a seus membros, não somente durante suas vidas, mas também cuidavam do enterramento e das missas que posteriormente eram rezadas por suas almas.

Na **Antigüidade**, segundo Philippe Ariès, os cemitérios eram sempre construídos fora dos muros das cidades, ao longo das estradas (Via Appia - Roma), onde *“os túmulos de família construídos em domínios privados, ou cemitérios coletivos, possuídos e auferidos por associações que talvez tenham fornecido aos primeiros cristãos o modelo legal das suas comunidades”*⁴³ Mais tarde, com o desenvolvimento das cidades, os vivos acabam chegando perto e até mesmo ocupando o espaço dos mortos. Isso gerou, segundo o mesmo autor, *“(...)o enfraquecimento da repulsa que os mortos inspiravam na Antigüidade. A penetração dos mortos no interior dos muros, no coração das cidades, significa o abandono completo do antigo interdito e a sua substituição por uma atitude nova de indiferença ou de familiaridade. Os mortos, a partir de então e durante muito tempo, deixaram totalmente de meter medo”*⁴⁴

Segundo José Barnabé de Mesquita, no século XVIII, em Cuiabá, existiam 3 tipos de enterramentos: o primeiro, junto aos **consistórios** das respectivas Irmandades existentes - **do Santíssimo** (na Catedral do Senhor Bom Jesus); **de São Miguel e das Almas** (nas Igrejas do Bom Despacho e na do Rosário)⁴⁵; o segundo tipo de enterramento era feito **dentro das Igrejas**, ou capelas filiais, como era o caso do Bom Despacho e de São Gonçalo; o terceiro era no **Cemitério da Igreja ou Cemitério da Fábrica**.⁴⁶ Quanto a este último tipo de enterramento, sabemos que era o local destinado ao enterramento dos pobres, porém, o aumento da população *“(...)determinou a insuficiência do âmbito das igrejas para conter os sepultamentos, o Bispo D. José fez transferir o cemitério da Fábrica para o lugar onde se encontra o cemitério da Piedade, no alto da Boa Morte, fazendo cercar de muros de taipa em quadrilátero de terreno e ali eram enterrados os miseráveis”*.⁴⁷ Apesar de não ter conseguido datar com precisão a construção desse cemitério, Mesquita, citando artigo publicado no jornal **“A Situação”**, de 9 de dezembro de 1888, acre-

dita que tenha sido este o mais antigo deles. Dizia o periódico: *“Não há nesta cidade uma só pessoa que conte mais de 40 anos que ignore a existência de um quadrado cercado de muros de taipa, tendo uma grande cruz no centro que se chama Cemitério da Fábrica, onde se enterravam os cadáveres dos miseráveis, dos escravos e dos suplicados”*.⁴⁸ O autor reforça sua argumentação citando o periódico intitulado **“O Noticiador Cuiabano”**, de 21 de junho de 1857 que referindo-se à resistência aos enterramentos em cemitério assim se manifestou: *“Foge-nos o tempo e já devemos ter causado tédio aos leitores para mostrarmos as vantagens da supressão dos enterramentos nas Igrejas - e da construção de cemitérios, relativamente à higiene, por isso de passagem diremos que os relatórios do provedor da Saúde, e da Câmara Municipal, prestados antes da abertura da navegação, ou quando não havia tanto que temer a importação de epidemias, já exigiam e reclamavam estas idéias em prol da humanidade, e da salubridade pública”*; e referindo-se ao cemitério da Fábrica dizia o jornal (...) *pela sua pequenez, mesmo nas circunstâncias ordinárias, (extintos os enterramentos nas Igrejas) não satisfará as necessidades quanto mais as extraordinárias*.⁴⁹ A maior evidência da existência desse cemitério dos pobres são as palavras do Presidente da Província, Albino de Carvalho, em seu Relatório, quando externa suas impressões sobre a cidade de Cuiabá: *“À minha chegada à esta Capital, se tive o desgosto de ver que ainda existia semelhante costume⁵⁰, alegrei-me de observar o estado de adiantamento da capelinha de Nossa Senhora da Piedade em construção⁵¹ logo acima do antigo e mesquinho cemitério desta Cidade”*.⁵²

Luiza Volpato ao analisar as transformações das cidades frente à nova ordem burguesa argumenta que: *“Entre os diversos hábitos coloniais que foram criticados e substituídos estão as práticas dos sepultamentos realizados até então nas igrejas e em seus pátios. A nova ordem burguesa, respaldada pelo discurso médico-sanitarista, passou a considerar este hábito como anti-higiênico e perigoso, pois possibilitava a proliferação de germes e micróbios presentes nos corpos depositados sob os pisos dos templos. A nova preocupação com a saúde e a higiene dos cidadãos exigia que novos hábitos mais civilizados fossem definidos para a realização dos sepultamentos, de forma mais moderna e mais civilizada”*.⁵³

No entretanto, apesar de constar da Autorização Régia para funcionamento da Irmandade do Senhor Bom Jesus, a sinalização do Rei para que os sepultamentos não mais se dessem dentro das Igrejas, em Cuiabá este

hábito persistia. Segundo Firmo Rodrigues: *“Os irmãos eram sepultados no Consistório da igreja matriz, em sepulturas privilegiadas; essa regalia estendeu-se em 1857 aos filhos dos irmãos. O General Albino de Carvalho, Presidente da Província, promulgou a lei nº 1 de 1º de Junho de 1864, proibindo enterramentos nas igrejas, excetuando dessa proibição os cadáveres de Prelados diocesanos e outras grandes dignidades assim como os dos irmãos existentes naquela data, fixando como prazo para que a Irmandade construísse um cemitério particular, junto aos terrenos públicos.”*⁵⁴

A Irmandade pediu o prazo de três anos para realizar aquela construção, e quando o fez escolheu a localidade chamada na época de chá-cara do Albino, mais tarde Cemitério da Piedade, demonstrando assim, o descontentamento com que havia recebido aquela providência.

*O Cônego José Jacinto da Costa e Silva, administrador interino desse cemitério, informou que o terreno que fazia esquina com a travessa da Alegria podia ser utilizado para aquele fim; em vista dessa informação o Presidente Albino designou o capitão de engenheiros Pedro Dias Pais Leme para demarcar o terreno pedido e a Irmandade designou o tesoureiro Vicente Ferreira da Silva para administrar a construção do cemitério.”*⁵⁵

A Irmandade do Senhor Bom Jesus relutou muito em adotar a nova forma de sepultamento, considerando que este era um papel social importante exercido por ela e perdê-lo representava uma diminuição de seu poder e influência, considerando que o cemitério seria um lugar público, aberto a qualquer camada social, cor ou credo.

Segundo Mesquita, o cortejo fúnebre organizado pelas Irmandades se revestia de grande pompa, ocasião em que *“o corpo era conduzido em tumba da Irmandade a que pertencia, era depositado, em seguida à última encomendação, em sepultura distinta, seja na sacristia das Almas ou do Santíssimo na Sé, ou em qualquer das outras igrejas ou capelas, nas grades de cima. Os defuntos da classe média eram também inhumados no interior dos templos, mas nas grades para baixo”*.⁵⁶

Os enterramentos fora das vilas ou povoados (século XVIII), em local onde não havia capela ou igreja, somente poderiam ser feitos com autorização eclesiástica. Para tanto o requerente solicitava do prelado da vara a citada autorização que, uma vez concedida, cabia ao primeiro o pagamento

de uma taxa designada “Obras Pias”. Ilustra esta prática o requerimento do Capitão Luís Monteiro Salgado (1793), no qual ele solicita por provisão a bênção de um cemitério na sua fazenda, situada na freguesia de Santana do Sacramento da Chapada: “(...)com estabelecimento de engenho e escravatura na paragem denominada Nossa Senhora da Conceição do rio da Casca”.⁵⁷ O requerente alegava estar sua propriedade distante quatro léguas do cemitério mais próximo. O Vigário da Chapada aquieceu ao pedido reforçando ser “impossível a condução dos corpos para serem sepultados no Cemitério do Quilombo, distante desta freguesia 4 léguas e do Engenho do suplicante mais de seis”, porém, recomendava que o requerente deveria “murar o lugar competente na fazenda Conceição, ou ao menos com madeira grossa e impenetrável aos animais que costumam desenterrar os corpos, plantando no meio uma cruz (...)”.⁵⁸

Não somente em Mato Grosso esta resistência esteve presente, porém ela foi detectada em várias províncias, sendo que em algumas delas a reação popular tomou a intensidade de uma guerra civil. Caso extremado se deu na Bahia quando, a 25 de outubro de 1836, eclodiu um movimento intitulado “Cemiterada”, motivado pela reação popular frente a uma lei provincial que tornava obrigatório o enterramento em Cemitério. João José Reis que estudou com detalhes o acontecimento narra que: “No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos.

A Cemiterada começou com uma manifestação de protesto convocada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigas que, entre outras funções, cuidavam dos funerais de seus membros. Naquele dia, a cidade acordou com o barulho dos sinos de muitas igrejas. Os mesmos sinos usados na convocação para missas, procissões, festas religiosas e funerais eram agora dobrados para chamar ao protesto coletivo. A reunião fora marcada para acontecer no terreiro de Jesus, no adro da igreja da Ordem Terceira de São Domingos. De suas sedes marcharam para ali centenas de membros de irmandades.

(...) Os confrades lá chegaram com pompa, vestindo seus hábitos e capas, carregando cruzeiros e as coloridas bandeiras que identificavam

cada irmandade. Segundo relato do presidente da província da Bahia na época, Francisco de Sousa Paraiso, "todas, ou quase todas as irmandades se apresentaram em corpo com suas insígnias ante o Palácio do Governo".

(...) Em frente ao palácio muitos discursos foram feitos contra a empresa, e o manifesto de 280 assinaturas, encabeçadas pela do poderoso visconde de Pirajá, além de várias petições de irmandades foram entregues ao presidente da província. Este decidira receber os representantes das irmandades, e só estes, mas enquanto dialogava com os líderes o palácio foi invadido por manifestantes, membros ou não das confrarias. (...) Pedia-se anulação da lei que havia proibido os enterros nas igrejas e concedido o monopólio de sepultamentos".⁵⁹

A "Cemiterada" terminou com a destruição do cemitério, ocasião em que foram usadas pedras, marretas, machados, pás e outros instrumentos. Concluindo, João José Reis constata que "... o estrago foi quase completo, e os manifestantes não gastaram apenas uma hora, mas quase toda a tarde. (...) Nem a capela foi poupada, sendo atacada ao som de seu próprio sino. As bicas de flandre foram roubadas, os vidros quebrados, o telhado destruído, perdendo-se cerca de cem milheiros de telhas".⁶⁰

Em Cuiabá a resistência das Irmandades foi mais silenciosa, porém suficientemente manifesta através dos constantes prorrogamentos de prazo para o cumprimento da lei. Volpato, ao analisar os efeitos dessa imposição, registra que os sepultamentos fora das igrejas configuraram-se como um transtorno para a sociedade, enfatizando que: *"As irmandades argumentavam que o prazo dado pelos deputados para que os sepultamentos deixassem de ser feitos na igrejas era muito curto e insuficiente para que as congregações adquirissem os necessários jazigos para enterrar seus membros.*

O clima de insatisfação foi diluído pela ação do Presidente da Província que conseguiu dos deputados que o prazo para a transferência dos sepultamentos das igrejas para o cemitério fosse dilatado.

A resistência da população e em especial das irmandades em aceitar este novo padrão, evidencia que as inovações iam sendo implantadas de forma dialética, sofrendo resistência de alguns setores da sociedade que conseguiam a sobrevivência de alguns hábitos. As mudanças que eram feitas em nome da modernidade, do progresso e da civilização atingiam de maneira

*mais frontal os hábitos das camadas populares, que ao mesmo tempo eram aquelas que tinham maior dificuldade em se adaptar aos novos costumes pois, muitas vezes, os padrões exigidos pela nova ordem estavam além da possibilidade de assimilação de suas condições materiais de vida.”*⁶¹

A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá demorou muitos anos para proceder ao enterramento no cemitério, considerando que a Provisão Régia - 1821 - que concedia licença para funcionamento da Irmandade, já indicada que “(...) e inibido o uso de sepulturas dentro da Igreja, e ser obrigada a Irmandade (...)”⁶²

A lei nº 18 de 28 de agosto de 1835, consignava a verba de 1.200 réis para construção de um cemitério; a lei nº 21, de 2 de setembro de 1835 regulamentava a organização interna dos cemitérios, ficando proibido o sepultamento dentro do adro das igrejas; a lei de 1850 reforça as anteriormente citadas e lega verba ao cemitério.⁶³

Em 1853, Augusto Leverger, Barão de Melgaço, então Presidente da Província, em relatório, já discorria sobre a necessidade de ser abandonado o hábito de se enterrar os mortos junto às igrejas.⁶⁴ O mesmo comentário se faz presente em documento de igual teor apresentado em 1857, pelo então Presidente da Província, Albano de Sousa Osório.⁶⁵ No ano antes de ter início a Guerra do Paraguai, Herculano Ferreira Pena já anunciava, à Assembleia Legislativa, que o cemitério com sua capela já estavam prestes a serem entregues à população.⁶⁶ No entretanto, a resistência, especialmente das Irmandades, em adotar o novo procedimento, ensejou discurso inflamado por parte do Presidente da Província: “*Deploro que em 64 ainda se enterre cadáveres nas Igrejas de Cuiabá. Conjuro-vos, Srs. a extirpar um costume atualmente reprovado em todos os povos civilizados, e já extinto em todas as mais Províncias do Império.*”⁶⁷ Foi na gestão administrativa deste mesmo Presidente, que se estabeleceu a lei de 1º de junho de 1864, a qual rezava que “*Ficam proibidas as inumações de cadáveres no interior dos Templos das Freguesias da Sé e de S. Gonçalo de Pedro II desta Cidade*”, exceção feita “*aos cadáveres dos Prelados Diocesanos e de outras grandes dignidades que em Regulamento serão designadas*”. Quanto aos enterramentos das Irmandades, “*(...) dentro do prazo que for concedido no respectivo Regulamento adstritas, porém, tão somente aos irmãos das irmandades e Confrarias, que antes da lei*

nº 1 já tivessem essa qualidade".⁶⁸ Um ano depois, a resistência se fazia tão flagrante que o então Presidente da Província, Augusto Leverger, apelava aos deputados provinciais para que a lei de 01 de junho de 1864 fosse revista, assegurando a ampliação do prazo para os enterramentos em cemitério, levando-se em conta que muitas confrarias poderiam ser extintas por esse motivo.⁶⁹

Podemos assegurar que essas formas de resistência estavam relacionadas com o ritual do enterro, ocasião em que as Irmandades demonstravam, publicamente, seu poder e sua presença no espaço social cuiabano. Segundo Reis, que analisou as Irmandades da Bahia, estes enterramentos "*(...)se identificavam com as procissões que tematizavam o enterro de Cristo, as sepulturas eram associadas com o local onde Cristo era senhor. As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos. A proximidade física entre cadáver e imagens divinas, aqui embaixo, representava um modelo da contigüidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do Paraíso.*"⁷⁰

No ano de 1865 existiam em Cuiabá dois cemitérios, o da **Piedade** e o de **São Gonçalo**. Foram responsáveis pela administração do primeiro os padres José Jacinto da Costa e Silva, Manuel Pereira Mendes, José Joaquim dos Santos Ferreira, Augusto Duarte e Manuel do Nascimento Ferreira Mendes, sendo que do segundo a administração coube aos padres Antônio Joaquim de Camargo, Antônio Henrique de Carvalho Ferro, João Xavier da Silva e José Joaquim dos Santos Ferreira.

No momento em que um grupo de soldados chegou em Cuiabá trazendo a boa nova da retomada de Corumbá, trouxeram com eles o vírus da **varíola**⁷¹, responsável pela dizimação de mais da metade da população de Cuiabá. Na ocasião, os corpos das vítimas da doença foram enterrados em um terceiro cemitério, **Nossa Senhora do Carmo**, vulgarmente conhecido como "**Cai-Cai**". Segundo Mesquita, a primeiro enterramento - 31/06/1967 - foi de Antônio Botelho, praça do 5º Batalhão de Artilharia, sendo que o último ocorreu em 3 de janeiro de 1968 e a vítima foi Feliciano de Sousa Vilela. O Presidente da Província, Pedrosa, ao se referir, em Relatório, à situação dos cemité-

rios de Cuiabá, assim descreveu o de Nossa Senhora do Carmo: "(...)o terceiro no lugar que lhe dá o nome, cerca de três quilômetros distante da cidade, e que foi estabelecido para os cadáveres dos variolosos no ano de 1867; (...)o terceiro indicado não tem administrador e conservou-se sob os cuidados de particulares, solícitos em guardar os restos mortais ali depositados das pessoas que lhe foram caras".⁷²

Joaquim Ferreira Moutinho, português que residiu em Cuiabá, deixou através de sua obra, uma descrição minuciosa do Cemitério da Piedade, depois de seu funcionamento, local onde sua filha, menor de idade, fora sepultada: "Num dos arrabaldes da cidade erguem-se branquicentos os muros que fecham o cemitério de Nossa Senhora da Piedade, onde, pelo regulamento de 28 de junho de 1864, começou-se a fazer os enterramentos, que antes eram feitos nas igrejas.

O Presidente Alexandre Manuel Albino de Carvalho, encetando essa obra, lutou com grandes dificuldades, sendo a maior delas o prejuízo do povo que de nenhum modo queria convencer-se de que os cadáveres são fracos presentes à casa de Deus, onde devem rescender o incenso e não o fétido que exalam as sepulturas.

Com muita perseverança e trabalho conseguiu ele que se desse um passo na carreira do progresso, levantando o cemitério com a decência possível em uma tão grande longitude. Estaria hoje bastante aformosentada essa derradeira habitação dos homens, se não restasse ainda um pouco da antiga negação a enterrar os corpos em outro lugar que não fosse a igreja.

(...) haviam quatro classes de primeira e segunda ordem para adultos e párvulos.

A primeira classe era para escravos.

A segunda para os pobres.

A terceira custava 30\$000 na primeira ordem, e 20\$000 na segunda, sendo a administração obrigada a mandar fazer nela um caixão de caliça.

A quarta era mais nobre: compunha-se de carneiras feitas de tijolos dentro da terra em forma de sepultura, para sobre elas plantar-se flores depois de engradadas. O preço destas para adultos era na primeira ordem 120\$000, e na segunda para anjos 80\$000; perpétuas 700\$000".⁷³

Mesmo com a recomendação legal, foram enterradas várias pessoas nas Igrejas cuiabanas após a referida lei:

D A T A	LOCAL	ENTERRADO
28/10/1864	Consistório do Santíssimo	João (2 anos), filho do Capitão João de Albuquerque e Silva
03/11/1864	Consistório de SãoBenedito	Benedita dos Santos (36 anos)
10/11/1864	Consistório da Boa Morte	Joana da Fonseca Franco de Camargo (49 anos), esposa de Bento Franco de Camargo
25/11/1864	Consistório do Bom Jesus	Afonso (2 anos), filho de Alexandre de Cerqueira Caldas
03/12/1864	Igreja São Gonçalo	Luísa Maria de Proença (80 anos)
27/12/1864	Consistório de S. Miguel e Almas	Crispiniano (1 ano), filho de Ana das Chagas
07/ 01 1865	Igreja do Rosário	Manuel (1 ano), filho de Fernando de Assis Pereira ⁷⁴

A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, como entidade representativa da elite cuiabana irá reproduzir, através de suas gestões administrativas, as alterações que esse novo momento da modernidade vai exigir estampando, em grau maior de proximidade, a problemática política regional, materializada nos membros de sua diretoria e nas decisões administrativas.

QUADRO DOS PROVEDORES E PROVEDORAS DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ

ANO	PROVEDOR	PROVEDORA
1821	André Gaudie Ley	-----
1822	José Joaquim Vieira	Francisca de Arruda
1823	Rev. José da Silva Guimarães	Laura Feliciano da Gama
1824	João Pereira Leite	Rosa Maria dos Prazeres
1825	José Maria de Macerata	Inês M. Luísa, mulher de Sancho J. Queirós
1826	Caetano da Silva Albuquerque	Antônia de Arruda
1827	Governador das Armas	Ana Maria da Lapa
1828	Antônio Joaquim da Costa Gavião	Inês M., esposa de M. José de Queirós
1829	Antônio Joaquim da Costa Gavião	Rosa Maria Caetana
1830	Pascoal Domingues de Miranda	Custódia, mulher de J. J. Ramos e Costa
1831	Pascoal Domingues de Miranda	(ilegível)
1832	José Antônio Pinto de Figueiredo	Francisca da Cunha Arruda
1833	Antônio Correia da Costa	Mariana de Alvim Poupina
1834	Jerônimo Joaquim de Almeida	Maria Josefa de Jesus
1835	Antônio Pedro de Alencastro	Ana Teresa Guimarães
1836	Jerônimo Joaquim Nunes	Feliciana, mulher de Manuel P. S. Coelho
1837	José Antônio Pimenta Bueno	Ana Luísa da Silva Coelho
1838	Francisco da Silva Rondon	Maria Emília Osório
1839	Estevão Ribeiro Resende	Ana da Silva Albuquerque
1840	José Leite Pacheco	Inês de Almeida Leite
1841	Valério José Machado	Cândida, mulher de Manuel P. Guedes
1842	Antônio Peixoto de Azevedo	Rita Gaudie Ley
1843	Luís Moreira Serra	Delfina, mulher de Manuel C. e Arruda
1844	Henrique José Vieira	Francisca de Arruda e Silva
1845	José Antônio Murtinho	Feliciana Querubina

1846	Manuel Correia do Couto	Bárbara, mulher de Antônio L.Brandão
1847	Teófilo Rodrigues Resende	Ninfa, mulher de Severo J. Sousa Lima
1848	Antônio José Duarte	Maria Teresa Guimarães e Silva
1849	Vitoriano José do Couto	Maria, viúva de José Coelho Lopes
1850	(livro faltando folhas)	(livro faltando folhas)
1851	José Antônio Soares	Antônia Gonçalves do Couto
1852	José Pedroso Duarte	Maria da Conceição Toledo
1853	Filipe Marques de Fontes	Escolástica Joaquina Almeida
1854	Floriano de Sousa Neves	Ana da Silva e Albuquerque
1855	José Caetano Metelo	Emília Augusta Leverger
1856	Henrique José Vieira	Cândida, mulher de Manuel P.Guedes
1857	José Antunes de Magalhães	Maria, mulher de José M. de Barros
1858	Firmo José de Matos	Maria, mulher de João Batista de Oliveira
1859	Manuel Leite do Amaral Coutinho	Umbelina, mulher de João C.Moreira Serra
1860	Joaquim José Sampaio	Sebastiana Nunes da Cunha
1861	Ten.Cel. Antônio Antunes Galvão	Luísa de Moraes Rondon
1862	Estevão Alves Correia	Isabel Pais de Arruda
1863	Antônio Nunes da Cunha	Maria Antônia de Jesus Duarte
1864	José da Silva Rondon	Carolina, mulher de José de Lara Pinto
1865	Francisco José de Castro	Antônia de Arruda Cabral
1866	João Batista de Almeida	Maria da Conceição Toledo
1867	Firmo José de Matos	Escolástica Joaquina de Almeida
1868	João José do Couto	Maria Teresa Guimarães e Silva
1969	Carlos Antunes Muniz	Maria, mulher de Verissimo X. Castelo

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Philippe - *O homem perante a morte - I*. Trad. Ana Rabaça. Lisboa, Europa-América, 1977. [Biblioteca Universitária, 47]
- BOSCHI, Caio César - *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986.
- BOXER, C. R. - *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa, Edições 70, 1978.
- CONTE, Claudio Quoos - *Igreja e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Mor-te*. Cuiabá, 1992. [Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em História - UFMT/ICHS/Dep. História]
- HOORNAERT, Eduardo e outros - *História da Igreja no Brasil*. 2ª ed. vol. 1. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *A Igreja no Brasil-colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1984. [Tudo é História, 45]
- HUSSEL-WOOD, A. J. R. - *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, UnB, 1981. [Temas Brasileiros, 20]
- LEITE, Luís-Philippe Pereira - *Três sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios*. São Paulo, Resenha Tributária, s/d.
- MACHADO, Alcântara - *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980. [Reconquista do Brasil, 8]
- MESQUITA, José Barnabé de - *As necrópoles cuiabanas*. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, 18-19 (35-38). Cuiabá, 1936-1937. p. 37-70.

- MOLLAT, Michel - *Os pobres na Idade Média*. Trad. Heloisa Jahn. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira - *Notícia sobre a província de Mato Grosso*. São Paulo, Henrique Schroeder, 1869.
- REIS, João José - *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Firmo - "A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá". *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, t. 45-48. Cuiabá, 1941/42, p. 65-67.
- ROSA, Carlos Alberto - *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá, Prefeitura Municipal / SEC, 1976. [Cadernos Cuiabanos, 1]
- SÁ, Joseph Barboza de - *Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá, UFMT / SEC, 1975.
- SCARANO, Jolita - *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Nacional / Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975.
- SALGADO, Graça (coord) - *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e outras - *O processo histórico de Mato Grosso*. 3ª ed. Cuiabá, Guaicurus, 1990.
- SOUZA, Laura de Mello e - *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci - *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão*

em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo/Cuiabá, Marco Zero/UFMT, 1993.

_____. *A morte higienizada: o cemitério da Piedade em Cuiabá*. Cuiabá, 1993. [Texto apresentado no Seminário de História. UFMT/ICHS/Dep. História] mimeo.

DOCUMENTAÇÃO

Livro de Registro do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Livro de Registro do Inventário dos Bens, Alfaias e Dívidas da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Livro de Registro de Entrada de Irmãos e Irmãs de Mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Livro de Termos de Mesa e mais Deliberações da Irmandade do Senhor Bom Jesus Padroeiro do Cuiabá. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso Augusto Leverger à Assembléia Legislativa Provincial, em 1853. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / ICHS - UFMT - setor de microfilmes.

Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso Albano de Souza Osório à Assembléia Legislativa Provincial, em 1857. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / ICHS - UFMT - setor de microfilmes.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso Herculano F. Pena à Legislativa Provincial, em 1863. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / ICHS - UFMT - setor de microfilmes.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso Alexandre Manuel Albino de Carvalho à Assembléia Legislativa Provincial, em 1864. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / ICHS - UFMT - setor de microfilmes.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso Augusto Leverger à Assembléia Legislativa Provincial, em 1865. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / ICHS - UFMT - setor de microfilmes.

NOTAS

¹MOLLAT, Michel. Les pauvres au Moyen-Age. In SOUZA, Laura de Mello e. Os desclassificados do ouro. p. 52.

² SOUZA, Laura de Mello e "Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII", p. 52.

³ MOLLAT, Michel - Os pobres na Idade Média, p. 5

⁴ Idem, p. 189.

⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. - Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755, p. 5.

⁶ BOSCHI, Caio César. op. cit. p. 14.

⁷ Idem, ibidem.

⁸ RUSSELL-WOOD. op. cit., p. 3.

⁹ RUSSELL-WOOD, op. cit. p. 6.

¹⁰ RUSSELL-WOOD. op. cit., p. 14/15.

¹¹ HOORNAERT, Eduardo ___ A Igreja do Brasil-colônia., p. 14-16. (Tudo é História, 45).

¹² SALGADO, Graça (coord) ___ Fiscais e Meirinhos, p. 113.

¹³ BOXER, C. R. _ A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770), p. 89.

¹⁴HOORNAERT, Eduardo e outros - História da Igreja no Brasil, p. 160.

¹⁵ BOSCHI, Caio César - op. cit. p. 71 (rodapé citando OLIVEIRA, Dom Oscar de)

¹⁶ HOORNAERT, Eduardo e outros - op. cit. p. 163.

¹⁷BOXER, C. R. op. cit., p. 85.

¹⁸ Idem, p. 88/89.

¹⁹ HOORNAERT, Eduardo. op. cit., p. 183.

²⁰ Idem, p. 184.

²¹ BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 3.

²² SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das Povoações de Cuyaba e Mato Grosso de seus principios até os presentestempos, p. 13.

- ²³ Idem, p. 17.
- ²⁴ Ibidem, p. 21.
- ²⁵ Ibidem, p. 26.
- ²⁶ Ibidem, p. 32.
- ²⁷ BOSCHI, Caio César. op. cit. p. 23.
- ²⁸ HOORNAERT, Eduardo. op. cit. p. 383.
- ²⁹ Idem, p. 385.
- ³⁰ Estudo recente, a nível de graduação em História, foi apresentado por Claudio Quoos Conte, intitulado Igreja e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: História e Arquitetura, e orientado pela Profa., Mestre em História Leny Caselli Anzai, vd. bibliografia.
- ³¹ BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 3.
- ³² Idem, p. 28 (rodapé)
- ³³ MACHADO, Alcântara - Vida e morte do bandeirante. p. 199-200.
- ³⁴ SÁ, José Barbosa de. op. cit. p. 15.
- ³⁵ Idem, p. 26-27.
- ³⁶ RODRIGUES, Firmo. op. cit. p. 65-67.
- ³⁷ Livro de registro do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus, fl. 3.
- ³⁸ Idem, fl. 18v.
- ³⁹ Idem, fl. 20-20v.
- ⁴⁰ Idem, fl. 3-17.
- ⁴¹ ROSA, Carlos Alberto - O processo de independência em mato Grosso e a hegemonia cuiabana, p. 18-19.
- ⁴² Idem, p. 22-23.
- ⁴³ ARIÈS, Philippe. op. cit. p. 42.
- ⁴⁴ Idem, p. 49.
- ⁴⁵ Segundo SCARANO, "(...)tanto em Portugal como no Brasil, as confrarias mais comuns são as dedicadas ao Santíssimo Sacramento e no Reino a Confraria das Almas é numericamente importante. Apesar de que em nosso país o culto aos mortos tivesse sido bastante popular, como veremos posteriormente, essa associação não encontrou tanto favor entre o povo e muitas vezes convertia-se em Irmandade de S. Miguel e Almas" (p. 26)
- ⁴⁶ MESQUITA, José Barnabé de - As necrópoles Cuyabanas, p. 38.
- ⁴⁷ Idem, op. cit., p. 39.
- ⁴⁸ Idem, ibidem, p. 39.
- ⁴⁹ Idem, ibidem, p. 43.
- ⁵⁰ O de se enterrar os mortos nas Igrejas.
- ⁵¹ Ela somente foi inaugurada em 01 de novembro de 1884.
- ⁵² MESQUITA, José Barnabé de. op. cit. p. 44.

- ⁵³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci - A morte higienizada: o cemitério da Piedade em Cuiabá, p.4.
- ⁵⁴ A redação do Projeto de Lei foi feita pelo Padre Ernesto Camilo Barreto. o qual redundou no regulamento de 28 de junho de 1864. (vd. MESQUITA, José Barnabé de. op. cit. p. 46)
- ⁵⁵ RODRIGUES, Firmo. op. cit. p. 68-69.
- ⁵⁶ MESQUITA, José Barnabé de. op. cit. p. 39.
- ⁵⁷ Idem, p. 40.
- ⁵⁸ Idem, ibidem, p. 41.
- ⁵⁹ REIS, João José - A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, p. 13-14.
- ⁶⁰ Idem, p. 14-15.
- ⁶¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci - Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888, p. 54.
- ⁶² Livro de Registro do compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, fl. 18v.
- ⁶³ MESQUITA, op. cit. p. 48.
- ⁶⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Capitão de mar e guerra Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléia Provincial em 03/05/1853, p. 20.
- ⁶⁵ Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso o Tenente-Coronel Albano de Sousa Osório na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1858, p.33.
- ⁶⁶ Relatório do Presidente da Província, Herculano F. Pena à Assembléia Legislativa, em sessão ordinária de 03 de maio de 1863, p. 43
- ⁶⁷ Relatório do Presidente da Província, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em sessão ordinária de 03 de maio de 1864, p. 25
- ⁶⁸ MESQUITA, José Barnabé de. op. cit. p. 45.
- ⁶⁹ Relatório do Presidente da Província, Augusto Leverger, à Assembléia Legislativa Provincial em sessão ordinária de agosto de 1867, p. 22
- ⁷⁰ REIS, João José. op. cit. p. 171.
- ⁷¹ Vulgarmente intitulada "bexiga".
- ⁷² MESQUITA, op. cit. p. 50.
- ⁷³ MOUTINHO, Joaquim Ferreira - Notícia sobre a província de Mato Grosso, p. 87-88.
- ⁷⁴ MESQUITA, José Barnabé de. op. cit. p. 47.

CUIABÁ E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

Antônio de Arruda

1 - INTRODUÇÃO

Cuiabá é hoje um ponto intermediário e de apoio na ocupação da Amazônia. A partir dela, o povoamento vai-se fazendo rapidamente, e as cidades nascem dentro da floresta, com o deslocamento de vastos contingentes populacionais.

Será esse um novo destino histórico reservado a Cuiabá, semelhante ao outro que ela teve no passado, o da fixação do homem em terras que, de outro modo, hoje, não seriam brasileiras. É este papel por ela desempenhado na integração nacional que será objeto deste estudo.

Cuiabá está perto de completar três séculos de sua fundação e, desde as duas últimas décadas, vem apresentando notável desenvolvimento. São múltiplas residências que se constróem, edifícios que se erguem, hotéis, cinema, escolas (inclusive duas Universidades), estabelecimentos comerciais, industriais e bancários que se fundam; bairros novos vão surgindo e a cidade se estende em todas as direções. Ônibus e caminhões chegam saem diariamente, ligando a Capital a outras cidades do Estado, assim como a São Paulo, Rio, Brasília, Norte do País.

2 - CAUSAS DO ATUAL DESENVOLVIMENTO DE CUIABÁ

A que se deve este surto de desenvolvimento? Em grande parte à obra gigantesca do Marechal Rondon. Abrindo novos caminhos e propiciando as comunicações com outros centros do País, Rondon criou amplas perspectivas a Mato Grosso, em geral, e a Cuiabá em particular.

Como sabemos, Cuiabá nasceu da febre do ouro, que levou os bandeirantes paulistas a embrenhar-se pelos sertões (1719). Foi essa uma forte motivação que permitiu vencer o primeiro grande antagonismo: os índios, sobretudo os ferozes paiaguás e coxiponés. Mas, estancando ou diminuindo o ouro, que era o atrativo principal, seria de se esperar que a cidade e toda a

região se estiolassem e desaparecessem. Foi o que aconteceu com Vila Bela, mais ao Norte, por algum tempo a Capital do Estado e que, após breve esplendor, entrou em regime de mera sobrevivência, em constante luta com as endemias.

Quanto a Cuiabá, superou todas as dificuldades. Eram imensas as distâncias só vencíveis em caminhadas de meses, em que o meio mais rápido eram as tropas de muares.

Mais de um século depois da fundação da cidade é que se franqueou a navegação através dos rios Paraguai e Cuiabá. Ainda assim, a viagem durava um mês, ou mais, de Cuiabá ao Rio de Janeiro, passando por Assunção, Montevidéu e Buenos Aires.

Essa abertura para o Atlântico, através do Paraguai, representou grande esforço da nossa diplomacia. O Estado vizinho só cedeu a muito custo, e, ainda assim, as negociações deixaram-lhe ressentimentos. Estaria aqui, como pensam alguns historiadores, uma das causas remotas da futura guerra, tanto que o primeiro ato de hostilidade de Lopes foi o aprisionamento, em Assunção, do navio brasileiro que levava para Mato Grosso o Presidente da Província, Carneiro de Campos.

Quanto à falta de comunicações, basta dizer que, em 1889, a cidade comemorou, a 2 de dezembro, o aniversário do Imperador: ainda não havia chegado até lá a notícia da Proclamação da República.

Dai a importância do trabalho hercúleo de Rondon, levando as linhas telegráficas até aquelas longínquas regiões. Isto já foi coisa deste século. Também deste século (1914) foi a ligação do Estado por via férrea, ou seja pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, até Porto Esperança, mais tarde, até Corumbá,, conjugando-se com a Brasil-Bolívia, de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra, no país vizinho.

A Noroeste do Brasil trouxe enormes benefícios ao Estado de Mato Grosso, transformando-se em elemento propulsor de alguns núcleos importantes de povoamento. Fundaram-se algumas cidades, enquanto outras receberam notável impulso, especialmente Campo Grande, Dourados e Aquidauana.

Mas tudo isso ficou circunscrito ao Sul do Estado. Cuiabá e outros municípios do Norte pouco se beneficiaram das vantagens dessa ferrovia. Ocorre que esta dependia da interligação com o sistema do transporte fluvial, que entrou em colapso, à semelhança do que aconteceu com as aquavias, em

sua quase integralidade, em todo o País.

O Centro-Oeste é uma das regiões mais aquinhoadas, no que concerne às vias naturais de transporte. As bacias dos rios Paraná e Paraguai constituem manancial que, se aproveitado, seria suficiente para atender a todas as necessidades da região e incrementar seu rápido desenvolvimento. Estudos tem sido feitos, mostrando como poderia ser aproveitado esse potencial, para formar uma poderosa rede de navegação fluvial.

Dentre esses estudos, destacaremos o que resultou da Conferência realizada na Capital paulista com o fito de solucionar os "Problemas da Bacia do Paraná", e de que participaram os Governadores dos Estados interessados: - São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Oportunas sugestões foram então propostas, mas todas caíram no olvido, pelo menos as que se referiam à navegação fluvial, quais sejam:

1) Desenvolvimento da navegação do alto e do baixo Paraná e seus tributários, com a conseqüente instalação de estaleiros, construção de portos e escola de práticos pilotos.

2) Conjugação do plano rodoviário com o sistema fluvial, tendo em vista os vários pontos econômicos da região.

3) Estudo sobre as possibilidades de unir a bacia do Paraná à do Amazonas.

A ruína da navegação fluvial aumentou o isolamento do Norte do Estado e, com ele, o da Capital, que atravessou longo período de estagnação econômica.

Essa situação modificou-se com a abertura de rodovias de penetração, iniciadas no governo do Marechal Dutra, recrudescidas após a fundação de Brasília. Estabeleceu-se um ciclo de colonização intensiva, sob o estímulo de terras férteis e dos novos meios de transportes. Partiu daí, principalmente, o surto de desenvolvimento que refletiu em todos os campos de atividades.

3 - O PAPEL DE CUIABÁ NA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Em face de todos esses obstáculos, que assinalamos, dir-se-ia um milagre a sobrevivência de Cuiabá. Mas não houve milagre. Houve determinação. As dificuldades enrijeceram aqueles pioneiros que para lá foram, inicialmente em busca de ouro, e que por lá ficaram, e que depois se espraíram,

fundando outros núcleos populacionais adjacentes. Foram surgindo, assim, cidades como Diamantino, Livramento, Santo Antônio do Rio Abaixo (hoje Leverger), Poconé.

Por outro lado, aos portugueses interessava a posse daquela região que a letra dos tratados mencionava de modo vago e impreciso. A velha animosidade entre Portugal e Espanha ressurgiu nas terras virgens de Mato Grosso, desdobrando-se em lutas infundáveis. Foram então fundadas algumas cidades, com intuito nitidamente estratégico de fortalecimento militar. Assim ocorreu, no período colonial, com Cáceres, Corumbá e Miranda. Mais tarde, já na fase imperial, outras cidades tiveram o mesmo objetivo, como Nioaque e Dourados.

Mas, como vivificar tais cidades criadas assim tão artificialmente, por imposição governamental? A Cuiabá caberia essa missão, que veio incorporar considerável trato de terra à comunidade nacional. Dela partiram os elementos destinados a garantir o domínio da terra. No conflito com o Paraguai, foi de lá que saíram os contingentes que iriam liberar o Sul do Estado da ocupação inimiga.

Assim, durante quase duzentos anos, Cuiabá exerceu papel de relevância político-militar, no plano da unidade nacional. Muito lhe deve a doutrina do “uti possidetis”, que garantiu ao Brasil grande parte de seu território.

Os mais esquecidos desses fatos são os próprios mato-grossenses. O Sul, principalmente na área mais nova, que teve progresso mais rápido, nem sempre viu com boa sombra os irmãos do Norte. Durante décadas, os sulistas adotaram atitudes divisionistas, mediante, às vezes, campanhas ostensivas. Ultimamente, conseguiram seus objetivos, com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, o que trouxe indistigível frustração à maioria dos cuiabanos e de outros habitantes do atual Estado de Mato Grosso.

Sob o aspecto psicossocial, constituiu-se também Cuiabá num centro importante de influência para toda a comunidade mato-grossense. Grande foi sua contribuição na gênese e desenvolvimento de outras cidades do Estado. Muitas famílias de lá emigraram, especialmente para o Sul, onde se estabeleceram e cujos descendentes atestam a vitalidade de seus ancestrais. Além disso, como responsável pela direção política e administrativa, era Cuiabá que provia naturalmente a maioria dos cargos, assim como de suas escolas é que comumente saíam os professores que levavam a alfabetização a toda parte.

Na realidade, desde cedo, Cuiabá transformou-se numa concentração urbana perfeita e sadia. Foi este um fenômeno peculiar à região das minas, como já observara Oliveira Viana. Em outros núcleos, a vida rural sobrepujava a cidade, ficando esta sujeita a vegetar, com uma população mesquinha e marginalizada. Ia nos centros de mineração, as cidades passaram a haurir toda a seiva das riquezas concentradas na região (Oliveira Viana, Instituições Políticas Brasileiras, 1949, 19 vol., pág. 143).

A esse respeito, João Ribeiro nos ensina que: *“Em duas gerações apenas, a terra do ouro realizara com maior pompa o que dois séculos de colonização e de lentos sacrifícios haviam feito para as outras capitânias”* (História do Brasil, IIª ed., pág. 291).

Não admira, pois, que, em plena hinterlândia, Cuiabá se tenha distinguido por apreciável índice cultural. Neste ponto, viajantes dos mais qualificados deixaram consignada a sua surpresa. E muitos por lá ficaram, enfeitiçados com os encantos da “terra agarrativa”, como lhe chamou um deles, Augusto Leverger, depois Barão de Melgaço.

Bretão cuiabanizado foi o epíteto que a Augusto Leverger deu o historiador Virgílio Corrêa Filho, seu ilustre desceite. Leverger foi um dos oficiais estrangeiros que serviram na Marinha do Brasil, destacando-se nas lutas do Prata, após a Independência. Em 1829, foi para Cuiabá organizar uma flotilha para a defesa das fronteiras com o Paraguai. E de lá nunca mais saiu. Naturalizando-se brasileiro, ocupou diversos cargos, inclusive o de Presidente da Província e Comandante das Armas. Foi talvez o único naturalizado a exercer tão altas funções, no Brasil. Quando constou que os paraguaios, que já ocupavam o Sul, invadiriam Cuiabá, e ante o pânico iminente, Leverger preparou uma expedição e foi esperar o inimigo em Melgaço. O seu imenso prestígio levantou o moral da população e conteve os paraguaios. A esse feito deveu ele as honras de Barão de Melgaço.

Outro estrangeiro famoso que manifestou favoráveis impressões sobre Cuiabá foi o Dr. Karl Von Den Steinen, o primeiro explorador do rio Xingu. Esteve ele em Cuiabá em 1884, e retratou a tranqüilidade dos seus 18.000 habitantes daquela época - tranqüilidade só perturbada uma vez por mês, com a chegada do vapor, mensageiro das notícias do século XIX. Descreveu Steinen o ambiente social, as festas, as visitas, a hospitalidade cuiabana, os pianos (cerca de 80), o guaraná e o cigarro de palha.

O cigarro de palha ficou hoje confinado no interior, mas o guaraná ainda persiste. É de impressionar como se tenha arraigado o hábito desta bebida, vindo de tão longe - do Amazonas, até há pouco tempo após dar volta ao Atlântico. Desde os lares mais pobres até o Palácio dos Governadores hospedam-se as visitas com a deliciosa bebida.

No seu isolamento, Cuiabá pôde manter a herança cultural que recebeu dos colonizadores portugueses. A sua arte barroca, os velhos sobrados, as taipas socadas que resistiram até há poucos anos; os santos, os móveis, a prataria, os objetos de ouro, todo um opulento manancial de valores antigos que os especuladores foram adquirindo a preço vil, tudo são relíquias de um passado de que, no Brasil, quase já não se tem lembrança.

A própria língua guarda ainda conotações estranhas ao falar do brasileiro de outros lugares. Citaremos alguns casos.

A palavra fortuna conserva ali o sentido clássico de sorte, felicidade, acaso. Sabemos que atualmente este termo passou a designar riqueza. Esta maneira de dizer, imitada dos franceses, explicasse pela concepção moderna da vida, eminentemente hedonística. Se fortuna significa sorte, e se a sorte, a felicidade está no dinheiro - sorte grande não é o prêmio maior da loteria? - segue-se que fortuna deve também exprimir o dinheiros riqueza.

Mas, em Cuiabá, principalmente no interior do município, ignora-se esta evolução semântica conversando com um lavrador, perguntamos-lhe quanto de cereal esperava colher na próxima safra.

- Isso depende da **fortuna**.

Da sorte, queria dizer ele, dando à frase um colorido clássico.

Ocorre-nos também, a esse respeito, espanto de Roquete Pinto, em Corumbá,, ao indagar de uma velha onde morava o inspetor da alfândega, e ouvir dela:

- Conheço o inspetor, mas não sei onde ele está **assistindo** (Rondônia, 4ª ed., página 81).

Adverte, com razão, o auto de Rondônia que a imensa maioria dos brasileiros já não emprega assistir na acepção de morar. Realmente, para encontrar essa palavra com tal significado, o brasileiro em geral terá de ler os livros de Vieira, Camilo, ou pelo menos de Coelho Neto.

Nesse lance, citou-se Corumbá, onde a situação é idêntica. Das cidades mato-grossenses, Corumbá é a que mais se aproxima de Cuiabá pela

semelhança de costumes. Isto se explica pela contínua corrente migratória que tem fluído da Capital de Mato Grosso para aquela cidade.

Ainda a respeito de assistir, em Cuiabá, na linguagem usual, esta palavra sugere propriamente a idéia de permanência rápida e designa o ato de moradores de outros lugares que para lá vão passar algum tempo com parente ou amigo. Feição típica da hospitalidade cuiabana, maior outrora, visível, porém, atualmente .

Assim, uma das primeiras perguntas que se dirige ao recém-chegado é: - Onde é que você está assistindo?

No entanto, convém observar, alguns traços que individualmente são virtudes, socialmente podem tornar-se negativos. A hospitalidade cuiabana está nesse caso, pois retardou a construção de bons hotéis na cidade. O costume de "assistir" em casa de parentes ou de amigos dispensava a utilização dos poucos e precários hotéis existentes. Com a subdivisão das antigas casas grandes, o costume vai desaparecendo, e, nas últimas décadas, surgiram belos e confortáveis hotéis.

Outra expressão muito comum é a **reio** - como, na frase, trabalhar a reio (a fio) - que os cuiabanos ainda usam, como Frei Luiz de Souza.

Registram-se também falares exclusivamente cuiabanos, ou de pouco uso em outras regiões: **chiriri** (pequena porção); intá! (interjeição: toma!); violento (depressa: vai e volta, violento); entojado (saciado); ucharia (lugar nas festas onde se guardam as bebidas).

O cuiabano adquiriu, com predominância, aqueles traços, que, para o brasileiro, foram devidos, especialmente, ao isolamento e às grandes distâncias. A falta de comunicações gera no homem a convicção de que deve contar consigo mesmo, que o cuiabano sempre cultivou, com suas manifestações mais expressivas de coragem e bravura. É essa também a origem do coronelismo, que ali predominou por muito tempo, de que ainda restam vestígios.

Outra característica é a hospitalidade já mencionada. O forasteiro é sempre bem recebido, como traço de união com outras terras, o portador de notícias, de que é ávido quem vive em isolamento. Mas essas hospitalidades bem temperadas de suspicácia. É sentimento ambivalente. Pois se o desconhecido é bem-vindo, tratado com polidez, isto não significa ter obtido logo de início, como uma dádiva, o afeto e a confiança de todos. Isto só se conquista com o tempo, mediante prova de honestidade,

Esses traços marcaram fundamentamente o cuiabano. Mais do que uma designação gentílica, cuiabano *“tomou acepção mais ampla, para envolver quantos se lhe afeioassem à mentalidade peculiar, capaz de realizar o milagre de conservar a flama civilizadora no recesso dos sertões, desprovido longamente de comunicações com o exterior”* (Virgílio Corrêa Filho - Pantanaís Mato-Grossenses, pág. 162).

4 - O MINEIRO E O CUIABANO

As considerações anteriores sugerem certas semelhanças entre o mineiro e o cuiabano. O mineiro tem inspirado vasta literatura e se singulariza por alguns traços peculiares. A título de exemplo, lembraremos os magníficos perfis traçados por dois vultos eminentes da intelectualidade mineira, citados por Murilo Badaró no livro *“Reforma e Revolução”* (págs. 29 e 40, respectivamente).

De Anibal Machado:

“É homem que nunca se precipita. Para não passar pelo vexame de recuar, depois. Se evita fazer afirmações é para expor-se menos as contradições. Nunca se espalha, silencia, concentra-se. Discreto e cauteloso, raramente diz “sim” ou “não” categóricos; prefere o “vamos ver” protelatório e reflexivo. Relutante em confiar; sem reserva, quando confia”

E Sílvio Vasconcelos:

“Por isso o mineiro é duplo e antagônico. Em sua inércia dá um boi para não entrar na briga, mas suas ancestralidades o levam a doar boiadas para não sair dela, quando a ela se obriga. Por isso é triste sob o peso da decadência invencível e ensimesmado pela falta de horizontes que lhe são negados. De uma bondade natural, que lhe vem das singelas aldeias lusitanas, de uma crueldade sem limites absorvida nas feras lutas empreendidas. Rústico por origem e por acomodação ao ruralismo, a que se recolheu, quando do esgotamento das catas; polido ao extremo e gentil, pela experiência urbana do século aurífero. O mineiro do campo e da cidade erra na linguagem, mas conserva laivos do classicismo arcaico em suas frases. incoerente em si mesmo, o mineiro se fecha, protege-se de mutismo e se nega à extroversão. Sua comunicabilidade é mínima, afogada que foi em sucessivas experiências mal sucedidas e desilusões reiteradas. A não ser obedecido, recusa-se a dar ordens, a não ser compreendido, exime-se de explicações”.

Essas características aproximam o cuiabano do mineiro. Ao cuiabano, como ao mineiro, não é fácil ludibriar, porque sob a impressão de candura, põe-se de pé atrás com os impostores que intentam abusar de sua aparente boa fé. O cuiabano e o mineiro não compram bondes, apesar da lenda forjada contra este último.

Ademais, o cuiabano sabe vingar-se daqueles com quem não simpatiza. Na sua fala mansa esconde-se deliciosa capacidade de humor. Ora é um apelido bem posto, ora é uma pequena armadilha em que o indivíduo se coloca em posição de lamentável ridículo, e assim por diante.

Pau rodado é como os cuiabanos chamam genericamente aos de fora, que não lhes agradam. A designação é antiga, do tempo em que só havia comunicação fluvial, sendo Cuiabá o último porto. Pau rodado iria, assim, contra a corrente. É o que os forasteiros nunca puderam compreender. Comumente, porém, são todos bem-vindos, e advertidos cordialmente, ao chegarem: "Não comam cabeça de pacu!" O delicioso peixe resume o atrativo máximo da "agarrativa terra": os que provarem de sua cabeça jamais sairão de lá.

A astúcia e a picardia atingem o mais elevado grau, nas lutas político-partidárias. De um Presidente da Província se conta que, após sofrer toda a sorte de picuinhas e dissabores, desabafou, ao embarcar no vapor que o levaria de volta à Corte:

- Adeus, cuiabanada: Vocês, de besta, só têm a cara.

O próprio marechal Floriano Peixoto, quando presidiu a Província, não ficou imune às maquinações políticas do cuiabano. É desse período um caso ocorrido em época de eleição, quando se tramou em Palácio o furto de um livro de atas do distrito de Chapada, secção onde o Governo esperava perder.

Despachados alguns cavaleiros para esse fim, encontraram eles o portador do livro, que saiu a correr. Foi fácil agarrá-lo, tomar-lhe o livro e transportá-lo para o Palácio do Governo. Aberto, porém, verificou-se estar completamente em branco: o livro verdadeiro tinha sido levado, às escondidas, ao cartório mais próximo, para o devido registro, como permitia a Lei. Referindo-se a esse fato, no auge da Revolução da Armada, Floriano dizia ter sido logrado apenas uma vez na vida: por um matuto de Mato Grosso.

5 - FESTAS E TRADIÇÕES

Cuiabá cultivou muitas das festas e tradições coloniais, comuns a outras regiões do País. Dentre elas, manteve até há pouco tempo as cavalhadas e touradas e ainda mantém algumas festas religiosas, como a do Senhor Divino e de São Benedito, sempre animadas. Os festejos de São João, tradicionalmente por várias pessoas, em diferentes bairros da cidade, perderam a animação de outrora, quando, além do mais, tinham uma peculiaridade: a lavagem do Santo. Em meio à folgança, saíam todos em estrepitosa procissão, entoando cânticos alusivos à data, rumo ao rio Cuiabá ou ao córrego da Prainha, onde o Santo recebia piedosa ablução.

Mas, de todas as festas antigas, foram as touradas as de maior singularidade. O Campo d'Ourique, onde se realizavam, atraía praticamente toda a população.

As touradas cuiabanas tiveram origem nas velhas corridas de touros portuguesas, quando eram verdadeiramente sangrentas. Em Cuiabá, adquiriram feição própria e passaram a integrar o complexo pecuário da região. Da ancestral nobreza só ficaram a indumentária do toureador - sobrecasaca encarnada - e seu cavalo bem ajaezado. No mais, eram vaqueiros que adquiriam destreza e coragem na longa vivência com as lides de fazenda. Luxo havia nos espectadores, mulheres principalmente, que aproveitavam a festa para exibição de chapéus e vestidos caros.

As touradas eram o coroamento das festas do Senhor Divino. Estendiam-se durante três e, às vezes, quatro tardes.

A arena era um quadrilátero cercado de madeira, ao longo do qual se construíram os camarotes - palanques cobertos de pano colorido. Isto para os de maior posse. A arraia miúda aboletava-se nos poleiros, isto é, em baixo dos camarotes, ou, onde não os havia, na cerca, ao sol.

O toureador, a cavalo, era assessorado por outro cavaleiro - o jacuba - que lhe fornecia as lanças, oferecia, em seu nome, as sortes e as cobrava. Havia também os capinhas, de jaqueta encarnada e calça branca, e, por fim, os máscaras, fantasiados de maneira diversa, quase sempre grotescamente.

Os capinhas e os máscaras ofereciam e cobravam as próprias sortes. Eram estas de aceitação obrigatória, sob pena de vaias dos espectadores.

O toureador e os capinhas, geralmente oriundos de fazendas, podiam cumprir a tradição de enfrentar o touro com galhardia. Já os máscaras, recrutados entre rapazes da cidade, era facultado correr do touro, e tinham por

função mais divertir a assistência, com sua pantomimas, que tourear.

A primeira sorte cabia ao toureador, sempre a cavalo. Com sua comprida lança em riste, fazia-se acompanhar de um capinha, que escolhia no momento, cuja função era atrair o touro com sua bandeira vermelha.

Geralmente, a sorte se dava à porta do curro, ao investir o touro contra o capinha, à sua frente, o qual se desviava, enquanto o toureador procurava embeber sua lança no pescoço do animal. À menor pressão que fosse, a lança, que era torneada, se quebrava e estava feita a sorte. mas, às vezes, o touro frustrava o lance, na primeira investida e nas seguintes em que o toureador o buscava, sempre com o capinha ao lado. Nesses casos, era ele obrigado a apear, como o era também em defesa do cavalo porventura atingido, ou do capinha. Era essa a tradição, embora em contrário a um velho refrão popular:

Toureador vai apanhar...

Capinha vai descobrir...

O público acompanhava, com interesse, esses lances, e, não raro, procurava-se influenciar o toureador. Eram, então, milhares de vozes a gritar:

- Apeia, êia, êia...toureador! Apeia, êia, êia...

Quando a pé, o toureador ia sozinho, armado de uma garrocha longa e bem enfeitada, guarnecida de enorme ferrão.

Após o toureador, entravam os capinhas, que se valiam de uma garrocha pequena, que procuravam deixar dependurada no pescoço do boi, através da farpa. A bandeira vermelha que cada um portava servia para enfurecer o touro e também para maior defesa, pois dispunha de um ferrão quase tão grande como o da garrocha do toureador.

Depois de picado obrigatoriamente pelo toureador e pelos capinhas que desejassem fazê-lo, e quando já bem cansado, era o touro entregue aos máscaras.

Essa expressão entrou para a linguagem coloquial cuiabana. Quando alguém chega ao extremo da desmoralização, ou do desânimo, diz-se que está "entregue aos máscaras".

As touradas cuiabanas duraram até os últimos anos da década de vinte. Quiseram ressuscitá-la mais tarde, sem resultado. Desapareceram ante a mudança dos costumes e, em parte, por causa da Lei de Proteção aos Animais, que as proibiu em todo o País.

6 - CONCLUSÃO

Em suma, Cuiabá desempenhou função histórico-cultural de grande magnitude. Concorreu também durante muito tempo, para a integração psicossocial de uma vasta região. Constituiu uma daquelas “ilhas de cultura”, a que se refere Fernando de Azevedo, marcando, na paisagem natural, o esforço constante do homem, para a posse do meio e a utilização das forças da natureza. *“E se nos lembrarmos ainda que esse esforço se desenvolveu através de gerações, por populações e disseminadas pela imensidade territorial, e que tudo, na natureza, conspirava para lhes embarçar a marcha e fazê-las recuar, teremos então uma idéia mais viva da grandeza dramática do trabalho humano que se realizou e, em vez de se amesquinhar, só avulta da grandeza de seu quadro geográfico”* (Fernando de Azevedo, *op. cit.* pág. 56).

Essa foi a missão política e histórico-cultural que coube a Cuiabá, como os outros núcleos populacionais, na constituição da nacionalidade brasileira. Nessa longa trajetória, não houve decadência, conforme já foi asseverado - e até por conferencista erudito, em ambiente seletivo - num raciocínio exclusivamente em termos econômicos, com esquecimento de outros valores também relevantes. O que houve não foi a decadência mas resistência a obstáculos de toda ordem, que costumam aniquilar ânimos menos resolutos. Esse esforço de mais de dois séculos e meio permitiu que Cuiabá concorresse para consolidar a integração política e social da nossa nacionalidade, numa vasta porção do território brasileiro. E tudo leva a crer que aquela heróica gente poderá cumprir sua nova destinação histórica - de ajudar na ocupação dos imensos espaços vazios da Amazônia.

DILERMANDO GOMES MONTEIRO

Nilza Queiroz Freire

Filho do casal Almerinda/João Gomes Monteiro Sobrinho, Dilermando foi criado numa família de família de gente educada e muito agradável.

Nascido em 23/07/1912, nesta Capital, teve formação escolar e humanística notáveis!... Era pianista e amante dos nossos rasqueados. Desde garoto participava das tertúlias dominicais da Academia Matogrossense de Letras, na Casa Barão de Melgaço, juntamente com sua irmã Imenes - hoje Senhora Aloísio Brígido Borba, residente em Fortaleza - CE. As poesias por eles declamadas (Dilermando e Imenes) eram, na grande maioria, de autores mato-grossenses.

Dilermando faleceu em 12 de maio de 1994, na capital federal; a notícia espalhou-se pelo território nacional, através da revista "Veja", edição nº 1340.

Entretanto, aqui na sua terra, o assunto não foi divulgado, a não ser pelo convite para a missa de 7º dia, mandada celebrar pelos seus parentes.

Para que os leitores identifiquem o ilustre matogrossense, devo informar que, o falecido era irmão do inteligente Deodato Gomes Monteiro, precursor do rádio em Mato Grosso, cuja história é relatada pelo seu filho, o médico e acadêmico João Alberto Novis Gomes Monteiro, ao publicar o livro "O Boateiro e sua Janela Mágica".

Dilermando Gomes Monteiro foi general-de-Exército, subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Comandante do II Exército em São Paulo, Ministro do Superior Tribunal Militar, adido militar da Embaixada Brasileira em Paris/França, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Seu devotamento a Cuiabá, sua terra natal, sempre se fez sentir..., na sua passagem pelo II Exército, fez a seguinte indicação: "*Quero uma Brigada para Cuiabá, comandada por um General.*"

Foi assim que se deu a instalação da 13 Brigada de Infantaria Motorizada, edificada na Av. Rubens de Mendonça nº 5001, atualmente co-

mandada pelo General-de-Brigada Marco Antônio Sávio da Costa.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso está tomando providências para que seja confeccionado o bronze do Gal. Dilermando, a ser instalado no recinto da citada 13ª Brigada, em sinal de reconhecimento pelos seus serviços prestado ao Exército e à sua terra,

O General Dilermando também é lembrado pela ajuda que sempre ofereceu aos seus conterrâneos, quando daqui saiam para prosseguir os estudos ou para tratar de assuntos diversos.

Outra faceta de sua personalidade: - poeta. Sua infância em Cuiabá, cantada em poema, transcrito a seguir:

Oh! que saudades/De minha infância.../Garoto miúdo/Muito animado/De manhã na escola,/ De tarde aprumado/Caixeiro de venda/Atrás de um balcão./Não faltava quermesse/Na Cruz do Rosário/Nem fogueiras/Com belos fogos,/Nas lindas noites/De São João.

Se vinha uma chuva/Que as ruas comia/fazendo brotar/Pepitas de ouro,/Lá ia o garoto,/Com pena e vidrinho,/Andando agachado/Catando pedrinhas/Juntando um tesouro./Pepita daqui,/Pepita dali,/O vidrinho se enchia./E cheio o vidrinho,/Correndo ao Miraglia/Por muito bom preço/O ouro vendia.

Mas, nem todo dia/Era dia de chuva/E a riqueza se ia,/Com facilidade/Em uma semana./Em bolos de arroz,/Puxa-puxa,/Ou nas chipas gostosas/Da Sebastiana;/Em biscoitos de queijo,/Cocadas, pastel,/Bolo frito.../E a GARAPA DA CAIANA!

Deliciosa garapa/Que todo mundo esperava,/E que um canto brejeiro,/Com trovas de improviso/De longe anunciava: "Ooolha o garapeeeiro.../Quem me chama/Não se engana/A garapa é da Caiana."/O garapeiro/Vai passando/Pela Rua do Meio:/"Meio litro cinco cobres,/Meio litro dois e meio./Ooolha o garapeeeiro..."/Copo enchia/Garapa descia/Garapa descia/Copo enchia/Até acabar o dinheiro./E ainda saboreando/A garapa da caiana,/O canto brejeiro se ouvia: "Ooolha o garapeeeiro!..."

Na Rua de Baixo/Havia o sobrado/Do Hermenegildo./Eu passava/Em frente, e fingia/OIhar p'ro telhado./Na casada/A garotinha surgia./Ela olhava p'rá calçada,/Toda acanhada./E fingia/Que não me via./Eu prosseguia.../De repente virava/E olhava lá p'rá cima./Ela me olhava e ria,/E p'rá dentro corria./Terminava, assim, o namoro/Por aquele dia!

O tempo passando/O garoto crescendo/E o coração gravando/

Lembranças de Cuiabá:/Os passeios de domingo,/No belo Jardim Alencastro,/Em noites de retreta/Da banda do Dezesseis;/A corrida dos presépios,/Onde folhas meio murchas/De cheirosas pitombeiras/Se mantinham perfumadas. Até o dia de Reis!

Lembranças de nossas festas,/Do Divino Espírito Santo;/De seu bando anunciatório,/Carros ornados de flores/Em cortejo divinal;/Os três dias d'escolas,/Os banquetes,/O baile do festeiro/E as touradas final./Lembranças de nossas frutas/Oh! as frutas de Cuiabá:/O ananaz do Seu Abreu,/As mangas, os genipapos,/O exótico jatobá,/As bocaiúvas cheirosas,/O caju, a coroa de frade.../E outras bem mais gostosas,/Pelo que me recordam,/De fundo sentimental:/As atas, as jabuticabas,/As bananas do meu quintal!

Lembranças curiosas,/Que a infância retrata:/Quintal de bomba/Quintal de porcos,/Quintal de poço/Banho ao ar livre,/Banho de lata./Forno de barro,/Fogão de lenha,/Panela de ferro,/Feijão, carne-seca/Arroz com pequi,/Caruru com angu,/Banana da terra,/Frita ou cozida;/Farinha de milho,/Peixe de rio:/Piraputanga,/Dourado, Pacu.

Tudo isso faz saudades,/Como também, os passeios/A pé, e às vezes descalço/Pr'ás brandas do Ribeirão,/Despraiado, Pito Aceso,/Ou da cruz do Areão./E melhor ainda que tudo,/Aquela légua de estrada,/Cheia de mato e de pó,/Que era o aperitivo/Para o banquete do corpo:/O banho do Coxipó!

Não há cidade no mundo,/Nem Rio, São Paulo,/Lisboa ou Paris,/Que como Cuiabá/Me faça sentir feliz./Qual delas poderia,/Fazer as rodas do tempo/Girarem para traz/E me levarem à infância,/Como só Cuiabá o pode,/Como só Cuiabá o faz?

Tenho às vezes vontade/De entrar num trem/Da Central,/Saltar na Estação do Norte./Passar à Estação da Luz,/Pegar um trem da Paulista,/Que a Bauru nos conduz;/Baldear para a Noroeste,/Saltar em Porto Esperança,/Tomar o Fernandes Vieira,/Saltar em Corumbá,/Subir nove dias o rio,/No Éolo ou na Iguatemy,/Passar por Uacurutuba/E voltar para Cuiabá.

(Paris, março de 1963) ”

Em prosa e, em verso, puderam conhecer o cuiabano ilustre, falecido aos 81 anos, deixando um bonito marco na sua trajetória pelo planeta Terra.

O MEU TIO DILÊ

João Alberto Nouis Gomes Monteiro

Na grande varanda - sala de jantar, tipicamente cuiabana - da casa do meu avô João Gomes, em uma rede armada além da comprida mesa, um jovem casal: o meu tio Dilermando - oficial cumprindo, então, a sua primeira missão no Exército, no 16º BC, - e sua bela e meiga esposa, Isaura, pouco mais que uma menina. Eu teria 3 para 4 anos. Esta é a primeira recordação que guardo dele e - talvez pelo orgulho despertado em meus avós e em toda família pela presença, entre nós, do garboso e promissor militar - desde essa época a lembrança desse tio sempre me veio associada a Exército, civismo e patriotismo. Era o único da casa a possuir um apelido: todos o chamavam, carinhosamente, "Dilê". Depois desta permanência em Cuiabá chegava-me apenas notícias da sua brilhante carreira.

Quando, logo após o Carnaval de 1949, cheguei ao Rio de Janeiro para estudar, lá estava o capitão Dilermando, agora com a família acrescida pelos três filhos do casal: Dalton, Gustavo e Dileiza. Moravam, eles, em uma pequena quitinete na minúscula rua sem saída, denominada, pomposamente, "Principado de Mônaco", em Botafogo. Vejam que a, periodicamente, injusta remuneração dos militares vem de longa data: um capitão do Exército não podia, na época, viver em maior conforto. Mesmo assim, o tio Dilê, estava adquirindo o imóvel em que morava, graças à compreensão da esposa que concordava com a sua planejada conduta, desde segundo-tenente, de sempre viver com o soldo do posto anterior - poupando a diferença para a patente atual.

Mais tarde, passariam para um apartamento um pouco maior, no fim da mesma pequena rua. Era enorme o seu sacrifício e, além dos permanentes estudos, ainda conseguia tempo para, valendo-se da sua grande habilidade manual, produzir peças de artesanato em madeira que resultava sempre em boa ajuda no orçamento doméstico. Quando deixei a "Cidade Maravilho-

sa”, já formado em Medicina e com um ano de especialização, no final e 1956, lá ficou o tenente-coronel Dilermando contando com vários cursos na sua já bonita carreira: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Estado-Maior (menção “Muito Bem”), Técnica de Ensino e, nos Estados Unidos, o curso de “Public Information”, concluído com invulgar brilhantismo.

Dai para a frente, a sua trajetória foi de marcante fulgor: Assistente-Secretário do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Oficial de Relações Públicas do mesmo órgão, Chefe da 3ª Sub-seção da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, Adjunto da Divisão de Estudos e Pesquisas da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Sub-comandante e Sub-diretor da Escola de Sargentos das Armas - em Três Corações - MG, Adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército, Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, servindo no Escalão Avançado em Brasília cumulativamente com as funções de Chefe da 2ª Divisão; Adido Militar, cumulativamente Adido Naval e Adido Aeronáutico, junto à Embaixada do Brasil na França - já como coronel, Comandante do 2º Regimento de Infantaria, Sub-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República; promovido a general de brigada, foi Comandante da 10ª Região Militar - em Fortaleza - CE, diplomou-se na Escola Superior de Guerra e foi Assistente do Comando da mesma Escola; com a patente de general de divisão comandou a 3ª Divisão de Infantaria no Rio Grande do Sul, a 3ª Divisão do Exército e foi Vice-chefe do Estado-Maior do Exército. General de Exército, destacou-se no comando do II Exército, sendo considerado pacificador de São Paulo após uma época de turbulência que culminou com as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências dos órgãos de repressão à subversão.

Antes, havia sido indicado para o cargo de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, função que não chegou a exercer em virtude de ter sofrido uma fratura de fêmur num acidente doméstico. Terminou a sua carreira como Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Criatura que personificava o sentimento de humanidade, era dedicadíssimo aos familiares, aos companheiros de caserna, aos conterrâneos e amigos. Jamais negou, a ninguém, um favor sensato que estivesse ao seu alcance. Quando em viagem oficial, onde havia um parente recusava a hospedagem protocolar para ficar em família; ocasião em que exigia, dos hospedeiros,

os pratos tradicionais da cozinha cuiabana. Nunca esqueceu a sua Cuiabá - como atesta a publicação, em recente número do "DO Cultura", de uma poesia da sua lavra, quando residia na distante Paris, recordando a Terra-natal. Era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato-Grosso. Muito lutou para que a Capital matogrossense sediasse uma Brigada do Exército.

O grande general Dilermando, nunca deixou de ser o nosso "Dilê". Lembro-me, quando era, ele, um dos homens mais poderosos do país - comandando um exército cuja jurisdição ia do Atlântico à Fronteira-oeste - ao chegarmos à sua casa em São Paulo, para uma recepção, a minha mulher teve caído um salto do sapato. O tio, então, deixando outros convidados, chamou-nos para o seu escritório, sentou-se à grande escrivaninha que lá havia, tirou de uma das gavetas: uma flanela com que protegeu as próprias pernas, um martelinho e pregos especiais; efetuando prontamente, o conserto que se fazia necessário. Foi sempre o mesmo homem que nunca se deixou ofuscar pelo brilho do sucesso. Era humilde, sensível, espontâneo e prestativo. O menino de outrora, que declamava poesias em saraus da Academia Matogrossense de Letras e tocava violino na "orquestra" da casa paterna, depois general, não se fazia de rogado para sentar-se ao piano e executar alguma composição de seu repertório de saudades, mesmo em recepções protocolares.

A 12 de maio de 1995, o tio Dilê, deixou a vida terrena. Desde então, vinha eu, pedindo à tia Isaura que me enviasse o "Curriculum vitae" e uma fotografia grande, do saudoso extinto, para publicação e possível confecção de um busto a ser colocado em frente à Brigada por cuja criação tanto se interessou. Ela esteve em dificuldades para atender-me: não havia currículo elaborado e as fotos existentes eram pequenas e sempre retratando um grupo! O único histórico pessoal, a ele relativo, encontrado em seus guardados, foi publicado, em um jornal de Cuiabá, quando da sua indicação para a chefia do Gabinete Militar de Presidência da República.

Fiquei a imaginar o por que, um homem tão importante e tão distinguido: Oficial da Ordem do Mérito Naval, Comendador da Ordem do Mérito Militar, Oficial da Ordem do Mérito da Aeronáutica, Medalha Militar de Ouro, Medalha de Guerra, Medalha do Pacificador, Medalha Marechal

Hermes, Comendador da Ordem do Rio Branco, Grande Oficial da Ordem do Mérito das Forças Armadas e Medalha da Ordem Nacional do Mérito da França - não havia deixado um "currículum" escrito e nem fotos oficiais?!... Há alguns dias, uma cartinha recebida da tia Isaura inspirou-me a achar a explicação lógica: o general Dilermando, um crente em Deus e na vida eterna, nunca havia concorrido a nada mediante a apresentação de um currículo porque acreditava que, no momento mais importante - o julgamento do espírito pelo Juiz Supremo - este documento de nada adiantaria pois, o Julgador Onipotente e Onisciente, já conhece todos os nossos atos e desempenhos terrenos. Por esta crença, sempre pautou as suas ações.

Com este resumo biográfico pretendo apresentar, não só a figura de um brilhante filho da Terra - um importante General do Exército Brasileiro - mas também mostrar que dentro de uma farda, por mais engalonada que seja, existe sempre um homem - com todas as suas necessidades, aspirações e sensibilidades - como qualquer outro; uma vez que assim foi, muito claramente, o meu tio Dilê.

GLÓRIAS DE MATO GROSSO DE HOJE

Lenine Campos Póvoas¹

Há coisas que a gente não esquece.

Certo dia, há algum tempo atrás, uma professora universitária, vinda não sei de que recanto do Brasil (felizmente não era de Letras nem de História), perguntou-me se já houve algum matogrossense que tivesse se projetado no âmbito nacional.

Confesso que senti um calafrio com a pergunta, que me deixou aturdido, sem saber como deveria respondê-la.

Acabei por indagar à ilustre mestra se por acaso nunca tinha ouvido falar em Corsino do Amarante, herói das guerras do Uruguai e preceptor dos filhos de Dom Pedro II; em Joaquim Murтинho, o salvador das finanças nacionais no Governo Campo Sales-, no Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o “Civilizador do Sertão” e Patrono das Comunicações do Exército-, em Eurico Gaspar Dutra, o mais civil de todos os Presidentes- em Dom Aquino Corrêa, o maior orador sacro de nosso século, no Brasil; nos Senadores Antônio Azeredo, Filinto Müller e José Fragelli, respeitados Presidentes do Congresso Nacional, em várias fases da história republicana; em Manoel Cavalcanti Proença, figura destacada da literatura nacional-, em Virgílio Corrêa Filho, Secretário-Geral, por muitos anos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e vários outros.

A professora, um tanto contrafeita, declarou-me que, em alguns, já tinha ouvido falar, mas pensava que eram de outros Estados.

Quando isso ocorre com migrantes, ainda eu justifico, conforme o seu nível intelectual. Mas, infelizmente, tais fatos também ocorrem entre jovens de nossa própria terra.

¹ Lenine de Campos Póvoas. Advogado. Professor universitário. Escritor. Ex Vice-Governador do Estado de Mato Grosso. Membro Correspondente da Academia Paulista da História e da Academia de Letras de Brasília. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras. (Transcrito do jornal Diário de Cuiabá, de 14 de maio de 1993).

A culpa de acontecerem tais coisas é nossa mesma, por não sabermos dar o merecido destaque e colocar nos seus devidos lugares as nossas grandes figuras.

A não ser em raríssimas exceções, por acaso alguém ouve falar nesses vultos da nossa história e da nossa literatura em nossas escolas?

Mato Grosso, entretanto, não possui apenas as glórias do passado, mas também as contemporâneas, cujo valor, se não sabemos reconhecer aqui dentro, é exaltado lá fora das fronteiras estaduais.

Um reconhecimento ao mérito, que vem tardiamente, porque prestado postumamente, é o ato do Senhor Presidente da República admitindo, na Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial, o ex-Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, homenagem também concedida ao ilustre Deputado Jonas Pinheiro.

Outro matogrossense que tem recebido honrosíssimas homenagens é o Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, uma das maiores culturas de nossa terra, em todos os tempos, atual Consultor Jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas (desde 1982).

O Dr. Corsíndio, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia Matogrossense de Letras, da Academia de Letras de Brasília e da Associação Nacional de Escritores, já recebeu as seguintes condecorações: “Medalha do Pacificador”, do Exército Nacional, - “Medalha da Vitória”, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil; “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar”, no grau de Distinção-, “Medalha da Ordem do Mérito Cultural Bernardo Sayão”, no grau de Grande Oficial; “Medalha da Ordem do Mérito Forças Armadas”, no grau de Comendador; “Medalha da Ordem do Mérito Naval”, no grau de Comendador, “Medalha da Ordem do Mérito Mato Grosso”, no grau de Oficial; “Medalha da Ordem do Mérito Legislativo”, da Câmara Municipal de Cuiabá.

Luis-Philippe Pereira Leite, ilustre Presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que escreveu a maior parte de suas obras depois de cego, foi consagrado como o vencedor de uma eleição para ocupar uma vaga no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disputando com várias figuras de destaque nacional, sendo escolhido para uma das mais cobiçadas Cadeiras daquela alta Instituição: a que pertenceu a Pedro Calmon.

A solenidade de sua posse foi uma cerimônia consagradora, no Rio de Janeiro, tendo sido o Presidente do Instituto Histórico obrigado a transferir, na hora, o local do evento para ambiente mais amplo, tão grande foi o número de intelectuais que ali compareceram para saudar Luis-Philippe.

O Professor Aecim Tocantins, homem de admirável modéstia, foi honrado com a sua eleição para a Cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais. Honra maior não pode haver do que ser escolhido para a Cadeira antes ocupada pelo Professor Eugênio Gudín, uma das mais notáveis figuras da galeria dos economistas brasileiros.

Para a mesma Academia foram eleitos, representando Mato Grosso, o Professor Odenildo de Sá Telles, a Professora Luzia Guimarães e a Contadora Acy Castillon Ferreira, para as Cadeiras nºs 82, 134 e 136, respectivamente, e, representando a classe dos economistas, o Deputado Roberto de Oliveira Campos.

A Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais, fundada no Rio de Janeiro, em 1944, criou uma Seccional em Mato Grosso, com jurisdição também em Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, tendo sido designado como Presidente da Seccional o Professor Aecim Tocantins.

Igualmente modesto, o competente Cirurgião cuiabano Dr. Farid Seror recebeu, no maior silêncio, há tempos atrás, uma das maiores homenagens que o Japão pode prestar a personalidades distinguidas por esse país: a Medalha da Ordem do Sol Nascente, com raios de ouro e prata.

Concedida pelo Decreto 10.428, do Governo japonês, foi a condecoração uma das poucas outorgadas a brasileiros, tendo sido a anterior concedida ao General João Figueiredo, quando Presidente da República. A outorga ao Dr. Farid Seror foi em reconhecimento aos serviços prestados à colônia japonesa em Mato Grosso.

O Consul japonês em São Paulo veio a Cuiabá especialmente para entregar a comenda ao renomado médico, em evento no Palácio Paiaguás, do qual pouca gente tomou conhecimento.

Todos esses acontecimentos revelam que Mato Grosso tem hoje figuras que honram as suas tradições nos campos da Administração, da Cultura e da Ciência.

MESTRES DE MÚSICA

Dunça Rodrigues

Em Mato Grosso, particularmente na sua capital, Cuiabá, os mestres de música ou mestres de banda, exerceram um papel muito importante no ensino e conseqüentemente na divulgação de uma música mais séria, nesta cidade, bem como no estudo e na propagação da arte pianística, causando espanto aos naturalistas Karl Von Den Steinen e Herbert Smith, ao visitarem esta cidade (Cuiabá) entre os anos de 1881 a 1885, admirando-se muito, ao se lhes depararem um grande número de pianos, aqui, nesta cidade, provindo todos da Europa: marcas Ronishi, Steinway Ritter Pleyel e outros.

Quer-nos parecer, pelo relato, muitas vezes repisado, das minhas tias-maternas das quais as mais idosas chegaram a freqüentar os bailes promovidos pela Marinha de Guerra e pelo Exército Nacional, nas suas sedes, aqui nesta cidade; e os elogios às bandas de música destas corporações davam a impressão que, cada batalhão se esmerava com a sua banda de música, para projetá-las, no intuito de uma superar a outra.

Recordam-nos os elogios às bandas do 21º e a do 8º, nos bailes e saraus da marinha e do exército. E, revendo a atuação dos mestres de música, ficou-nos a impressão de que o aprendizado da música seria um apanágio especial dos mulatos e pretos. Pois a maioria dos que aqui aportaram eram pessoas de côr, que também exerciam o papel de professores de piano com muita eficiência.

Destes mestres, ficou-nos na mente o nome de Mestre Agostinho.

Devemo-nos lembrar de que também no Estado de Minas Gerais, no período setecentista até o meado do século XIX, a maioria dos mestres de música, ou quase a totalidade, era também constituída por negros e mulatos, nascidos ou tornados livres. Pois não havia alternativa na escolha para o seu meio de vida, para os seus filhos mulatos, nascidos ou tornados livres.

Pois aqui, também, nesta cidade de Cuiabá, chegamos a conhecer alguns mestres de ofício, entre os quais os mestres de banda, ou mais especificamente mestres de música e algumas de suas alunas de piano, como dona Coliméria Moura, dona Adalgiza Portela, dona Eugênia Neves, que começou

os seus estudos no Rio de Janeiro, as filhas do Sr. Pidú, Cel. Pedro Leite Osório, Augusta, Demetilde e dona Amália Josetti, tia da pianista Dyla Josetti, donas Maria Nina Moreira Pitaluga, dona Marianinha Moreira de Almeida e outras. Todas dispunham de excelente técnica e de conhecimentos teóricos.

O citado mestre Agostinho compôs muitas músicas sacras e profanas, de grande inspiração, e entre estas, uma inspirada marcha fúnebre, que acompanhava o cortejo dos mortos ilustres até o cemitério, durante longos anos, hábito este que deixou de existir com o advento do automóvel, nesta década, o que se deu no governo de D. Aquino Corrêa, na década de 1917 a 1927, pois antes, o cortejo fúnebre se dirigia a pé até o cemitério.

A atuação do mestre Agostinho foi muito importante nesta cidade, pois além da regência em banda militar, era compositor inspirado, mestre de instrumentos, sobretudo o piano, muito competente.

Aqui faremos um paralelo entre a música ou músicos matogrossenses ou especificamente entre o movimento musical cuiabano e o do Rio Grande do Sul, tomando por base o trabalho de Maria Elisabeth Lucas: *"Classe Dominante e Cultura Musical: do amadorismo à profissionalização"*.

Como em Porto Alegre, sentimos o critério de distinção social na classe dos músicos, em nossa localidade. Aliás, um critério benéfico, porém encarado numa interpretação errônea, que hoje pretendemos retificá-la.

Nesta música, utilitária e recreativa também, a presença dos nossos mestres de banda, em nossa sociedade, foi definitiva e providencial, como responsável pelo grande número de pianos, todos importados diretamente da Europa, via Rio da Prata, que até os anos 50, neste século, podiam-se contar na rua 15 de Novembro, a rua Grande (seu apelido), da Igreja de S. Gonçalo à beira do rio, configurada a distância em uma só quadra, o número de 26 pianos, exatamente.

Como em Porto Alegre (RS), o amadorismo era cultivado pela sociedade, pela alta e média, especificando melhor. Isto, parece, que lhe dava um certo ar de superioridade diante daqueles músicos que eram contratados para exercer a música profissionalmente.

Dentre estes profissionais estão os mestres de música ou mestres de banda. Como a maioria destes mestres se compunha de pretos e mulatos, criou-se uma concepção de que as pessoas de côr (pretos e mulatos), eram agraciados com uma tendência, dote ou dom especial para aprender e captar o desenvolvimento total da arte musical.

Na realidade, pela inestimável contribuição negra na arte brasileira, é possível esta assertiva; porém, sem lhes tirar o mérito, pelo estudo de Maria Elisabeth Lucas (RS) chegamos à conclusão seguinte: como os nossos “mestres de música” mulatos e negros foram importados da cidade do Rio de Janeiro, podemos inclui-los entre aqueles que procuravam afastar-se do serviço pesado da lavoura e ingressar-se numa banda de música, pelo estudo e conhecimento da música, uma das poucas opções que lhe era concedida, numa sociedade escravocrata, como o era a brasileira de então.

A nata da sociedade do século XIX até o início do século XX, pelo menos aqui em Mato Grosso, considerava o profissionalismo em arte, um apanágio ou atributo inerente a uma classe inferior, enquanto o amadorismo, era cultivado pela classe abastada, encarando a arte como um prolongamento da educação, apenas.

Com o conhecimento do evoluir do cultivo de uma arte, podemos concluir, encarando esta avalanche de músicos de cor, nesta cidade de Cuiabá, não só como acentuada tendência inerente à raça, como fuga a um trabalho penoso, por vezes inumano e, como a única alternativa que se lhes deparava, a fim de melhorar de vida.

Daí essa enxurrada benéfica da raça negra em nosso meio social, que atribuía também à atuação profissional de uma arte (aqui especificamente a arte da música), um tento de desabono a sua atuação como uma profissão.

O profissionalismo era desprestigiado. A música em si não o era. O que explica haver certas chances de ascensão para um profissional tido como musicalmente bem dotado.

Quanto ao músico amador, fosse ele instrumentista, cantor ou compositor, invariavelmente pertencia a famílias de grandes comerciantes, profissionais liberais, funcionários burocráticos graduados, o amadorismo parecia conferir *status*, dedicando-se à música como enobrecimento do espírito, sem laivos de profissionalização.

Interessante notar que, nesta mesma cidade, onde em sociedade os homens usaram punhos de renda, em determinada época, a maioria se recusava a enfrentar o estudo do piano, atribuindo a este uma afinidade com o contingente social exclusivamente feminino.

Ledo engano. Em artigo de uma revista americana, cujo nome nos escapa da memória, lemos que para vibrar as cordas de um piano, em sua

totalidade, só a resistência e fortaleza dos músculos masculinos. Ou sob um ponto de vista mais recente, à totalidade de energia emanada de um corpo masculino.

Todo este preconceito ruiu, felizmente, com o decorrer dos anos, e os diletantes procuraram profissionalizar-se incrementando a classe de profissionais, a começar (aqui nesta cidade) desde o final do século XIX.

E, reafirmamos: com a enxurrada de mestres de música era de pessoas de cor, que, pelo óbvio procuravam um trabalho mais suave, que lhes era oferecido, nada mais natural que, sem o conhecimento de outras ocorrências idênticas lhes atribuíssemos dons especiais inerentes à raça.

Não lhes negamos o talento e propensão acentuada para a arte, mas esclarecemos que à procura de uma vida melhor eles acabaram escolhendo a profissão de mestres de música ou mestres de banda, para desfrutarem uma vida mais suave ao mesmo tempo muito acorde com as suas tendências.

Mestres de Música

Joaquim da Costa Siqueira, no seu *Compêndio histórico-cronológico das notícias de Cuiabá*, do ano de 1794, cita como mestres de música Joaquim Mariano da Costa e Antonio Francisco das Neves. O primeiro era também professor de Língua Portuguesa.

Firmo José Rodrigues, no seu livro *Figuras e Coisas de Nossa Terra*, focaliza os musicistas de Cuiabá dizendo: "*Cuiabá sempre foi a terra da música; nunca faltaram aqui bandas de músicas militares e civis, para as festas profanas e religiosas*".

É o que se pode verificar do livro de registro das sessões da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, correspondente aos anos de 1821 a 1855.

Na ata da sessão de 25 de novembro de 1828 encontra-se o contrato do mestre Veríssimo José de Sousa Guimarães, para quaisquer eventualidades, como musicar as novenas e todos os demais atos da festa de 1º de janeiro, pela quantia de trinta oitavas.

Em 1829, esse contrato é feito com o mestre de música Eusébio Luís de Brito, para tocar durante o ano as missas de sextas-feiras e na procissão de 1º de janeiro, por quarenta e duas oitavas. Esse contratante permaneceu até 1833, pois no ano seguinte aparece o mestre João Bonifácio da Mota.

Em 1844, figura como contratante e mestre Filipe Nery Pereira que, não dispondo de músicos suficientes, indicou para ser substituído o mestre Lúcio José de Arruda.

Depois deste, reaparece, dirigindo o coro da Catedral, o mestre João Bonifácio, até 1855, data em que o provedor José Antônio Soares e a provedora Antonia Gonçalves Corrêa do Couto, da referida Irmandade, fizeram a doação de um órgão (harmônico) para o coro da Igreja (da Catedral). Apesar de possuir esse novo instrumento, por motivos não esclarecidos, a Irmandade continua a contratar músicos para os atos religiosos da Igreja, incluindo as missas de sexta-feira. Presume-se a falta de um organista.

Em época mais recente, aparece o mestre Manoel Liberato, que era auxiliado por seu filho Anselmo Liberato de Oliveira, dedicando-se especialmente à música sacra.

Vieram depois as bandas de música de Antonio Marinho da Fonseca e de João Marinho da Fonseca, seu filho, e ainda outra só de menores, dirigida pelo pares Aureliano Pinto Botelho.

Das bandas militares existentes em Cuiabá, a mais harmoniosa era a dos aprendizes artífices do Arsenal de Guerra, durante muito tempo dirigida pelo mestre Salustiano Pinto Brasil, sargento do exército. Aos domingos, o corpo de operários, militares e os aprendizes artífices do Arsenal de Guerra, assistiam à missa na igreja de São Gonçalo, desfilando ao som da excelente banda de música, dirigidos por um oficial pedagogo e tendo à frente o clássico Baliza, como era usado no exército inglês. Salustiano envergava com garbo a sobrecasaca militar, abotoada com reluzentes botões de metal amarelo, trazendo à cintura vistosa faixa de seda carmesim com franjas nas extremidades e denominada *banda*, distintivo de sargentos e de oficiais. Como remanescentes da extinta banda da música do Arsenal de Guerra, existiam os mestres Agostinho e Miguelzinho (Miguel Ferreira Albernaz), que tocava vários instrumentos, mas era perito no saxofone, lecionando também música e diversos instrumentos, até piano; e ainda Francisco Mendes, todos desaparecidos neste século.

Estêvão de Mendonça, no seu trabalho *Tipos de Rua*, enfoca a figura de Mestre Lúcio: "*Quando menino, alcancei por aqui oito bandas de música, sendo duas de Menores, devidamente uniformizados. Uma tinha sede no antigo Arsenal de Guerra e outra era dirigida pelo padre Aureliano Pinto Botelho. Em período anterior, existiu maior número, celebrizando-se então o*

mestre Lúcio, com a sua banda adestrada em fadinhos e serenatas, e famosa nas ceias de aniversário”.

Mestre Lúcio, muito dengoso e alinhado, ainda que envelhecido, não deixava escapar ocasião para exhibir a batuta, que manejava com elegância e perícia. Não punha conta nas remunerações das tocatas porque, de resto, um boêmio acabado, preferia à moeda um frango assado ou um leitão tostadinho. Emborcava uma garrafa de vinho sem que lhe toldasse a cabeça e não recusava ante a caninha, se viesse depois. Eram poucas as figuras da banda de música que organizara, cabendo-lhe, conforme a execução, tocar vários instrumentos. Entretanto, a sua predileção voltava-se para o violino que manejava com sentimento e vigor. Foi por muitos anos dirigente da orquestra da Sé, tendo deixado composições sacras de alguma valia. A sua banda gozava de fama, pelo repertório escolhido e sobretudo pela pontualidade e modicidade do preço. Em qualquer casamento, missa ou batizado, quando os noivos promesseiros ou padrinhos defrontavam o adro da igreja, mestre Lúcio, empertigado e solene, em voa baixa, ordenava: “Afofa”.

Além disso, usava uma inseparável cartola, não a deixando nos dias de festas ou nos dias comuns, quer chovesse, quer não. A sua cantimplora 1830, socada e monumental, exigia um museu. O seu dono e a sua cartola desapareceram a um só tempo, antes da guerra (1914).

Entre os mestres de música que prestaram seu concurso artístico nesta cidade, embora vivessem em outra localidade, devemos citar o senhor Manoel José de Campos, o conhecido Seu Neco. Nascido na cidade de Livramento, músico e poeta repentista, fazia constantes exhibições em Cuiabá com o seu conjunto.

Dotado de ouvido absoluto, conhecedor profundo de teoria musical, tocava com perfeição e pistão e outros vários instrumentos. Também lecionava música. Naquele cidade, junto com Manoel Odorico Maciel, tomava parte na banda de música de Antonio Henrique, tocando pistão.

Não conseguindo obter nenhuma composição musical de sua autoria, mas do seu espírito poético, conta-se que, sendo criticado pelo amigo apelidado Milu, que vivia em concubinato com a rameira apelidada Ana Coruja, por se parecer com esta ave, de tão feia que eram, respondeu-lhe com o seguinte mote:

*“Oh! meu amigo Milu
comigo você não graceja.*

*Primeira namorada sua
soava por cima da igreja.*

*Quem dá beijo em coruja,
não alcança o que deseja:
pelo jeito que estou vendo,
você fica no "ora...veja!"¹*

Ao Dr. Mário Corrêa, então Presidente do Estado, dedicou esta quadra:

*"Meu amigo doutor Mário,
Desculpe minha imprudência:
Eu quero louvar sua pessoa,
Depois de Vossa Excelência."*

Eram seus contemporâneos os seguintes rapazes: Gonçalo Friagem, Benedito Virá e Joaquim Cachorro, que não perdiam oportunidade de provocá-lo. De uma feita, ele os revidou, matando de uma cajada os três coelhos:

*"O vento tá para batê,
friagem tá pra Virá.
vocês pega contar prosa,
eu tiço Joaquim em vocês."*

Certa moça da nossa sociedade, que não primava pela beleza, quis glosar Seu Neco, que era estrábico e desengonçado, perguntando-lhe: "*Seu Neco, feiura dói?*". De chofre este lhe respondeu: "*Não, minha filha, nunca eu a vi chorando...*"

Ele era uma pessoa muito conceituada em Cuiabá, desfrutando de boas amizades e sempre prestando a sua colaboração aos conjuntos musicais desta cidade e da cidade de Livramento.

¹ A expressão "Ora...veja" corresponde ao que se diz hoje: "ficar na mão", isto é, ficar "a ver navios".

Ainda alcançamos mestres de Banda muito competentes, que exerceram as suas funções até a década de 20 e 30.

O professor Francisco Mendes, que tocava vários instrumentos. Pessoa de caráter ilibado. O músico Emílio Heine, de ascendência alemã, cujo instrumento preferencial era-lhe o violino. Lecionou piano e violino em nossa sociedade e dirigiu as bandas militares. Era muito competente.

O Liceu S. Gonçalo, da Congregação Salesiana, mantinha uma banda em seu colégio, também com mestres vindos de fora.

Chegou de formar aqui uma banda de índios Bororos, que fez muito sucesso pela sua originalidade, tendo convite que realizou com ótimo desempenho: foram exhibir-se na Europa.

BILBIOGRAFIA

- BARBOSA DE SÁ, Joseph - *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios the os presentes tempos*. Cuiabá, UFMT/SEC, 1975.
- CORRÊA FILHO, Virgílio - *Fazendas de gado no Pantanal matogrossense*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1956 (Documentário da Vida Rural, 10)
- CRÔNICAS DE CUIABÁ - *Anais do Senado da Câmara*. Ano de 1763 e 1823.
- LUCAS, Maria Elizabeth - *Do amadorismo à profissionalização*. Porto Alegre, RS.
- MENDONÇA, Estêvão de - *Datas Matogrossenses*. Cuiabá, v.1,2.
- REVISTAS do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, ano XV, tomos XXIX e XXX, 1933 - anos 1941 e 1942, tomos XXIV, XXV e XVI; anos 1942 a 1945, Tomos LII a LVI - ano de 1946, tomos LII e LVI. Cuiabá, Escola Industrial de Cuiabá.
- STEINEN, Karl von den e SMITH, Herbert - *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. Rio de Janeiro.

DOCUMENTAÇÃO

A EXTINTA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO PODERÁ POR SI SÓ CONSTITUIR-SE ESTADO?

Baronesa de Vila Maria

Quem como nós conhecer e verdadeiramente amar aquela vasta e opulenta região descortinada no meado do século XVII pelos intrépidos e audazes paulistas, que deslumbrados por tantas belezas e riquezas naturais ali estabeleceram e fundaram discretos núcleos coloniais, recebendo o nome de Mato Grosso, não poderá deixar de reconhecer que lhe faltam todos os elementos, todas as condições necessárias para qualquer região ou território constituir-se livremente Estado.

A vastidão do seu território e a sua opulência em riquezas naturais não bastam por si só e com esses únicos elementos longe de constituir-se Estado livre e independente constituirá um pomo de discórdia e um perigo iminente para a integridade e a união da Pátria Brasileira, que estaria sob a ameaça de uma invasão estrangeira.

Dada a hipótese desta invasão, perguntamos nós, está Mato Grosso em condições de defender-se por si só? Está em condições de ser defendido prontamente pelos mais Estados da Federação?

Somos filha de Mato Grosso e por amarmos estremecidamente aquele torrão natal e desejarmos ardentemente o seu engrandecimento e prosperidade é que escrevemos estas linhas, combatendo com todas as forças a veleidade e a cegueira de alguns conterrâneos, que por motivos que não nos cumpre indagar se esforçam para elevar a nossa terra à categoria de Estado, isto é, à sua ruína.

Diremos a verdade sem rebuço algum e não receamos contestação por isso que à frente dos nossos destinos estão colocados homens patriotas, que sabem, por terem convívio entre nós Mato-Grossenses, serem verdadeiras as nossas asserções; e que não inventamos e nem siquer exageramos.

Mato Grosso foi elevado a capitania por provisão de 9 de Maio de 1748, sendo desmembrado da capitania de S. Vicente, a que até então pertencera.

A metrópole ávida e sedenta de ouro assim tinha resolvido para melhor explorar e fiscalizar o trabalho da extração do rico metal, que ali era tão abundante, que no curso espaço de um mês os primeiros exploradores, guiados pelo Paulista (de Sorocaba) Pascoal Moreira Cabral no lugar denominado Forquilha próximo a Cuiabá, extraíram quase sem trabalho algum 400 arrobas.

Todo e qualquer trabalho ou indústria era expressamente proibido, podendo apenas os naturais sob a mais rigorosa vigilância e fiscalização dedicar-se aos trabalhos de mineração e esse estado de coisas prolongou-se até a elevação do Brasil à categoria de Reino em 1815, data em que constituindo-se aquela capitania uma das províncias do Reino e mais tarde em 1822 do Império, começou a sair do abatimento e prostração em que vivera até então; mas tão vagarosamente tem sido o seu gatinhar na senda do progresso, que dista ainda do foco de luz que o ilumina, o Rio de Janeiro, 400 léguas, sendo um terço desse trajeto extenso sertão em que não se encontra uma só habitação, um só ente civilizado, gastando a luz solar mais de 30 dias para lá chegar. Pode-se dizer que Mato Grosso só era lembrado pelo governo monárquico, só por ele era iluminado, quando se tratava de eleições, a maior praga daquela região, pois que com raras exceções os habitantes não têm outra ocupação e outro assunto que não sejam as tricas¹ e manobras eleitorais, e quer dormindo, quer acordados, de outra coisa não cogitam senão da maldita política, denominação imprópria porque é conhecida aquela praga, causa imediata de todo o atraso da extinta província.

Alguns melhoramentos e bem pouco são os que ali existem foram todos devidos a transações eleitorais, algumas bem vergonhosas quer para os outorgantes quer para os outorgados.

Não há instrução, não há comércio, não há lavoura, não há indústria e as suas 5 cidades e 5 vilas tantas que lá existem, constituindo 19 freguesias, são outros tantos teatros, cujos cenários deslumbrantes de riquezas e maravilhas, saídos da mão do Grande Cenógrafo Jeová, aguardam ainda os grandes atores e os milhares de comparsas que unidos aos que lá existem, estão destinados a representarem a **mágica** a mais estupenda, cheia de novidades e surpresas, verdadeiros **milagres**, convertendo aquela região imensa em uma grande nação que com as suas irmãs, que constituem a União Brasileira, ditará

¹ Segundo o "Dicionário Aurélio Escolar", o mesmo que trapaça, tramóia, enredo, intriga. p. 649.

em um dia não muito remoto leis às mais nações do Universo.

Esses grandes atores por quem se aguarda não podem ser outros senão os paulistas, os descobridores do prodigioso solo Mato-Grossense. Eia, sus paulistas! Away! mãos à obra! A Mogiana, a Sorocabana, a Ituana, e a Paulista, as 4 ao mesmo tempo conduzindo o facho da civilização enveredam para o norte e caminhando sempre, caminhando sem parar em poucos meses o Estado de São Paulo acolherá e abrigará em seu seio aos deserdados da Pátria que lá em Mato Grosso vegetam e eram cultivados e explorados pelos trampo-lineiros da política.

É este o desejo, o voto de todo Mato-Grossense que ama verdadeiramente o torrão natal, que **unido** a S. Paulo receberá o benefício influxo do seu governo esclarecido e patriótico, que estamos convencidos não descuará e **mais de perto examinará** aquele enorme brilhante, conhecido por Mato Grosso e que os lapidários da monarquia não souberam polir, conservando-se assim ainda inteiramente bruto como saído das mãos do Criador.

Assim é que em um vastíssimo território de 1.379,651 quilômetros quadrados, superfície igual à da França juntamente com a da Espanha, Mato Grosso apenas conta uma população de 87.000 almas, número assaz avultado tendo-se em vista o recenseamento de 1872, que apenas dava a Mato Grosso 60.417, população de qualquer aldeia da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte e número inferior ao da imigração que em um só ano afluíu e continua em escala ascendente a afluír para o Estado de S. Paulo.

Daqueles 87.000 habitantes são inteiramente analfabetos o crescido número de 84.600, tendo instrução primária 2.000, instrução secundária 350 e instrução superior apenas 50, estando incluídos nesta última classe todos graduados em direito, medicina, farmácia e engenharia quer civil, quer militar, cumprindo ainda notar que dos magistrados em número de 27 apenas existem em exercício dos respectivos cargos 13, estando os mais em número de 14 em gozo de intermináveis licenças.

A sua divisão territorial:	
Comarca	8
Municípios	10
Freguesias	19
Cidades	5
Vilas	5

Comarca de Cuiabá - Município de Cuiabá - Freguesias: Sé, S. Gonçalo, Santo Antônio e Chapada.

População	20.000
Analfabetos	19.500
Eleitores	450
Desembargadores	5
Chefe de polícia	1
Juiz de direito	1
Juiz de casamentos	1
Auditor de guerra	1
Promotor público	1
Advogado formado	1
Advogados provisionados	6
Médicos	4
Engenheiros civis	3
Engenheiros militares	2
Empregados públicos	215
Oficiais do exército	80
Lavradores	170
Negociantes	130
Bispo	1
Cônegos	4
Presbíteros	4
Diaconos	3

Comarca do Livramento - Município do Livramento - Freguesias: Livramento, Brotas e Guia.

População	6.000
Analfabetos	3.800
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Advogado	0
Padre	0
Promotor público	1
Médico	0
Engenheiro	0
Farmacêutico	0
Negociantes	65
Lavradores	145

Comarca do Alto Paraguai - Município de Diamantino - Freguesia: Diamantino

População	5.000
Analfabetos	4.950
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Promotor público	1
Advogado	0
Farmacêutico	0
Médico	0
Padre	1
Negociantes	50
Lavradores	80

A sua divisão territorial:	
Comarca	8
Municípios	10
Freguesias	19
Cidades	5
Vilas	5

Comarca de Cuiabá - Município de Cuiabá - Freguesias: Sé, S. Gonçalo, Santo Antônio e Chapada.

População	20.000
Analfabetos	19.500
Eleitores	450
Desembargadores	5
Chefe de polícia	1
Juiz de direito	1
Juiz de casamentos	1
Auditor de guerra	1
Promotor público	1
Advogado formado	1
Advogados provisionados	6
Médicos	4
Engenheiros civís	3
Engenheiros militares	2
Empregados públicos	215
Oficiais do exército	80
Lavradores	170
Negociantes	130
Bispo	1
Cônegos	4
Presbíteros	4
Diaconos	3

Comarca do Livramento - Município do Livramento - Freguesias: Livramento, Brotas e Guia.

População	6.000
Analfabetos	3.800
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Advogado	0
Padre	0
Promotor público	1
Médico	0
Engenheiro	0
Farmacêutico	0
Negociantes	65
Lavradores	145

Comarca do Alto Paraguai - Município de Diamantino - Freguesia: Diamantino

População	5.000
Analfabetos	4.950
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Promotor público	1
Advogado	0
Farmacêutico	0
Médico	0
Padre	1
Negociantes	50
Lavradores	80

Município de Rosário - Freguesia de Rosário

População	6.000
Analfabetos	5.950
Eleitores	144
Juiz municipal	1
Advogado	0
Médico	0
Farmacêutico	0
Engenheiro	0
Negociantes	60
Lavradores	90
Padre	0

Comarca de Poconé - Município de Poconé - Freguesia de Poconé

População	6.000	6.000	
Analfabetos	5.900	5.900	
Eleitores	160	160	
Juiz de direito		1	
Juiz municipal	1	1	
Promotor público	1	1	
Advogado	0	0	
Médico	0	0	
Engenheiro	0	0	
Farmacêutico	0	0	
Cônego	1	1	
Negociantes	50	I	50
Lavradores	80	I	80

Comarca de S. Luís de Cáceres - Município de S. Luís - Freguesias: Vila Mana

População	8.000
Analfabetos	7.600
Eleitores	250
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Promotor público	1
Médico	1
Farmacêutico	1
Oficiais militares	35
Lavradores	120
Negociantes	80
Padre	1

Município de Mato Grosso - Freguesia: Mato Grosso

População	2.000
Analfabetos	1.950
Eleitores	15
Oficiais Militares	5
Negociantes	10
Lavradores	20
Médico	0
Advogado	0
Juízes	0
Engenheiro	0
Padre	0

Comarca de Corumbá - Munic. de Corumbá - Freguesia: Corumbá, Ladário e S.J. d'Herculânia

População	14.000
Analfabetos	13.500
Eleitores	24
Juizes de direito	9
Juiz municipal	1
Promotor público	1
Advogado provisionado	3
Médicos	4
Farmacêuticos	3
Engenheiros	2
Oficiais do exército	40
Empregados públicos	135
Negociantes	130
Lavradores	70
Padre	0

Comarca de Miranda - Município de Miranda - Freguesias de Miranda, Coxim e Nioac

População	10.000
Analfabetos	9.800
Eleitores	140
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Promotor	1
Advogado provisionado	1
Médico	1
Oficiais do exército	40
Negociantes	90
Lavradores	70
Padre	1
Engenheiro	0

Comarca de Santana do Paranaíba - Município de Santana - Freguesia: Santana

População	10.000
Analfabetos	9.800
Eleitores	180
Juiz de direito	1
Juiz municipal	1
Promotor	1
Advogado	0
Médico	0
Farmacêutico	0
Engenheiros	0
Padre	1
Negociantes	80
Lavradores	120

Diante desse quadro demonstrativo, desta estatística que nada tem de animadora, repetimos a pergunta que serve de epígrafe a estas linhas:

A extinta província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se Estado?

Sem dúvida que não. Será a resposta de todos os patriotas.

S. Paulo retraindo a si os territórios de Mato Grosso e Goiás, que foram descobertos, ocupados e povoados pelos seus filhos, usa de um direito que não lhe pode ser contestado, o direito de reivindicação, pouco importando o lapso de tempo decorrido desde a data da iníqua extorsão, pois que só a 15 de novembro do ano passado emancipou-se da tutela em que até então viveu e é geralmente sabido que o direito à restituição *in integrum* é dado aos menores ainda mesmo 5 anos depois da emancipação.

A *metrópole* precisava de ouro, de muito ouro para sustentar o luxo e o fausto da sua corte, e conhecido aqueles dois grandes mananciais que pertenciam à capitania de S. Vicente, os confiscou, elevando-os à categoria de capitanias e enviando-lhes em seguida os capitães-mores para arrancar, extrair e sugar com a última gota do sangue dos naturais todo o ouro que corresse nos seus *veios*.

Seriam, por ventura, recebidos e processados os embargos que

fossem opostos pela capitania de S. Vicente à confiscação dos seus territórios?

São, porém, já passados 142 anos. A capitania de S. Vicente é hoje o grande e próspero Estado de S. Paulo no uso e gozo de todos os seus direitos civis e políticos e o seu direito à restituição *in integrum* daqueles territórios com todas as benfeitorias não pode ser contestado e será reconhecido mesmo antes da reunião do Congresso pelo grande homem, o 1º magistrado, que tão sabiamente preside os destinos da União Brasileira.

Mato Grosso apenas saiu das ficas da infância em que até aqui tem vivido necessita do apoio de mão amiga que o guia e dirija nos primeiros e trôpegos passos, que experimenta dar e quem melhor o guiará e encaminhará na senda do progresso e do brilhante futuro que lhe está reservado que o seu valente, destemido e robusto progenitor, o pujante S. Paulo?

O porto de Santos unido ao porto de Cuiabá, a locomotiva fazendo a ascensão do Cubatão e a descida da Serra de S. Jerônimo entrelaçará o Amazonas ao Prata e então o Brasil será reconhecido e respeitado, verdadeiro gigante, pelas primeiras potências do mundo, e estreitará em têm aperto de mão, em um valente *shake hand*, suas irmãs da América do Norte e as suas irmãs da América do Sul.

Enquanto, porém, não se realizar esta profecia, aproveitemos o sono do gigante que dorme em seu elevado leito de ouro, *recamado de brilhantes e mais pedras* Amazonas e do Prata, para examinarmos os seus vastos armazéns e celeiros e as imensas riquezas naturais que contém.

E nesse minucioso exame tenhamos por guia ou *cicerone* um dos mais ilustres e distintos brasileiros, conhecedores daquelas riquezas, o general Dr. João Severiano da Fonseca, que na sua importante obra - Viagem ao redor do Brasil - assim se expressa:

- "*Não se pode dizer qual seja do Brasil a província mais rica em produtos naturais, mas com certeza Mato Grosso é das mais avantajadas, se não ocupa o lugar primeiro. Situada no coração do continente sul-americano e dando saída às riquezas minerais à flor da terra pelos primeiros exploradores.*

Inúmeras são as minas que os sertanistas encontraram ou descobriram os garimpeiros sem outras fadigas que as de suas aventureosas viagens, sem mais esforço que o de catarem o ouro e sem outras máquinas senão os mais rudimentais e primitivos instrumentos do labor.

Sendo imensos os depósitos sedimentários desse solo, também imensos devem ser os seis repositórios de riquezas; e si a terra oculta hoje seus opimos

tesouros, todos sabem o que ela possui de ouro e de ferro, de prata, paládio e platina, de cobre, chumbo e outros metais; como sabem todos quão ricas são certas comarcas do seu território em diamantes e outras gemas.

Toda a aresta ocidental da Parecis, donde quer que manasse uma fonte, patenteou tesouros aos olhos fascinados dos ávidos aventureiros. No seu massiço de SO., o chamado **Alto da Serra**, não menos de seis arraiais se fundaram num terreno de 6 Léguas sobre menos de metade de largueza, junto a outras tantas riquíssimas jazidas de ouro. Na bifurcação da Parecis com a Cordilheira do Norte há as encantadas minas do **Urucumacuam**, descobertas e não mais encontradas quando voltaram a explorá-las os aventureiros que as haviam topado; para o mesmo lado exploraram os jesuítas do Madeira as nascentes do Candeias e do Jamari, contando-se que auferiram valiosas riquezas. Inúmeras correntes rolavam as suas águas sobre areias de ouro, como o Pactolo de Homero.

É sabido o fato de Miguel Sutil, que é o da origem da cidade de Cuiabá: no primeiro dia colheu mais de meia arroba de ouro e seu camarada 400 oitavas dessas minas que em um mês produziram 400 arrobas. Ainda hoje sem nenhum trabalho apanha-se, folhetas de ouro nas ruas e quintais, principalmente após as grandes chuvas. Em 1975, acampado o 8º batalhão de infantaria junto à Prainha (sendo então presidente da provincia o marechal Hermes da Fonseca, ilustre irmão do nosso douto e distinto Cicerone) os soldados faziam os seus fogões escavando a terra: Sobrevindo uma grande chuva, lavou os cinzeiros e deixou descobertas já não palhetas, mas pequenas barras fundidas.

Dessa origem vi algumas, entre outras uma de quatro a seis oitavas pertencente ao Sr. Aires Cassiano, daquele batalhão, e outra ao Dr. Boaventura da Mota, capitão do vapor Leocádia; constando-me que havia maiores, sendo notável uma de que era possuidor o comandante do corpo.

Diamantes encontram-se em ricas jazidas no Diamantino, no Burenitizal, em todas as cabeceiras do rio Paraguai, no Coxipó mirim, na freguesia da Guia a seis léguas de Cuiabá, no Aricá, no Tombador, no Coxim, etc.

O ferro é tão comum na provincia e encontra-se tão facilmente nas proximidades das grandes artérias que com a maior facilidade será explorado. Para comprovar, basta citar-se a cordilheira que costeia a margem direita do Paraguai deste a Ínsua, no Uberava, até Albuquerque, as montanhas do Aguapei, as que margeiam o Arinos e rio Vermelho, a serra de S. Jerônimo, e os notáveis paredões, rochas talhadas a pique e enroxecidas pelo minério que contém.

Em quase todas predomina o ferro olifisto, o mais rico dos minérios

fêrricos. A análise do das montanhas de Jacadigo e Piraputangas, entre Corumbá e Albuquerque, deu 69 por cento, a maior que até hoje se tem podido obter. Encontra-se o metal não só no estado cristalóide, principalmente o octardro, peculiar ao Brasil e aí primitivamente descoberto como em concreções e ainda sob a forma terrosa, mormente nos araxás e nas planícies do sopé das montanhas.

Este metal por si só constituir uma riqueza inesgotável, um porvir imenso de grandeza não só para a província como para o Brasil todo.

Provera a Deus começasse a ser explorado de nossos dias.

O sal abunda em grande quantidade.

As salinas são tão gerais no planalto como nos planos alagadiços; abundam desde o registro do Jauru até as cabeceiras do Paraguaú, senão além; e para o sul até os campos inundados da Uberaba.

As grutas calcárias das cercanias de S. Luis de Cáceres nas quais os borôros tinham suas necrópoles, a julgar pelo número de Camacis aí encontrados, são tão ricas de sal que ainda em 1849 delas se extraíram e desceram para o Paraguai não menos de cem arrobas.

No mais alto do araxá, cerca talvez de um quilômetro sobre, o mar, há nas margens de Xacuruina salinas tão abundantes que, diz Ricardo Franco, serão bastantes para o sortimento da província.

Além das minas de ouro, diamante e ferro existem as de cobre do Jauru e do Araguaia e de prata em vários lugares, e do paládio e platina, companheiros constantes do ouro e da prata.

Mas não é só isso o que constitui o valor da região mato-grossense; seu solo descortina outras riquezas minerais de não somenos valia para o comércio, para as artes, para a indústria. São extensos os seus terrenos calcários onde sobejam os spatos, onde abundam os cristais de rocha, ágatas e pederneiras, talca, mica, vários leptinitos de que com facilidade se obtém o caulim, inúmeras qualidades de argilas, plásticas, desde o gesso e aquela matéria-prima de finíssima porcelana até o barro negro, aproveitado pelos aborígenes na sua tosca cerâmica. Nem lhe faltam o mármore, as ardósias e os porfiros de vários matizes, de que formosas amostras de acumulam nas vitrines do Museu Nacional.

Em todo o Brasil, a terra da promessa da história natural, Mato Grosso é ubérrima em vegetais de toda a classe e proveito. A medicina, a construção terrestre e naval, a marcenaria, a tinturaria, a peleteria, etc., aí encontram repositórios de riquezas enormes; do mesmo modo que deles tira grande subsídios à economia

doméstica em plantas de horticultura, ornamentação e recreio, ou de penso² para os gados. Todos os produtos da exportação do país, inclusive o café, desenvolvem-se ali perfeitamente. O arroz pulula e frutifica espontaneamente, fazendo parte da alimentação das indolentes e descuidosas tribos selvagens e semi-selvagens que ainda lá vivem à margem dos lagos e dos rios.

O algodão não necessita de cultivo para dar provas de ser uma exuberante produção do solo.

A cana faz prodígios que nunca, fizeram os canaviais do norte, suas socas reproduzindo-se com forças sacaríferas por 10 a 20 anos, segundo informações gerais, e não se querendo fazer cabedal dos 30 e 40 anos que alguns lavradores pretendem dar-lhes ele duração.

Há veementes suspeitas de que esse produto seja indígena da província. Dizem que, logo em começo do povoado de Cuiabá, alguns sertanistas, o encontraram nos albardões³ e maloca dos índios dos rios S. Lourenço e Paraguai.

O açúcar desde 1758 há 132 anos que ali se fabrica.

O tabaco está tão na natureza ou solo como na Bahia e no Rio de Janeiro e em qualidade não é somenos ao de Goiás e do Amazonas.

O mate - Caa-mi dos guaranis cobre os distritos fertilíssimos de Miranda e Nioac, do Taquari ao Apa.

Quase que só em Mato Grosso a ipecacuanha tem pátria, sendo os terrenos da sua predileção as ribas ocidentais da província e notavelmente as das cabeceiras do Guaporé e do Paraguai até o Jauru. É nas margens deste afluente e nas do Cabaçal que se colhe a maior parte da que desce abastecer os mercados do mundo, e são conhecidas, pelo nome de matas da poaia as frondosas floresta que cobrem as margens desses dois rios e a cuja sombra protetora vegeta extraordinariamente tão precioso medicamento.

Como a poaia, a baunilha, a quina, a japecanga, a salsaparilha, a jalapa, o jaborandi, o sangue de drago, a copaiba, a bicuíba e muitas outras espécies de óleos, o angico, o pau-santo, a caroba, a carobinha, a cainca, o jatobá, etc. são tesouros das matérias médicas muito comuns na região. A baunilha enreda-se às grossas árvores e particularmente as palmeiras, nas ribeiras de quase todos os seus rios e corixas.

² Utilizado no sentido de "ração".

³ O mesmo que terreno elevado à beira de rios ou lagunas, dique marginal.

Nas margens dilatadas do Guaporé, Tapajós e Xingu abundam extraordinariamente o cacau, o cravo, a copaiba e sobretudo as seringueiras e o tocari, estes últimos elevando-se sobranceiros sobre as altas franças da floresta e dando um cunho especial à feição do país.

Basta atentar para a extensão e posição geográfica da província para ficar-se convencido de que suas floresta, encerram tudo quanto as outras províncias podem ostentar em madeiras de lei. Os jacarandás, o vinhático, o guatambú, o guarabú, o pau-santo, as várias espécies de caneleiras e de perobas, o pequiá, as aroeiras, cedros, o angico, o tapinhoani, a sucupira, a parnaíba, o coração do negro, gonçalo alves, baraúna, pau d'arco, nas regiões de NF. o pau Brasil e mil outras madeiras, de subido valor.

A fauna de Mato Grosso por si só basta para prover opulentamente todos os museus e gabinetes do mundo, desde o tigre e o tamanduá, a sucuri e o jacaré até a tocandira e a jequirinambóia; desde o tuiuiú e a avestruz até os formosíssimos e mimosos beija-flores.

Desgraçadamente, com razão lamenta o nosso ilustre guia, província são opulenta de forças é a mais pobre de indústria. Fora dela ninguém a conhece por um produto seu que a represente, que lhe seja peculiar, que dela fale - pela abundância no mercado ou pela raridade na espécie - a não ser a poaia, os couros de onça remetidos de mimo ou algumas favas de baunilha mal preparada enquanto boa na qualidade.

Mato Grosso não caminha, conserva-se estacionário, si é que não retrograda.

Os grandes proprietários, aliás, bem poucos, não conhecem hoje outra fonte de riquezas, senão a criação do gado, sendo o único trabalho depois de comprada a fazenda ou adquirida por qualquer outro meio, largá-la nos vastos campos de sua propriedade e terrenos vizinhos.

Mato Grosso já nem couro exporta! Houve tempo em que cada um dava sete mil réis a mais; à ambição desordenada da ganância no hoje sem ponderar no amanhã, contribui muito para o despovoamento dos campos já talados pelos Paraguaiois. Matavam-se vacas pejadas só para venderem o couro... e eram fazendeiros que assim praticavam!

Sucedeu o que era de esperar por quem entendesse, pouco que fosse da economia prática; as fazendas depauperaram-se e em alguma o gado ficou completamente extinto."

A renda de Mato Grosso inclusive a geral não ascende a

500:000 000, ao passo que a despesa anual excede a 2.300:000\$000 (dois mil e trezentos contos)

Os seus orçamentos há mais de 15 anos anunciam um *déficit* sempre crescente, ascendendo a sua dívida passiva mais de 200:000 000, quantia superior à antiga receita provincial.

A arrecadação faz-se pela Alfândega de Corumbá e pelas diferentes Coletorias. Estas são pela maior parte dirigidas pelos agentes do Correio, a tantas às dificuldades para a prestação de fiança dos responsáveis.

À exceção da Coletoria da Capital, cujas rendas aliás têm consideravelmente decrescido durante o último decênio, as demais como que quase se limitam à simples venda de estampilhas e à cobrança do imposto sobre indústria e profissões.

A renda provincial era arrecadada por oficiais inferiores do exército que transformavam-se em agentes fiscais e caixeiros ambulantes de certas casas comerciais, sendo esses lugares muito pretendidos, principalmente por aqueles que se achavam atrasados e individados; não só pagavam todas as dívidas, se *limpavam*, como por lá se diz, como também habilitavam-se um ou dois anos nessa rendosa e múltipla comissão.

Os direitos de importação anual de Mato Grosso eleva-se de 180:000 000 a 200:000000, ao passo que os de exportação não excede a 15:000 000, isto é, consome muito e nada produz.

É, portanto, um pródigo, um incapaz que deve ser julgado, quanto antes, pelo patriótico Governo atual, *interdito*, a fim de evitar que os agiotas e traficantes, que o espreitam, se apossam de seus avultados bens, os quais entregues a quem de direito, ao Estado de S. Paulo, este saberá administrá-los e o valor desses bens será em pouco tempo centuplicado, tomando-se inesgotáveis.

Já nos referimos e mostramos o avultado número de analfabetos que existem em Mato Grosso, uma população sendo de 87.000 almas, o número dos analfabetos eleva-se a 84.600 e voltamos a este assunto para comprovar com o testemunho insuspeito do Dr. João José Pedrosa, de saudosa memória, que brilhantemente administrou Mato Grosso no período de 1878 a 1879.

Voltamos a este assunto por ser ele de suma importância.

A instrução e a educação da mocidade, dizia o pronotário Ernesto Camilo Barreto, ex-inspetor da instrução pública de Mato Grosso, - é a vida ou a morte das nações. O que com ela se despence não é improdutivo.

Um filósofo inglês Leibnitz disse um dia - "*Dai-me por um século o ensino de um povo e eu lhe mudarei os costumes*".

O Divino Mestre quando quiz alterar os costumes de todos os povos adoçando-os, serviu-se do ensino e as armas que distribuiu para a conquista do universo aos batalhadores, que enviou foram: - *Ite docete* - Ide e ensinai a todas as gentes.

Se queremos ver no futuro um povo nobre, civilizado e virtuoso, defundamos no presente o ensino. Não temos dinheiro, procuremos a instrução e tudo o mais virá depois, artes, indústrias, progresso material e moral e com isto, dinheiro, gozo e renome.

Santo Agostinho interrogado sobre o que era absolutamente indispensável para o homem salvar-se, respondeu laconicamente:

Querer!

Queira, portanto, Exmo. Sr. (dirigia-se o ex-Inspetor da instrução pública ao presidente da província marechal Hermes da Fonseca) e a causa da instrução e da educação da infância não morrerá; porém viverá e viverá para glória de V. Exa., para proveito da grande família cuiabana e honra à comunidade a que ela pertence.

O pequeno número de escolas e a insignificante verba destinada a subsidiá-las na lei do orçamento provincial determinarem o seguinte ato do presidente da província Dr. Pedrosa.

"Ato - O presidente da província, tendo em vista o ofício que em data de 20 do corrente dirigiu-lhe o Dr. inspetor geral da instrução pública relativamente à deficiência de pessoal com todas as habilitações exigidas pela lei para o magistério do ensino primário, ponderando-lhe a conveniência de serem, contudo, criadas algumas cadeiras de acordo com o preceituário no art. 8º do regulamento da mesma instrução pública, Considerando que o ensino primário é a base primordial da prosperidade pública, pois que do desenvolvimento atual de um povo emana todo seu progresso moral e material;

Considerando que a lei provincial nº 15 de 4 de junho de 1973, art. 8º, determinou que houvesse escolas em todas as vilas, cidades, freguesias e mais povoados onde se verificasse a existência de 30 ou 20 meninos em condições de receber instrução, limitando-se, entretanto, a cogitar de nomeação de professores com as habilitações indicadas no art. 45, os quais raramente se encontram no estado de atraso em que se acha a província, atraso tal que para evidenciar-se basta o fato de só haver em toda ela cinco aulas

para o sexo feminino e 22 para o masculino;

Considerando que é assim de urgente necessidade ministrar professores à mocidade da provincia, para que não permaneça quase toda ela analfabeta e que pode se satisfazer essa necessidade provisoriamente com mestres que, embora não tenham já as habilitações todas e exigidas, todavia facilmente as poderão adquirir no exercicio do próprio magistério;

Considerando, etc, etc.

Resolve incumbir a inspetoria geral da instrução pública de contratar professores que forem necessários para preencher os lugares ainda vagos. - Dr. João José Pedrosa".

No seu relatório apresentado à Assembléa Provincial tratando deste assunto, diz aquele distinto administrador:

"Olhando para o mapa das matriculas vê-se que tomada uma quinta parte da população como escolar, isto é, nas condições de freqüentar a escola e confrontada com o número de alunos matriculados, há cerca de 9/10 da mesma população que vive na ignorância, analfabeta!

Vós todos sabeis que para este atraso do ensino muito contribui a incúria dos pais de familia, os quais, tendo vivido na ignorância sempre, desconhecem toda a nulidade da instrução e alguns até alimentam prevenções contra ela!

Ouvi dizer e custa-me a crê-lo que mesmo homens que receberam alguma instrução e em razão disso são chamados para o serviço do júri, uma das mais preciosas garantias da liberdade e da vida do cidadão, - por vezes maldizem do seu saber, incomodados com esse serviço prestado à sociedade e na de explosão de seu estulto egoísmo ameaçam privar seus filhos do ensino primário, para que a pátria não lhes tenha um dia de roubar o tempo! "

Bravo e denodado chefe do governo provisório, dignai-vos repetir as palavras do divino mestre aos Apóstolos, ordenar a S. Paulo - *Ite docete.*

Paulistas! Missão nobre e santa vos está reservada pela providência divina.

Deixastes incompleta a tua obra. Ensinai e educai aos teus filhos e arrancar das brenhas em que vivem a milhares de brasileiros espalhados naquela imensa vastidão de 47.000 léguas quadradas.

Para fazermos uma idéia do quanto é escassa a população de Mato Grosso, quão vasto é o seu território, basta lembrar que se ela fosse tão densa como na França, que tem 69 habitantes por quilômetro quadrado, devia possuir 138.000,000 almas; como na Alemanha (76 por quilômetro) - 152.000,000;

como na Inglaterra (110 por quilômetro) 220.000,000 - como na Holanda (110 por quilômetro) 320.000,000; como na Bélgica (173 por quilômetro) 346.000,000!

Infelizmente porém ali ainda cabem cerca de 21 quilômetros quadrados para cada habitante!

Ali a tribo selvagem leva vantagem à civilizada, se merece este nome a pequena assembléia de homens ali existentes, pois que são *rari nantes* naquele vasto pego incomensurável, flutuando aqui e ali em pequenos grupos, ao passo que a população selvagem pode-se sem exageração alguma elevar-se a um milhão de indivíduos, não obstante a guerra de extermínio que com toda a barbaridade e selvageria lhes tem sido feita pelo homem que se diz cristão, pelo homem que se diz civilizado, que depois de se ter apossado indebitamente e ocupado a terra que habitavam aqueles homens de cor vermelha, que confiadamente se entregaram aos homens de cor branca ali despejados, oriundo dos cloacas e enxovias de Portugal, escravizou e acorrentou esses filhos das selvas, despojando-os da sua única propriedade, que constitui a sua personalidade - a liberdade.

Calemo-nos e ouçamos o que a respeito dessa raça tão caluniada e ultrajada nos diz o seu historiador, o Livingstone Brasileiro, o ilustrado Dr. Couto Magalhães, na sua importante obra - O selvagem, - o mais completo repositório sobre o assunto.

Numa carta escrita pelo ilustre viajante ao seu amigo o Dr. Joaquim Serra, de saudosíssima memória, assim se expressa:

"Em nossa situação de raça conquistadora, nós que tomamos o solo a estes infelizes e que os vamos dia a dia apertando mais para os sertões, temos o dever como cristãos, ele arrancá-los da barbária sanguinolenta em que vivem, para trazê-los à comunhão do trabalho e da sociedade em que vivemos. E é mais nobre empenhar trabalho e esforço para conseguir isso, do que para descrever plantas ou minerais".

Não é só nobre, é também nimiamente útil.

O índio é um tesouro de imensa valia para nós que, mais do que nenhum outro povo do mundo, temos sertões a povoar e terras que não poderão jamais ser ocupadas pela raça branca sem primeiramente serem desbravadas por uma outra raça menos sujeita à influência deletérias dos climas intertropicais e capaz de viver fartamente mesmos lugares em que os brancos morreriam à mingua.

Mas dizem, o índio é preguiçoso, estúpido, bêbado, traiçoeiro e mau. Coitados! eles não têm historiadores; os que lhes escrevem a história ou são aqueles que, a pretexto de religião e civilização, querem viver à custa do seu suor, reduzir suas mulheres e filhas a concubinas: ou são os que os encontram degradados por um sistema de catequeses que com mui raras e honrosas exceções, é inspirado pelos móveis de ganância ou de libertinagem hipócrita e que dá em resultado uma espécie de escravidão que, fosse qual fosse a raça, havia forçosamente de produzir a preguiça, a ignorância, a embriaguez, a devassidão e mais vícios que infielmente acompanham o homem quando se degrada.

Ouçamos agora um outro escritor, que faz justiça a esta raça tão desgraçada:

“Os povos da Zona temperada transplantada entre os trópicos não podem resistir a trabalhos fortes, debaixo de um sol abraçador. Era, pois, necessário, ou renunciar à conquista do novo mundo ou a limitar-se a um comércio pacífico com os índios ou abrigá-los por força a trabalhar na escavação das minas e na cultura dos campos.

Para renunciar à conquista, houvera sido necessário uma sabedoria que, jamais hão tido os povos e que os reis mui raramente possuem. Limitar-se a uma livre troca de socorros recíprocos houvera sido o mais justo; novas necessidades e novos prazeres teriam feito do índio um homem mais laborioso e mais ativo e a suavidade houvera obtido dele o que não há podido alcançar a violência.

Porém, sempre o poderoso há desprezado o débil; a igualdade o ofende; ele domina, manda e que receber sem dar. Assim que cada um ia chegando não pensava senão em enriquecer-se e a trica era um meio mui lento para satisfazer sua impaciente avareza. A equidade natural lhes gritava: “Se vós mesmo não podeis retirar do seio desta terra inculta as produções, os metais, as, riquezas que ela encerra, abandonai-a, retirai-vos seja pobres mas não sejais inumanos. Mas estas vozes eram baldadas e sem fruto. Indolentes e ávaros queriam possuir escravos e tesouros.

Os índios naturalmente débeis, acostumados a viver com pouco, sem apetites, quase sem necessidades, julgavam impossível resistir aos trabalhos que lhes impunham; a fuga, sua única defesa, os livrava da opressão; foi por consequência necessário escravizá-los.

Eis aqui mui naturalmente os primeiros passos da tirania,

Disputou-se por muito tempo nas universidades se os índios eram mo-

nos ou homens, e foi necessário uma bula de Roma para decidir a questão.

Refere-se Las Casas:

'Os brancos montados em soberbos cavalos armados de lanças e espadas desprezavam altamente uns inimigos tão mal equipados; faziam neles impunemente horríveis carnicerias; abriam o ventre às, mulheres pejadas para fazer perecer com elas o fruto de suas entranhas; apostavam entre si a quem havia de espartear um homem com mais destreza de um só golpe de espada ou quem lhe separaria melhor a cabeça dos ombros; arrancavam enfim os meninos dos braços de suas mães e lhes esmagavam a cabeça contra os rochedos...'

Basta, basta de horrores, calai-vos Las Casas.

Para honra dos Paulistas, filhos desta terra que os viu nascer, foram humanos para com os índios não praticando aqueles horrores, que os brancos vindos da adiantada e civilizada Europa punham em execução tão somente para se divertirem e recrearem, no doce ócio em que viviam no meio daquela esplêndida natureza estupefata de tantos horrores.

Os índios, em geral, são dóceis e trabalhadores. Que o diga o ilustrado Dr. Galdino Pimentel, lente da Escola Politécnica, que sem dificuldade nenhuma conseguiu quando presidente de Mato Grosso pacificar e aldear a terrível tribo dos coroados, até então reputados indomáveis.

Tendo como auxiliares a célebre índia a Rosa -, o diretor geral dos índios Tomas de Miranda, de saudosa memória, e o capitão Antônio José Duarte, homem intrépido e dotado de grande energia e força de vontade excepcional, aquele ilustrado administrador com os elementos fornecidos pelo seu antecessor, o bravo e eminente homem de estado, uma das glórias desta nação, o marechal Floriano Peixoto, resolveu, matematicamente falando, o difícil e intrincado problema da catequese dos índios do Brasil.

Lá estão aldeados nas colônias Cristina e Isabel mil e tantos índios, tendo à sua frente como diretor aquele distinto mato-grossense, capitão Duarte que com o seu genro o inteligente cadete José Augusto, é por eles adorado, tendo ambos prestado serviço relevante ao seu torrão natal. Quer um que outro falam perfeitamente a língua Borôro — o idioma dos Coroados — tendo o cadete já até confeccionado um importante trabalho, uma gramática daquela língua que Mato Grosso ou o governo deve quanto antes mandar imprimir.

Aldeados estes índios, falando já o português e tendo já recebido o batismo da civilização, estão aptos e prontos para servirem de missionários, intermediários entre a civilização e a selvageria, único sistema de catequese praticável e

que dará em resultado em uma maior escala o benefício prestado a Mato Grosso pelo distinto administrador Dr. Galdino Pimentel.

Esses missionários lá estão prontos a partir e somente aguardam, disciplinados como estão, a voz de mando e esta só poderá ser dada pelo patriótico governo atual.

Existem para serem catequizados grande número de nações indígenas, cuja população excede de um milhão de habitantes e que vivem esparsos nessa imensa região compreendida por Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas.

Esta só consideração basta para patentear o empenho que deve ter o governo em manter e sustentar aquele corpo de intérpretes que servirão de intermediários entre nós e aquele milhão de indivíduos, os qual os quais deixarão de ser um obstáculo para o povoamento de uma tão vasta região, quando tão úteis lhe podem ser desde que o governo empregar os meios para utilizá-los.

E de que maneira e de que meios o governo usará, perguntar-nos-ão?

Muito simplesmente, dizendo aos intrépidos paulistas, os Yankees da União Brasileira as seguintes palavras do Evangelho:

Ite ad eos qui in tenebris et umbris mortis sedant, ad dirigendum pedes eorum in viam pacis.

Ide aqueles que jazem sentados nas sombras e trevas da morte e dirigi seus passos pela estrada da paz'."

Passemos a uma outra ordem de considerações.

Os três maiores flagelos da humanidade, a guerra, a peste e a fome já têm lançado o seu sopro de morte sobre aquela rica região, fazendo grandes destroços na sua tão diminuta população e quando vítima de qualquer daqueles flagelos, os seus habitantes morrem à mingua privados de todos os recursos e tão flagelados tem sido aqueles infelizes que até maldizem a navegação a vapor do no Cuiabá, veículos e portadores daqueles males, o cólera, a varíola, a febre amarela *et comitante caterva*.

Os seus gritos e gemidos têm sido ouvidos e socorridos pelo governo central sempre muito tardiamente, 50 a 60 dias depois, quando já não são mais necessários os socorros. Por ocasião do cólera em 1887, até gêneros alimentícios, feijão, arroz, farinha, etc. foram remetidos do Rio de Janeiro e chegando a Corumbá quando a epidemia já estava extinta, foram por ordem da presidência entregues ao presidente da câmara, a fim de serem vendidos ao

povo por preço baixo, ordem esta que foi cumprida, sendo tão *generoso* e benfazejo o presidente da Câmara que para maior comodidade o povo removeu a maior parte dos gêneros para o seu *armazém* onde foram vendidos com o pequeno lucro de 80 a 99% sobre aquele *preço baixo*.

Não inventamos e nem exageramos, e para comprovar ai estão os testemunhos insuspeitos do padre mestre Simon, reitor do Seminário de S. José, e das cinco Irmãs de Caridade, que com dois médicos militares fizeram parte da comissão de socorros, que em paquete especialmente fretado à Companhia Nacional de Navegação desta Capital partiu em data de 5 de Dezembro de 1887 com destino a Corumbá. Os medicamentos e gêneros alimentícios foram fornecidos pela Santa Casa de Misericórdia desta Capital, que tão presidente foi que não se esqueceu nem das camas e colchões e nem do *bom vinho do Porto*, que igualmente foi vendido à população *necessitada* de Corumbá por preço sem *rival*,

Os administradores da província sobre quem a população faz recair a imensa responsabilidade de invasão do cólera em Mato Grosso, abriu um crédito de 100:000\$, destinados a socorros, sendo incumbido da compra dos *gêneros*, medicamentos e tuti quanti fosse necessário para montar duas enfermarias de coléricos na capital, o humanitário ancião que era então um dos dignos representantes da província no parlamento Nacional. Uma das enfermarias foi estabelecida no Seminário Episcopal e a outra no edificio do Laboratório Pirotécnico, já que o seminário estava fechado por falta absoluta de alunos e já que o Laboratório ainda nada tinha de Pirotécnico por falta absoluta de *pólvora*, máquinas e mais apetrechos necessários, não obstante lá existir uma fábrica de pólvora que até a presente data só tem fabricado *amostras* por falta de *enxofre e salitre*, dependendo o Estado com o Seminário Episcopal, fábrica de pólvora e Laboratório Pirotécnico, centenas de contos de réis.

Foi nomeado Diretor das enfermarias, que por enquanto ainda não tinham *doentes*, o digno ajudante de ordens da Presidência, sendo o secretário do Governo que por um feliz e providencial acaso era formado em medicina um dos facultativos.

Foi nomeado médico Inspetor de Higiene e do Porto de Cuiabá o digno Coletor das Rendas Provinciais, que era ao mesmo tempo Consul da República do Paraguai, cidadão muito ativo e diligente, mas que não entendia do *riscado* pela simples razão porque nunca estudou medicina.

Tão acertadas providências foram dadas que o *cólera* tendo che-

gado a 6 léguas de distância de Cuiabá retrocedeu ou tomou rumo diverso com a simples notícia dos *tais preparativos*.

Há grande falta de pessoal habilitado em Cuiabá, não devendo estranharmos aquelas nomeações feitas em época anormal e calamitosa. Já vimos que o Dr. Pedrosa lutava com grandes dificuldades para preencher os lugares vagos de professores de instrução primária.

Em 1886, organizando-se uma Companhia Policial de 20 praças, visto ter sido dissolvido o respectivo corpo em razão de ter o Governo Geral suspenso o pagamento da consignação anual de 40:000 000, foi nomeado tenente para aquela Companhia um *ex-galé*, que por ocasião da invasão Paraguaia cumpria sentença no Forte de Coimbra, e para maior afronta à população este mesmo *ex-galé* foi nomeado Subdelegado de Polícia de um dos distritos Policiais da Capital!

Na última administração o Presidente da Província, Coronel Cunha de Matos tendo demitido o Promotor Público da Comarca da Capital, o único formado em toda Província, lutou com tantas dificuldades para substituir a este funcionário, que a nomeação recaiu em um pobre homem habilitado para tudo menos para exercer aquele cargo, uma ex-praça do exército. Tendo o mesmo administrador suspenso do exercício ao seu Secretário, foi este substituído por um dos três Diáconos, mencionados no arrolamento do pessoal da Comarca de Cuiabá.

O outro diácono é empregado no arsenal de guerra e este é bem conhecido do atual inspetor da Alfândega desta capital, Sr. Sousa Botafogo.

O último diácono é empresário de uma banda de música de meninos que *toca em* todas as festividades quer religiosas, quer profanas, sendo visto até em alguns *xinfrins e maxixes*, onde as pobres e infelizes crianças testemunham cenas e adquirem noções de coisas que deviam ignorar.

Todos os homens de letras e não são poucos que Mato Grosso gloria-se de ter produzido abandonam o torrão materno e vivem espalhados em todo o Brasil, convencidos daquele velho dito popular: Ninguém é profeta em sua terra, e os que lá tentam residir são enxovalhados e perseguidos atrozmente. Haja vista o jovem tenente de engenheiros Luís Valentim da Costa, grande talento, que distinguiu-se brilhantemente no difícil curso da Escola Militar desta capital.

Formando-se em 1885 seguiu incontinente para o seu Mato Grosso, que ele tanto amava, mas dois anos depois foi de lá deportado, indo morrer

jovem cheio de vida e talento no lugar do seu desterro Amazonas.

Haja vista o Dr. Joaquim Mendes Malheiros. Quer no colégio de Pedro II quer na faculdade de direito de S. Paulo revelou sempre grande talento honrando o glorificando o seu torrão natal, que ele tanto amava.

Formando-se para lá seguiu imediatamente, sendo poucos anos depois deportado por ter como juiz municipal do termo de Cuiabá cumprido religiosa e santamente o seu dever, pronunciando a um grande criminoso de morte, escandalosamente protegido pelo chefe do partido liberal, que *exigia* do juiz a não pronúncia do criminoso seu protegido.

O juiz foi processado e demitido pela Assembléia provincial e desde então fora da província natal, nesta capital federal tem prestado relevantes e importantes serviços à instrução pública, do qual é um dos ornamentos.

Haja vista o Dr. José Cartano Metelo. Formou-se em direito na faculdade do Recife e indo para Mato Grosso lá entregou a alma ao Criador, morrendo cheio de vida e mocidade e perseguido pelos seus conterrâneos que tinham conseguido de um dos presidentes a sua suspensão do exercício do cargo de juiz substituto da comarca que distintamente exercia, sendo submetido a processo por tricas eleitorais. Faleceu poucos dias depois de lavrado o ato de suspensão.

Haja vista o Dr. José Maria Metelo, um dos mais robustos talentos saídos das duas faculdades de direito, a quem pela faculdade do Recife foi conferido o grau de doutor em borla e capelo, tendo obtido a nota distinção nos cinco anos do curso, os dois primeiros anos em S. Paulo e os três últimos no Recife. Amando como ainda ama o seu torrão natal para lá seguiu, sendo logo nomeado juiz municipal do termo de Corumbá. Pouco tempo depois de ter assumido o exercício foi suspenso e processado por ato da presidência.

Retirando-se da província veio para esta capital, onde prestou relevantes serviços no exercício do cargo de uma das varas de juiz substituto, revelando grande cópia de conhecimentos jurídicos e grande ilustração. Apresentando-se candidato a uma das cadeiras na representação nacional por sua terra natal, foi em uma das vezes, em 1886, derrotado por um velho decrépito e caduco, e a 2ª vez, em 1880, derrotado pelo Sr. Carlos de Laet, que obteve uma brilhante e estrondosa cotação, como que para patentear ainda mais a incapacidade de Mato Grosso. O Dr. Metelo ainda não desanimou. É um dos candidatos à futura constituinte ou ao 1º congresso. Será mais feliz?

Haja vista o Dr. João Carlos Muniz, formado em medicina pela

escola desta capital, onde revelou talento brilhante e robusto, seguiu para o seu Mato Grosso, que ele tanto amava. Republicano de fina têmpera, não filiou-se a nenhum dos partidos que na arena mutuamente se estrangulavam. Inteligente e ilustrado foi nomeado inspetor da instru o pública pelo bravo general Barão de Batovi, de cuja administra o foi aquele doutor um dos melhores auxiliares.

Dois anos depois   demitido a bem do serviço público, e caiu de desgosto veio para esta capital, onde faleceu no ano de 1887, deixando viúva e um filho que ele tanto amava e extremava, tanto quanto amava o seu velho pai, um dos caracteres mais honestos de Mato Grosso, o tenente Carlos Antunes Muniz, tanto quanto amava esta província natal, que tão ingrata lhe foi.

Haja vista o Dr. Arnaldo Novis. Formado pela faculdade de direito do Recife, seguiu para a sua província natal, onde depois de muito lutar e com muita dificuldade conseguiu ser nomeado promotor público da comarca da capital, sendo logo depois de 1889 demitido a bem do serviço público. Sobre- vindo a república foi nomeado juiz substituto da comarca, em cujo exercício se acha, e fazemos sinceros votos para que consiga completar em paz o seu quatri nio.

É um imenso calendário.

De todos os homens de letras, porém, nenhum foi mais perseguido e maltratado que aquele que não sendo filho da Província ali viveu e por ela se sacrificou desde a sua mocidade até a avançada idade de 80 anos, mais de 50 anos e que amava verdadeiramente aquele torrão a que o ilustre morto, Dr. Antônio José Murтинho, pai dos distintos Mato-Grossenses: Dr. Joaquim Murтинho, Dr. Manuel Murтинho, Dr. Francisco Murтинho, Dr. José Murilo, farmacêutico Luís Murтинho, Farmacêutico Inocência Murтинho, Farmacêutico João Murтинho.

Não são o ilustre progenitor como os seus distintos filhos, cavalheiros de fina educa o, têm sido alvo das setas as mais envenenadas e dos botes mais traiçoeiros.

Os homens de letras ali morrem todos prematuramente, cumprindo fazer men o do Dr. Generoso Alves Ribeiro, Dr. Floriano de Sousa Neves, Dr. Antônio Corrêa da Costa e Dr. Caetano Xavier da Silva Pereira, quatro grandes talentos, esperanças malogradas de Mato Grosso.

Quando a traiçoeira enfermidade, quase sempre *desconhecida* não abate os atletas, os homens da ciência, l  surge a mão não menos traiçoeira do assassino para derrubá-lo.

Haja vista o desventurado Dr. Pereira, ilustrado advogado do foro da capital, que foi morto a tiro de espingarda em uma das ruas mais públicas de Cuiabá, em 1975.

Todas estas razões concorrem para que os filhos ilustres de Mato Grosso estabeleçam os seus *penates* fóra do território, concorrendo com as suas luzes e inteligência para o engrandecimento do lugar em que residem.

Residindo nesta capital federal diversos e distintos mato-grossenses, que honram e ilustram a sua pátria, fazemos menção de alguns, cujos nomes nos acodem à memória:

Dr. Luís Gaudie Ley, Dr. Joaquim Murтинho, Dr. José Murтинho, Dr. Francisco Murтинho, Dr. Joaquim Mendes Malheiros, Dr. Agostinho de Sousa Lima, brigadeiro Benedito Mariano de Campos, André Gaudie Ley, Antônio de Azeredo.

Mato-Grossenses residentes em S. Paulo:

Conselheiro André A. de P. Fleury, conselheiro João A. de P. Feury, Dr. Aquilino do Amaral, Dr. Aquilino do Amaral Filho, Dr. Moraes Galvão, médico.

Os titulados ausentes constituem a *maioria*, visto que em todo o Estado de Mato Grosso apenas existem 14 titulados Mato-Grossenses:

Dr. Manuel Murтинho, juiz de direito - Dr. João Alves da Cunha, chefe de polícia - Dr. Arnaldo Novis, juiz substituto - Dr. João Carlos Pereira Leite, procurador fiscal Dr. João de Moraes Matos, advogado - Dr. Luís da Costa Ribeiro, juiz de direito - Dr. Viriato de Cerqueira Caldas, médico militar - Dr. Luís Adolfo Corrêa da Costa, inspetor da alfândega - Dr. Bueno do Prado, médico - Dr. José Maria Metelo, lavrador - Dr. Antônio Alves Ribeiro, engenheiro - Dr. João Amarante, engenheiro - Dr. Antônio Amarante, engenheiro.

Este pessoal é muito distinto, mas infelizmente não é bastante para com ele se constituir estado. Qualquer termo ou comarca de S. Paulo tem maior número de população, tem maior número de pessoal habilitado, tem capitais, indústria, comércio, lavoura, escolas, fábricas, etc.

Nós Mato-Grossenses infelizmente só temos um vasto, extenso e imenso território a desbravar e povoar; é um vasto deserto e um extenso *sertão* e nada mais.

Como constituir estado?

Não será irrisório, não será um contra-senso?

Meditem os Mato-Grossenses patriotas, reflitam e pronunciem-se.

S. Paulo ansioso aguarda esse pronunciamento para vos levar em dois ou três dias tudo quanto careceis, todos os melhoramentos morais e materiais de que precisais, todas as ferramentas e instrumentos necessários para polir e lapidar o maior diamante do erário Brasileiro - o nosso *Mato Grosso*, que, como sabeis, foi descoberto e arrancado das entranhas da América do Sul pelos valentes e intrépidos Paulistas do século XVIII, a cujos descendentes pertencem por direito de sucessão.

É uma restituição e nada mais, restituição que nos dará a nós filhos espúrios, - o direito de usarmos o nome de nosso progenitor - nós Mato-Grossenses seremos *Paulista!*

Generalíssimo!

Lembrai-vos das inspiradas palavras que quando simples capitão na sua passagem pela fazenda a Piraputangas - situada à margem do Rio Paraguai, escrevestes em um Álbum pertencente ao Barão de Vila Maria?

Pois bem. É a inditosa viúva deste batalhador, deste homem de trabalho, deste grande obreiro do progresso que sucumbiu vítima de enfermidade desconhecida em viagem a desta capital para Corumbá; é a sua viúva, que velada e coberta de crepe, trazendo pela mão a dois desprotegidos órfãos, se apresenta hoje diante de vós, chefe de estado, 1º Magistrado desta nação.

Ela não vem só, vem acompanhada do vosso irmão, o general Dr. João Severiano da Fonseca, que bondoso e caritativo lhe serve de *guia* e perante vós repete as doces palavras que se lê à fl. 162, v.1º da sua - Viagem ao Redor do Brasil:

"Há apenas dois anos via-se ainda no delta do Taquari uma fazenda que, pelas promessas que fazia, prometia a vir a ser o modelo das da província. Seu dono, jovem, ativo e empreendedor, inteligente e dócil aos sãos conselheiros da experiência, empregava o melhor dos seus esforços em beneficiá-la.

Vastas sementeiras de alfafa estavam feitas do mês no modo que campos imensos plantados com gramínios de pastos.

Seus gados não tinham precisão de percorrer léguas para abeberarem: havia canais e açudes e mais que não eram requeridos pela necessidade e só por um excesso de previdência. O jovem e inteligente fazendeiro já enchia-se de legítimo orgulho, observando como o seu gado prosperava de modo extraordinário relativamente aos outros não cuidados. Atendendo à fazenda atendia a si e aos seus. Sua vivenda não era um rancho, um galpão, um miserável pardieiro como os de tantos

outros muito superiores em meios de fortuna: ia sendo construída conforme as suas posses atuais, mas com gosto e confortabilidade e seguindo o adiantamento da época. Hortas, pomares e jardins delineavam-se em já próspero crescimento: para eles buscava-se sementes de tudo que era de utilidade e ornamento, consciente de que aumentando-lhes a beleza mais encarecia o valor da vivenda. Em pouco tempo seria ela o orgulho do seu laborioso dono e o espelho das da provincia.

*Mas a fatalidade pesou sobre ela, cortando com a faca do assassino a vida o trabalhador esforçado; e a fazenda da **Palmeira** - parece que morreu com o dono, tanto os vermes a estão roendo. Grande falta fará esta Mato-Grossense à sua terra; esforçado e empreendedor, honrado e honesto, seria um valoroso contribuinte para o desenvolvimento da sua pátria e segura garantia da sua propriedade.*“

Generalíssimo! Eis-me aos vossos pés juntamente com aqueles desprotegidos órfãos, meus estremecidos netos, filhos do assassinado Joaquim Gomes da Silva, filho do Barão de Vila Maria, igualmente assassinado, envenenado, três meses antes do assassinato do seu filho, que teve lugar a 22 de junho de 1876, e vos implora justiça de que tem ardente sede, justiça que em todos os tempos lhe tem sido negada pelos juizes de mato Grosso, onde vive e existe, rico e poderoso, o assassino, o autor principal, o mandante daquele atroz homicídio, diante de quem aquelas autoridades se curvam e se dobram, mas que como todos os réprobos tremerá diante dos juizes de Israel, os juizes e tribunais de S. Paulo, que estão acostumados a fazer aos desamparados, à viúva e ao órfão desprotegido rigorosa

JUSTIÇA

Capital Federal, 13 de junho de 1890.

Baronesa de Vila Maria.

BO
34